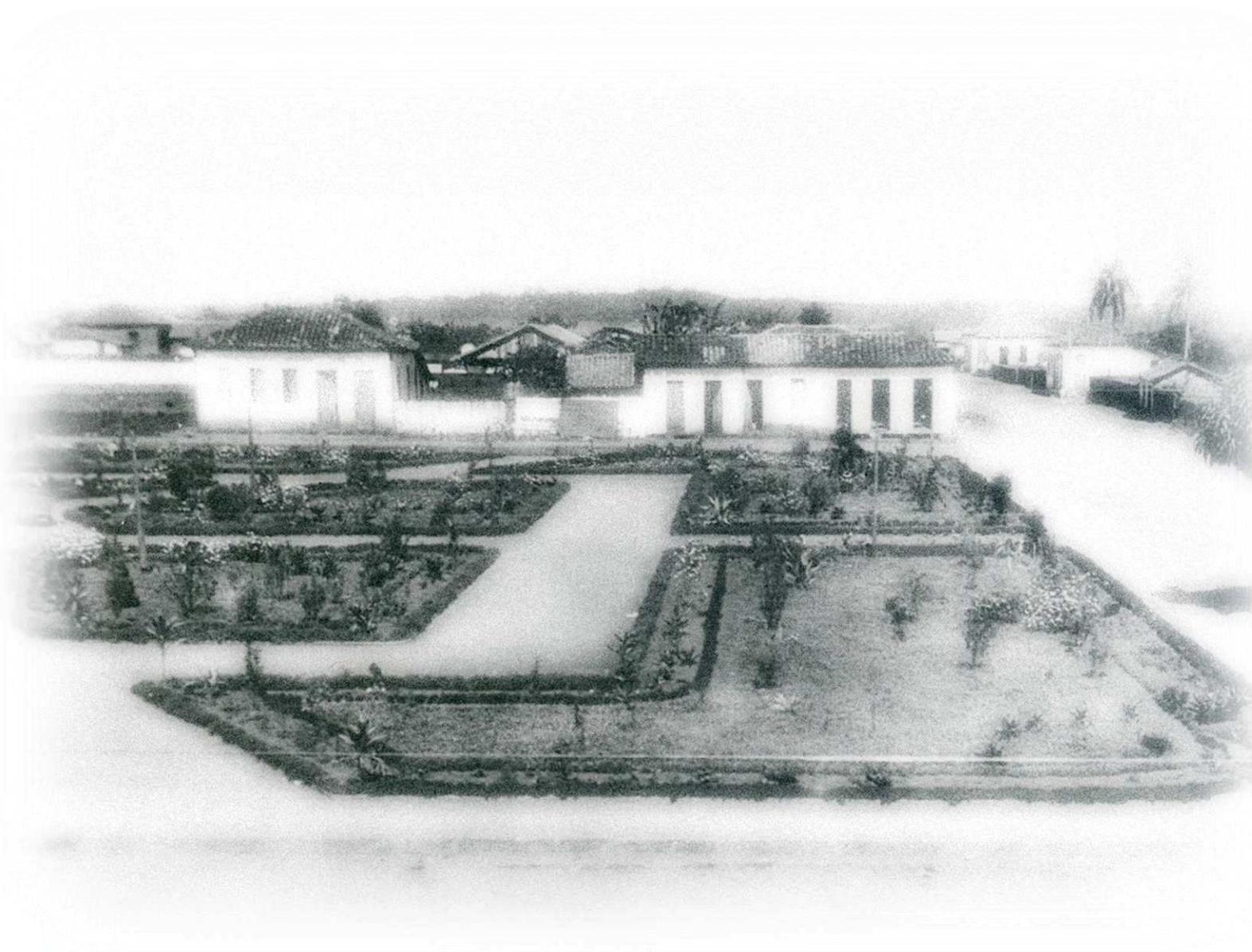


A CONSTRUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA
PAISAGEM DE CAMPINAS:
DE CIDADE A BAIRRO DE GOIÂNIA.



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS-PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO –ESCOLA DE NEGÓCIOS- MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL – MDPT**

ROSÂNGELA DEOLINDA RIBAS LOPES

GOIÂNIA

2019

ROSÂNGELA DEOLINDA RIBAS LOPES

**A CONSTRUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE CAMPINAS:
DE CIDADE A BAIRRO DE GOIÂNIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, na linha de pesquisa de Planejamento Urbano/Ambiental, sob a orientação da professora doutora Deusa Maria Rodrigues Boaventura.

Goiânia

Fevereiro, 2019

L864c Lopes, Rosângela Deolinda Ribas

A construção e a transformação da paisagem de Campinas
: de cidade a bairro de Goiânia / Rosângela Deolinda
Ribas Lopes.-- 2019.

122 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Goiânia, 2019

Inclui referências: f. 116-120

1. Bairros - Goiânia (GO). 2. Campinas (Goiânia, GO)
- História. 3. Cidades e vilas - Goiás (Estado). 4.
Goiânia (GO) - História. 5. Comunidade urbana - Desenvolvimento
- Campinas (Goiânia, GO). I. Boaventura, Deusa Maria
Rodrigues. II. Pontifícia Universidade Católica de
Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
e Planejamento Territorial - 2019. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 711.4(817.3)(043)

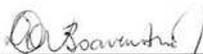
711.5

911.375.64

ROSÂNGELA DEOLINDA RIBAS LOPES

**A CONSTRUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE CAMPINAS:
“DE CIDADE A BAIRRO DE GOIÂNIA”**

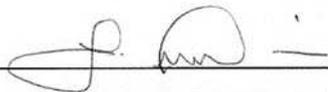
Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendida como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Aprovada em 13/03/2019 pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:



Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura
Orientadora – PUC Goiás



Dra. Adriana Mara Vaz Oliveira
Examinadora externa – UFG



Dra. Lúcia Maria Moraes
Examinadora interna - PUC Goiás



“Quem sabe perceber uma paisagem consegue entender seu valor, perceber a importância dela em sua vida, criar vínculo afetivo com ela e, conseqüentemente, defender a sua perpetuação.”

Schier (2003)

AGRADECIMENTOS

A jornada de desenvolvimento deste trabalho contou com o inestimável apoio de muitas pessoas. Agradeço a todos que muito me fortaleceram, incentivaram e me deram a força e a determinação para vencer todos os desafios desta empreitada.

O meu muito obrigada à professora doutora Deusa Maria Rodrigues Boaventura, pelas horas de trabalho dedicadas à minha orientação, durante dois anos, desconsiderando muitas vezes suas férias e finais de semana. Não poderia deixar de agradecer às professoras doutoras Lúcia Moraes e Adriana Mara Vaz de Oliveira, componentes da banca de qualificação, pelas valiosas contribuições.

Obrigada aos meus filhos, Renata, Ricardo, Victor, Raysa, que me apoiaram com elogios motivadores, sempre acreditando no sucesso do trabalho.

Os meus agradecimentos à secretaria do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, linha de pesquisa do Planejamento Urbano/Ambiental, na pessoa de seu coordenador, professor Dr. Antônio Pasqualetto, pelo apoio e organização do programa.

Obrigada a todos os colegas que participaram desta caminhada.

Agradeço também o privilégio de poder estudar e compreender a paisagem da “cidade/bairro” em que nasci.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a meus queridos filhos, Renata, Ricardo, Victor e Raysa, como mais uma forma de educação pelo exemplo.

RESUMO

Esta pesquisa visa compreender a paisagem de Campinas, arraial fundado em 1810 e transformado em bairro de Goiânia em 1935, e que, por isso, carrega a história peculiar de ter sido cidade antes de se tornar bairro. Como o estudo da paisagem se deu em um contexto histórico-social, a pesquisa adotou como base teórica na geografia cultural e humana, que estuda a paisagem pela ação do homem no espaço. Buscou compreender os conceitos da paisagem e traçar a trajetória histórica da construção de Campinas desde a sua fundação, em 1810, até 1980. Para tanto, foram reunidos documentos, recortes de jornais, mapas, decretos, fotos, pesquisados no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Biblioteca Estadual de Goiás Escritor Pio Vargas, Museu da Imagem e do Som de Goiás, além do Centro de Documentação e Biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento, fotos dos arquivos de Hélio de Oliveira e apontamentos da Igreja, dos escritores viajantes do século XIX, e relatos de escritores campineiros, que apontaram os principais marcos históricos construtores da paisagem e também quando, por eles, se inicia a compressão da construção dessa paisagem de Campinas. Também foram feitos levantamentos de campo mediante leituras da paisagem atual do bairro para comparação entre a história e a atualidade. O trabalho se efetiva em dois recortes temporais: o primeiro sobre a “História da construção da paisagem urbana do arraial de Campinas” (1810-1935), que observou as transformações da paisagem quanto ao seu aspecto material, isto é, pelas edificações, e quanto ao seu aspecto imaterial, destacando a construção do acúmulo cultural de hábitos e costumes do cotidiano, que construíram e constroem o jeito de ser do campineiro. Distinguiu o importante papel da Igreja, dos padres e freiras alemães, respectivamente redentoristas e franciscanas, antes e depois de o arraial se tornar cidade em 1907; o segundo recorte diz da “Construção da paisagem de Campinas como bairro de Goiânia” (1935 a 1980), atentando, sobretudo, para as transformações que ocorreram na paisagem a partir de 1935, época em que o território campinense foi escolhido para a construção da nova capital do Estado de Goiás e que a cidade de Campinas se tornou bairro de Goiânia. Nesse movimento, aparecem muitas alterações físicas na paisagem, como as edificações construídas sob a influência do art déco usado em Goiânia e, durante o processo de construção da nova capital, a chegada a Campinas de um grande contingente de imigrantes estrangeiros e brasileiros de outros estados que, oportunamente, aproveitaram a carência de materiais ocasionada pela demanda da construção e se estabeleceram no comércio, que já era da vocação do campineiro. Por essa composição, a atividade ganhou força e se expandiu, culminando na metamorfose da paisagem pela atração de muitas outras lojas comerciais para o seu espaço. Em 1980, a configuração de sua paisagem se consolida e se apresenta como nos dias de hoje, embora dicotômica entre a paisagem da memória dos antigos moradores e a paisagem atual, numa configuração problemática e conturbada.

Palavras-chave: Cidade, Bairro, Goiânia/Campinas, Paisagem, Construção e transformação.

ABSTRACT

This research aims to understand the landscape of meadows, camp founded in 1810 and turned into a district of Goiânia in 1935, and therefore carries the peculiar history of being city before becoming neighborhood. As the study of landscape in a historical context, the research adopted as theoretical basis in cultural and human geography, which studies the landscape by the action of man in space. Sought to understand the concepts of landscape and trace the historical trajectory of Campinas from your Foundation, in 1810, to the present. To do so, were gathered documents, newspaper clippings, maps, decrees, photos, searched in the Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiás State Library Writer Pio Vargas, Museum of image and sound of Goiás, in addition to the documentation centre and Library of the Municipal planning, pictures of helium files and notes of the Church, the 19th-century travelers, writers and writing reports campineiros writers, who pointed out the major landmarks and scenery builders also if, for them, the compression of the construction of the landscape. Field surveys were also made through readings of current landscape of the neighborhood for comparison between history and the present. The work becomes effective in two temporal clippings: the first on the history of the construction of the urban landscape of arraial de Campinas "(1810-1935), who observed the landscape transformations as to your material aspect, that is, the buildings, and about your immaterial aspect, highlighting the construction of cultural accumulation of habits and custo of everyday life which built and build the way to be the campineiro. Distinguished the important role the Church, the German priests and nuns, respectively and Franciscan Redemptorists, before and after the Festival to become city in 1907; the second cut of "Landscape Construction of Campinas as a subdivision in Goiânia" (1935 to 1980), considering, in particular, to the transformations that have occurred in the landscape from 1935, when campinense territory was chosen for the construction of the new capital of the State of Goiás and Campinas city became district of Goiânia. In this movement, many physical changes in the landscape, as the buildings built under the influence of the art deco used in Goiânia and, during the process of construction of the new capital, arrival at Campinas to a large contingent of immigrants foreigners and Brazilians from other States that, in due course, have taken advantage of the lack of materials caused by the demand of construction and settled on the trade, which was already the vocation of campineiro. For this composition, the activity has gained strength and expanded, culminating in the metamorphosis of the landscape by the attraction of many other commercial shops for your space. In 1980, the configuration of your landscape consolidates and presents as nowadays, although between the dichotomous landscape of memory of the old inhabitants and the current landscape, on a Setup problems and troubled.

Keywords: City, Beighborhood, Goiânia/Campinas, Landscape, Construction and transformation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Casa na rua Bonfim (José Hermano) em Campinas da década de 1920, que corresponde à descrição de Gomes, 2012.

Figura 2- Fac-símile do documento endereçado à Assembleia de Goiás, em 1939, que eleva a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Campinas a Freguesia de natureza Collativa, deixando permanecer o mesmo limite territorial.

Figura 3- Fac-símile da Lei de nº 60, que cria um distrito de Paz na Capela de Campinas e anuncia o limite de abrangência.

Figura 4 - Fachada em perspectiva da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, de 1900. Foto de 1949 - Campinas.

Figura 5- Fachada lateral da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, de 1900. Destaque na foto para o baldrame desenhado em curvas. (Marcações da autora).

Figura 6- Reprodução da paisagem aérea da Campininha das Flores em 1824 de acordo com a descrição de Cunha Mattos. (Primeira Capela)

Figura 7- Pintura em bico de pena, retratando as danças nos festejos da Festa do Divino Pai Eterno.

Figura 8- Carta do sul de Goiás.

Figura 9- Reprodução da paisagem aérea da Campininha das Flores, 1900.

Figura 10 - Primeiro convento dos redentoristas em Campinas, vila São José, próximo ao córrego Cascavel, 1895.

Figura 11- Corredor externo do seminário dos redentoristas em Campinas, 1895.

Figura 12- Fachada frontal do seminário de Campinas, construído em 1900, com destaque para a capela de São José na Vila São José, construída em 1931, em Campinas. Foto da década de 1940.

Figura 13 - Fac-símile da Carta datada de 1904, em que o Padre Vigário José Manuel presta contas ao governo das despesas com remédios usados no combate à varíola.

Figura 14 – Rebanho do convento Redentorista de Campinas, supervisionado pelos padres (Acervo CSSRGO, apud SILVA, 2017)

Figura 15- Fac-símile do documento de 1907, que eleva Campinas à condição de município, assinado pelo então presidente do estado de Goiás Joaquim Rufino Ramos Jubé.

Figura 16- A primeira casa de tijolos de Campinas, de Licardino Ney, na praça Joaquim Lúcio (1920).

Figura 17– Fac-símile das leis do município de Campinas, de 1921.

Figura 18- Casa-mãe das Franciscanas de Dillingen , congregação fundada em 1241. Desenho de 1775, que compara o projeto arquitetônico do Colégio Santa Clara, de 1937, ao desenho em perspectiva do convento franciscano de 1775, em Dellingen.

Figura 19 -. Sala de costura do Colégio Santa Clara em 1935.

Figura 20 – Sala de aula de costura do Colégio Santa Clara em 1937.

Figura 21 - Exposição de trabalhos manuais das alunas do Colégio Santa Clara, 1935

Figura 22- Aulas de voleibol das alunas do Colégio Santa Clara em 1937.

Figura 23- Sala de datilografia do Colégio Santa Clara.

Figura 24 - Imagem das alunas-artistas do Santa Clara em uma apresentação na TV, 1963.

Figura 25 – Primeira sede do Colégio Santa Clara na Praça da Matriz, 1928, ao lado da primeira casa melhorada.

Figura 26- Planta do Colégio Santa Clara de autoria de Padre Antônio Lisboa.

Figura 27- Praça da Matriz com vista para o Colégio Santa Clara, 1923.

Figura 28- Praça Joaquim Lúcio, década de 1923, e projeção do coreto construído em 1931. Ao fundo, a intendência de Campinas.

Figura 29- Praça Joaquim Lúcio da década de 1930 e seu primeiro coreto.
Fonte: Hélio de Oliveira.

Figura 30- Pensão Duarte de Campinas, na praça Coronel Joaquim Lúcio, década de 1920.

Figura 31- A cadeia de Campinas, praça Coronel Joaquim Lúcio, década de 1930.

Figura 32- Farmácia Bonfim de Campinas na praça Coronel Joaquim Lúcio, década de 1930.

Figura 33- Praça Joaquim Lúcio na década de 1931 e seu primeiro coreto. O cine Campinas ao fundo e a projeção de onde seria construído o Palace Hotel. (Grifo da autora).

Figura 34 - Planta da fachada da reforma de uma casa comercial que comprova a troca do nome de avenida Goiás para avenida 24 de Outubro, ocorrida antes de 1930.

Figura 35- Avenida 24 de Outubro esquina com a praça Joaquim Lúcio, década de 1920.

Figura 36- A primeira bomba de gasolina de Campinas na av. 24 de Outubro e ampliação da avenida. Destaque para a platibanda.

Figura 37- Estação ferroviária de Ubatan, cidade que fez parte das cidades que foram estudadas para sediarem a nova capital.

Figura 38- Estação Ferroviária de Bonfim, hoje Silvânia. Linha ligada a São Paulo.

Figura 39- Foto atual da Estação Ferroviária de Pires do Rio, fundada em 1922.

Figura 40 - Vista aérea de Campinas na década de 1930.

Figura 41- Praça Joaquim Lúcio em dias de festa e procissão. (Sem data).

Figura 42 - Cartografia do território das fazendas de Campinas onde foi construída Goiânia

Figura 43- Primeiro traçado urbano de Goiânia, de Atílio Correa Lima, 1933. (Grifo nosso)

Figura 44- Segundo projeto de Goiânia, com o complemento de Armando de Godoy, 1937.

Figura 45 - Foto aérea de Goiânia, com destaque e foco ampliado para Campinas em 1937.

Figura 45- Edifício Santa Clara, década de 1930, com o primeiro anexo e casas no seu espaço na década de 1920.

Figura 47 - Quintal de uma casa em Campinas, com cisterna e forno a lenha.

Figura 48 - Casas construídas em taipas e cobertas de sapê.

Figura 49- Construção de muro de taipa em Campinas.

Fonte: IPHAN –GO.

Figura 50- Projeto de casa comercial em Campinas, executado pelo arquiteto Neddemeier em 1936.

Figura 51 - Escritório da Superintendência das Obras a cargo do arquiteto José Neddermeier em 1936.

Figura 52 - Palace Hotel restaurado e hoje Biblioteca Cora Coralina, Campinas, 1940.

Figura 53–Imagem de um comício visto da sacada do Palace Hotel, na praça Joaquim Lúcio, em Campinas, década de 1940.

Figura 54- Cemitério Santana, 1939, bairro de Campinas. Foto da década de 1960.

Figura 55- As jardineiras de transporte de passageiros de Campinas para Goiânia.

Figura 56- Prédio da antiga subprefeitura de Campinas em 1944. Praça Joaquim Lúcio com Honestino Guimarães.

Figura 57– Obras de terraplanagem na avenida Amazonas em 1938.

Figura 58- Casa Aguiar, armazém de secos e molhados na avenida Amazonas esquina da Honestino Guimarães, na década de 1950.

Figura 59- Praça da Matriz da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 1940, com a casa paroquial dos redentoristas.

Figura 60 - Colégio Santa Clara 1940, ampliado nos dois lados. Ainda conserva a primeira edificação ao centro.

Figura 61 - Colégio Santa Clara em 1941. Substituiu a primeira sede de 1928 e permaneceu assim até 1965.

Figura 62 - Coreto da praça Joaquim Lúcio, em estilo *arte déco*, em 1950, demolido para a construção de fontes.

Figura 63- Torcida do Atlético, Maria Fã (vestido xadrez) no Estádio Antônio Accioly. Foto da década de 1950.

Figura 64-- Construção da primeira arquibancada do Estádio Olímpico Antônio Acioly na década de 1958.

Figura 65- Avenida 24 de Outubro ampliada, década de 1940.

Figura 66 - Avenida 24 de Outubro esquina com a praça Joaquim Lúcio, no fim da década de 1940.

Figura 67- Recorte do jornal *Folha de Goiás*: “Prefeitura de Goiânia anuncia a abertura da concorrência para asfaltar a 24 de Outubro e a praça Joaquim Lúcio”. Datado de 11/05/1944.

Figura 68- Obras de asfaltamento da Avenida 24 de Outubro na década de 1950.

Figura 69- Obras de asfaltamento da praça Joaquim Lúcio na década de 1950.

Figura 70- Terceira planta urbanística da cidade de Goiânia, 1947. (Grifo nosso)

Figura 71- Casa popular típica da expansão de Campinas após 1940, situada na avenida Minas Gerais nº 100 esquinas com a rua Jaraguá da década de 1940. Criança brinca na porta da casa. Foto da década de 1950.

Figura 72- Casas desapropriadas para a construção do Mercado Municipal, em 1954, e uma projeção depois de construído.

Figura 73- Obras do Mercado Municipal de Campinas em 1954.

Figura 74 Mercado Municipal de Campinas em 1955.

Figura 75- Mercado Municipal de Campinas em 1955.

Figura 76 - Coreto da praça Joaquim Lúcio na década de 1960. Ao fundo, a chaminé da olaria.

Figura 77- Planta do loteamento Otávio Lúcio em Campinas, 1957. (Antes, setor Bonfim.)

Figura 78- Foto aérea do setor Campinas.

Figura 79-Implantação da rede de águas pluviais na rua Honestino Guimarães, antiga Pernambuco, na década de 1960.

Figura 80– Implantação da rede de águas pluviais na rua Senador Moraes Filho.

Figura 81- Praça de Santo Afonso, década de 1960.

Figura 82- Avenida Senador Moraes Filho década de 1960

Figura 83- Implantação da rede de águas pluviais na rua Jaraguá e ponte sobre o córrego Cascavel.

Figura 84- Colocação de meio-fio preparando para o asfalto na Avenida Matogrosso. Campinas, 1963.

Figura 85- Edifício Santa Clara na década de 1950, com o segundo anexo de salas de aula, auditório e teatro, com persianas nas janelas.

Figura 86– Vista panorâmica de Campinas, 1961. Vista da avenida Anhanguera.

Figura 87- Igreja Matriz Nossa Senhora Conceição de Campinas, de 1900, encostada na Matriz de 1960.

Figura 88 – A Igreja Matriz Nossa Senhora Conceição de Campinas, de 1960.

Figura 89- Avenida 24 de Outubro, 1972.

Fonte: OLIVEIRA, 2012, p. 163 apud SEVERINO, 2018.

Figura 90- Avenida 24 de Outubro, 1975.

Fonte: Jornal *O Popular*, 9 nov. 1975. Arquivo SEPLAM, 2017apud SEVERINO, 2018. Destaque da autora para a ausência de árvores.

Figura 92- Projeto dos coretos de 1931 e de 1947. Plebiscito realizado para escolha do novo coreto de Campinas em 2001.

Figura 93- Coreto construído em 2002, com aprovação da população do modelo de 1931.

Figura 94– A linha limítrofe de Campinas antes e depois Decreto nº 1.198 de 1986, com várias vilas em seu estorno e tabela para legenda.

Figura 95- Loja na avenida 24 de Outubro, com destaque para a residência ao lado do comércio. Década de 1950 (Bazar Paulistinha).

Figura 96 - Cine Eldorado, década de 1960.

Fonte: Foto de Hélio de Oliveira.

Figura 97- Cine Campinas, década de 1950. (Grifo nosso).

Fonte: Foto de Hélio de Oliveira.

Figura 98 - Procissão a Nossa Senhora da Conceição, na avenida 24 de Outubro.

Figura 99 - Bar do Fiori, reduto dos torcedores atleticanos.

Figura 100 - Fiéis afluem à Matriz de N. S. da Conceição na década de 1950.

Figura 101 - Quermesse da Matriz de Nossa Senhora de Conceição, década de 50.

Figura 102 - Mapa de Campinas aponta local das atividades comerciais e as áreas residenciais do bairro.

Figura 103 - Loja de materiais em couro, na avenida Rio Verde, Campinas.

Figura 104-Variedade de utensílios domésticos comercializados na Sala 19, 2005.
Fonte: Acervo de Flávio Costa Pereira, 2005, apud Godinho, 2018

Figura 105- Cine Campinas em 1950 e a transformação do uso do prédio em 2018.

ABREVIATURAS

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CDL- Câmara de Dirigentes Lojistas

IHGG -Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MIS -Museu da Imagem e do Som de Goiás

SEPLAM- Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – ENTENDENDO O CONCEITO DE PAISAGEM	22
1.1 O espaço e a paisagem.....	22
CAPÍTULO II – HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO ARRAIAL DE CAMPINAS (1810 A 1935).....	29
1.2 Núcleo fundacional da Campininha das Flores.	29
1.3 As contribuições dos padres redentoristas no processo de transformação da paisagem de 1900 a 1935.....	40
1.3.1 O Colégio Santa Clara: hábitos e costumes transmitidos pela educação às famílias campineiras, influenciando na construção da paisagem.	49
1.4 Aformoseamento da paisagem de Campinas.....	54
CAPÍTULO III- A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DE CAMPINAS COMO BAIRRO DE GOIÂNIA DE 1935 A 1980	70
1.5 As influências das construções da nova capital na paisagem de Campinas	71
1.6 As linhas limítrofes de Campinas de 1810 a 1945 e as alterações de 1989	99
1.7 O cotidiano como componente da paisagem de Campinas de 1900 a 1960.....	103
1.8 A metamorfose da paisagem de Campinas (1960 a 1980)	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119
ANEXO	124

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa compreender a construção da paisagem do bairro de Campinas, em Goiânia, dada a sua história bastante peculiar de ter sido cidade antes de ser bairro, ou seja, de possuir uma paisagem marcada por diferentes tempos históricos que se revelam nas múltiplas ações construtoras do espaço.

Portanto, por essa razão, o estudo retroage no tempo, desde a sua fundação no século XIX até 1980 e, nessa trajetória, aponta as influências da Igreja enquanto ainda era um arraial, observando as grandes transformações ocorridas com chegada dos padres redentoristas alemães, que, trazendo grandes contribuições na educação e na formação de hábitos, muito influenciaram na construção da paisagem e contribuíram na conquista da independência econômica que elevou o arraial à condição de vila em 1907.

Em 1935, Campinas, com 125 anos de história, recebeu em seu território a nova capital de Goiás e, a partir desse tempo, a sua paisagem passou a revelar a multiplicidade das culturas dos novos habitantes, tanto os vilaboenses quanto os outros imigrantes que chegaram a Goiânia com diferentes bagagens culturais. Assim, a compreensão da paisagem para além de suas formas quer responder às seguintes questões: como se deu a formação e a construção da paisagem de Campinas? Quais são os significados da sua atual paisagem? Até que ponto a construção e a transformação da paisagem de Campinas podem traduzir os significados dessa sua atual paisagem?

A motivação para a pesquisa se deu mais efetivamente ao longo da nossa (minha) graduação, mas as ligações e os laços afetivos iniciaram-se em longa data. Contudo, a despeito de tal interesse de ordem afetiva, o trabalho busca preencher algumas lacunas na historiografia, acrescentando novas informações.

O levantamento das fontes revelou que, embora Campinas já tenha sido relativamente estudada por outros pesquisadores, a compressão da paisagem dentro da perspectiva histórica ainda está pouco explorada, como demonstra o levantamento das seguintes teses e dissertações: **Comércio e memória urbana: um estudo do bairro de Campinas em Goiânia**, de Daniele Severino de Souza Godinho (2018), em que a autora avalia o comércio como elemento da formação urbana e componente da memória do bairro; **A pioneira arquitetura dos hotéis *art déco* de Goiânia – décadas de 1930 e 1950**, de Daniella Medeiros Moreira Rocha (2013), um minucioso estudo da construção da paisagem de Campinas após a

construção de Goiânia, cujo foco são os hotéis de arquitetura *art déco*; **A Memória e identidade de um bairro: Campinas sob as lentes de Hélio de Oliveira**, de Keith Valéria Tito (2008), que percorre as memórias pelas fotografias do primeiro fotógrafo oficial do governo de Goiás, Hélio de Oliveira.

Ao mesmo tempo, acredita-se que perceber a paisagem em todos os seus aspectos leva a compreender a sua importância na vida do lugar, cria vínculo afetivo e desperta a responsabilidade de conservação da memória do espaço, embora Schier (2008) observe que, para que isso ocorra, o indivíduo necessita de uma educação que lhe permita meditar sobre sua existência e a do seu entorno e de uma atitude cultural e psicológica equilibrada para transmitir a compreensão apreendida.

Para a compreensão do conceito da paisagem, o referencial teórico utilizado foram os seguintes textos da geografia: **A (Re) Produção do Espaço Urbano** (1994); Schier (2003), **Trajетórias do Conceito de Paisagem na Geografia**; Duarte & Matias (2005), **Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia**; Milton Santos (2008), **Metamorfose do Espaço Urbano**; Ana Fani Alessandri Carlos (2007), **O espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**.

No âmbito da pesquisa histórica, foram importantes as fontes documentais de textos de memorialistas e os seguintes livros e documentos: Ofélia Sócrates Monteiro, **Como nasceu Goiânia** (1938); Oscar Sabino Júnior, **Goiânia documentada** (1958); Horieste Gomes (geógrafo e historiador), **Memórias da Campininha** (2000), **Lembranças da Terrinha** (2002) e **Reminiscências da Campininha** (2012); José Mendonça Teles, **Crônicas da Campininha** (2006); Bariani Ortêncio, **História documentada e atualizada de Campinas, 1810-2010** (2011); Licardino Ney, **O Lutador**, (1975). As obras de historiadores viajantes foram a de Raymundo Cunha Mattos, **Chorografia Histórica da Província de Goiás (1824]1979)**; e a de Oscar Leal, **Viagem às Terras Goyanas - Brasil Central**, (1892

Os historiadores campineiros citados testemunharam e escreveram a história do bairro, respaldados em importante material iconográfico, o que contribuiu para o estudo etnográfico do espaço construído pelo povo campineiro.

Além dos escritores locais, foi estudada a obra **1808**, de Laurentino Gomes (2010), que disserta sobre a história do Brasil em uma visão mais ampla, para tentar compreender a estagnação da paisagem de Campinas entre 1810 a 1900 através das ações políticas, econômicas e sociais que movimentaram a paisagem do país quando colônia. Ainda foram

consultadas as obras de Murillo Marx - **Nosso chão do sagrado ao profano** (2003) e **Cidade Brasileira** (1980) - que estudam a construção do urbano nas cidades brasileiras com foco na influência da igreja católica e que ajudaram a embasar o entendimento das ações dessa igreja em Campinas.

Portanto, a pesquisa tem caráter documental e bibliográfico e está assegurada por livros, artigos, revistas, recortes de jornal, fotografias, mapas e documentos.

O trabalho está organizado em três capítulos. O Capítulo I, intitulado *Entendendo o conceito de paisagem*, percorre a trajetória do conceito de paisagem à luz dos teóricos da geografia, com o objetivo de alcançar a compreensão desse conceito em base científica. O estudo parte das primeiras concepções até a inclusão do homem como participante ativo da construção do espaço e da paisagem. Conceitua o espaço como um fenômeno e o percebe como objeto de manifestação dos sentidos e como estrutura que reúne a existência e a significação do homem no mundo. (SCHIER, 2003).

Dentro desses discursos conceituais da paisagem, três correntes se formalizam: a geografia acadêmica clássica, a funcional e a multiparadigmática, que une a funcionalista¹ à humanização geográfica. Cada uma delas traz importantes contribuições para a compreensão da paisagem. A complexidade do tema torna impossível a análise geográfica sob a luz de uma única abordagem. Por esse motivo, o estudo caminha por várias abordagens e conceitos, se identificando, contudo, mais com a abordagem cultural, que considera os valores acumulados e explora o espaço considerando os fenômenos sociais nele ocorridos.

O Capítulo II, intitulado *A história da construção da paisagem urbana de uma cidade/bairro*, faz um recorte de 1810 a 1935 e caminha dentro da perspectiva histórica pelos marcos que descrevem as mudanças e as transformações da paisagem. Esse período relata o núcleo fundacional, contextualizado pela influência das poucas movimentações da Igreja, marcado pela estagnação de crescimento, em que se constata apenas a elevação de sua capela para a de natureza collativa e a movimentação da construção de poucas casas em seu entorno. É a chegada dos primeiros padres redentoristas alemães, em 1894, que representa o principal marco desse período, na medida do seu trabalho com a educação e o repasse de técnicas da cultura alemã, resultando em mudanças de hábitos e comportamentos campineiros e,

¹ Os teóricos funcionalistas compreendem cada parte da sociedade de acordo com sua função para a estabilidade da sociedade como um todo. Essa visão é, portanto, sistêmica: observa quais fatores unem as diferentes partes que compõem a sociedade formando um grande sistema, como uma máquina e suas diferentes peças e engrenagens. (SCHIER, 2003).

consequentemente, em intervenção na paisagem construída. Percebe-se que a soma de suas ações no aspecto da educação abriu a visão de mundo do campineiro e contribuiu na conquista da independência econômica que tornaria o arraial em cidade em 1907. (SANTOS, 1976).

Em 1921, chegam a Campinas as freiras franciscanas, mais uma importante ação dos redentoristas. Elas, também provenientes da Alemanha, trouxeram para o município contribuições na área da educação segundo os valores da Igreja Católica. (MENEZES, 1981).

A partir da década de 1920, aconteceram novas transformações físicas de Campinas com o aformoseamento da cidade: praça, jardim, coreto, comércio, casas modernas, novos arruamentos, calçadas, luz, ampliação da avenida cedem à cidade novos contornos, como a praça Joaquim Lúcio, em 1923, e a construção do coreto, que se tornou palco de muitos acontecimentos sociais, como as retretas da Banda do Chico aos domingos; os passeios românticos dos namorados; os comícios nos eventos políticos; construção de cinemas; e o início de uma vida cotidiana intensa, com muitos acontecimentos. (GOMES, 2012).

Na década de 1930, iniciou-se a seleção para a escolha do lugar onde seria construída a nova capital de Goiás. A escolha de Campinas encheu de ânimo a cidade, na expectativa de ganhar desenvolvimento, valorização de suas terras e muitas oportunidades de crescimento no comércio. Esse ânimo a fez generosa nas doações de suas terras.

O Capítulo III, intitulado *A construção da paisagem de Campinas como bairro de Goiânia, de 1935 a 1980*, aborda a construção de Goiânia no território de Campinas, em 1935, que representava oportunidade de crescimento econômico e que, durante o processo da implantação da capital, passou a atrair mão de obra e a consumir grande quantidade de materiais para a construção e para a subsistência de todos os trabalhadores e da população crescente. Nesse momento, conforme Gomes (2002), a Campininha passou a ser a “Terra Prometida” para os estrangeiros, em sua maioria árabes (sírio-libaneses e palestinos), portugueses, italianos, alemães e japoneses, além de alguns espanhóis, poloneses, gregos, russos, belgas e húngaros, que trouxeram costumes, técnicas e a cultura de seus países e passaram a integrar a história do campineiro, do goiano e de brasileiros de outros estados.

Em Goiânia, será criado, por Pedro Ludovico Teixeira, um departamento de arquitetura para atender à construção cidade e Campinas passaria a usar desse recurso para erguer seus principais edifícios com traços art *déco*. E o bairro se transforma (IBGE,1942), muito embora a infraestrutura básica urbana de asfalto, água pluvial, água potável e esgoto só

tenha chegado à cidade/bairro em 1966, com exceção da avenida 24 de Outubro, que aconteceu em 1949. (BRITO, 1965)

Ou seja, os administradores de Goiânia se esqueceram de Campinas, o que a fez permanecer como se fosse uma cidade. E a população percebeu a discriminação social exercida pela sociedade vilaboense fundadora da nova Capital. Nesse momento, a cidade/bairro se agarrará à sua força comercial e se unirá em uma convivência harmoniosa entre trabalho, educação, lazer, família e amigos, a partir do que nasceria o forte bairrismo do campineiro, que passou a compor a sua paisagem. O cotidiano vivido em Campinas aparece como componente da paisagem de 1900 a 1960. A convivência estabelecida, a intimidade e o afeto pelo lugar representavam uma área de segurança, como se fosse a continuação de suas próprias casas. Após, os relatos demonstram a perda desses valores.

O trabalho completa a compreensão do espaço e da paisagem com o estudo das mudanças das linhas limítrofes de antes e depois da nova delimitação das fronteiras com Goiânia, que aconteceu quando a prefeitura de Goiânia, avaliando a situação do planejamento urbano de Campinas, cuja planta não existia, e em vista dos vários projetos de loteamentos sendo aprovados nas suas linhas limítrofes, propõe então uma nova linha que faz Campinas perder importantes equipamentos.

De 1960 a 1980, a coesão das atividades comerciais invade Campinas e a transforma de modo devastador, eliminando as residências, o lazer e os moradores. Nesse período, fica identificado o fenômeno urbano do magnetismo funcional, que é um movimento dentro do espaço que leva as atividades comerciais a se juntarem e nessa ação se perde a harmonia da convivência social. Assim, a convivência social, citada em verso e prosa por escritores e antigos moradores, é trocada por uma nova forma de ocupação e passa a esculpir uma nova paisagem no espaço ocupado quase totalmente por atividades comerciais. Para maior compreensão, o trabalho elabora mapas e retrata, em uma linha do tempo, as transformações materiais da paisagem de Campinas, representadas por imagens.

CAPÍTULO I – ENTENDENDO OS CONCEITOS DE PAISAGEM

1.1 O espaço e a paisagem

Acredita-se que estudos da paisagem foram realizados inicialmente pelos filósofos, foi durante o século XV que iriam surgir os primeiros conceitos atribuídos à geografia. O Renascimento foi a época em que o homem começou a distanciar-se da natureza intocada e adquiriu técnicas suficientes para vê-la como algo passível de ser apropriado e transformado, ou seja, as abordagens científicas romperam com a ideia medieval de que o espaço seria santificado e por isso indecifrável. Mas foi somente a partir do século XIX que a paisagem passou a ser discutida com o objetivo de entender as relações sociais e naturais em um determinado espaço. (SCHIER, 2003).

A trajetória das alterações dos conceitos permitiu à geografia, no passar do tempo, ampliar o entendimento da paisagem e se abrir para novos significados, deixando de ser apenas uma referência espacial ou um objeto de observação. Passou a ser, portanto, um elemento do contexto cultural com a possibilidades de ser discursiva.

Entretanto, Schier, (2003) comenta que essa ruptura de concepções não se deu de forma drástica, mas em meio as novas concepções. Por volta de 1700, a Igreja perdeu o apoio das classes influentes educadas, que passaram a defender a nação² como o principal objeto da sociedade, uma proposição que apoiava o sonho de viver um “paraíso terrestre” em harmonia com o homem e a natureza. Nesse movimento é que surgiu uma multiplicidade de conceitos que evidenciavam as tendências de cada lugar, mostrando que as concepções teóricas se baseiam nas influências culturais de cada geógrafo. (SCHIER, 2003).

Sem pretensão de aprofundar na trajetória dos conceitos da paisagem, o presente estudo faz uma breve retrospectiva e levanta alguns precursores da geografia com o objetivo de conscientizar o longo caminho percorrido por essa disciplina: a geografia alemã, com

² **Nação** é um termo utilizado para se referir a um grupo de pessoas ou habitantes que compartilha de uma mesma origem étnica, de um mesmo idioma e de costumes relativamente homogêneos, ou seja, semelhantes entre os seus pares. Além de apresentar todos esses aspectos, uma nação para ser considerada como tal precisa agregar um sentimento de pertença ao todo desse grupo, ou seja, é preciso haver uma vontade por parte dos indivíduos em formarem uma nação.

Fonte: PENA, Rodolfo F. Alves. "O que é nação?"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-nacao.htm>>. Acesso em 18 de março de 2019.

Otto Schlüter³, Siegfried Passarge⁴ e Karl Hettner⁵, introduziu o conceito de paisagem como categoria científica e assim a compreendeu até os anos de 1940, como um conjunto de fatores naturais e humanos. (SCHIER, 2003). Paralelamente a esse movimento, os autores franceses, sob a influência de Paul Vidal la Blache⁶, considerado o pai da geografia francesa, caracterizaram a paisagem incluindo o relacionamento do homem com o seu espaço físico. De outra sorte, na Alemanha, no Leste europeu, surgiria uma ideia mais holística, que contemplava a sinergia, denominada por Paul Schmithüsen “*Landschaft*” ou “*Landschaftskomplex*”, e que a definiu como a unidade da paisagem pelo conjunto dos seus processos ecológicos. (SCHIER, 2003).

A cada interpretação aparecem outros estudiosos que a complementam com os diferentes pontos de vistas de sua região, como a *Landschaftsökologie* (ecologia da paisagem), proposta por Carl Troll⁷ e, mais tarde, por Hartmut Leser⁸, em cujo rol entra o movimento norte-americano “human ecology”, que definiu igualmente a paisagem como um sistema ecológico. (SCHIER, 2003).

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido cronológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é

³ Otto Schlüter era um geógrafo alemão que foi professor de geografia na Universidade de Halle de 1911 até sua morte. É creditada a ele a criação do termo **paisagem cultural**, que é um dos pontos de virada da história geográfica.

⁴ Siegfried Passarge foi um alemão que ocupou o cargo de Professor Associado de Geografia em Berlim e, em 1905, tornou-se professor de Geografia em Breslau. Em 1908, ele se juntou ao Instituto Colonial em Hamburgo, onde trabalhou até 1936. Teorizou que deveria ser possível para os geógrafos estabelecerem um sistema taxonômico para os acidentes geográficos, da mesma forma que as ciências biológicas, muito embora ele favorecesse um sistema descritivo, empírico e não genético

⁵ Alfred Hettner- Geógrafo alemão, nascido em 1859 e falecido em 1941, que se interessou profundamente pela filosofia quando completava a sua tese de doutoramento na Universidade de Estrasburgo, tendo baseado as suas concepções epistemológicas da geografia nas ideias do seu compatriota, o filósofo Kant.

⁶ Paul Vidal la Blache foi influenciado pelas ideias da Geografia alemã, principalmente por Friedrich Ratzel. Para La Blache, um Estado deve planejar a apropriação de espaço geográfico considerando e conhecendo todas as características naturais e humanas de seu território. Suas ideias dizem que qualquer Estado soberano **possui possibilidades** para alcançar um nível de desenvolvimento econômico, social, tecnológico e político a ponto de melhorar satisfatoriamente a vida do seu povo ou da sua nação. Portanto, cabe ao Estado impor seu poder sobre o território.

⁷ Carl Troll - Geógrafo alemão que, em 1930, tornou-se professor de geografia colonial e internacional em Berlim e, em 1938, professor de geografia em Bonn. Troll, que utilizou fotografias aéreas em sua pesquisa, cunhou o termo ecologia da paisagem em 1939. Ele desenvolveu essa terminologia e muitos conceitos iniciais de ecologia da paisagem.

⁸ Hartmut Leser foi um fisiologista alemão e ecologista de paisagem. Em 1965, ele recebeu seu doutorado em Bonn de Carl Troll para o Dr. Ing. rer. nat. De 1965 a 1969, foi professor assistente de Herbert Wilhelmy no Departamento de Geografia da Eberhard-Karls-University Tübingen, onde também recebeu sua habilitação em 1969. No mesmo ano, ele se tornou professor universitário e, em 1971, aconselhador científico e professor na Universidade Técnica de Hannover.

representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. (SAUER, 1998 apud SCHIER, 2003, p.42)

Assim, as relações dos conceitos de paisagem vinculadas ao espaço e associadas ao tempo produziram, em meados do século XX, novos parâmetros, que possibilitaram a compreensão do espaço e da paisagem por meio das ações realizadas pelo homem. Porém, Santos comenta (2008, p. 69) que as muitas indefinições da geografia de antes geraram, nesse período, inúmeros estudos em diferentes áreas do conhecimento, tais como urbanismo, economia, sociologia, filosofia, dentre outras, que já vinham tratando do objeto da geografia, admitindo o estudo mediante os textos e os contextos sociais. Assim, em meados do século XX, surge a nova geografia, que busca alcançar a “essência do acontecer geográfico”.

Na contemporaneidade, o conceito de paisagem pode ser entendido como um produto cultural, resultado das modificações do meio ambiente, e é nele que se podem observar as configurações, as marcas culturais e a identidade típica criada no acúmulo da história, envolvendo as pessoas que a constroem.

Diante da multiplicidade de conceitos percebe-se que não existe um conceito da geografia que sirva a todos níveis de estudo do espaço e da paisagem. A complexidade do tema torna impossível a análise geográfica sob a luz de uma única abordagem. Por esse motivo, este estudo caminha por várias abordagens e conceitos, mas se identifica principalmente com a abordagem cultural, que considera os valores acumulados e explora o espaço considerando os fenômenos sociais nele ocorridos.

O ponto de vista da paisagem humanista e cultural guia o estudo da paisagem de Campinas, pela sua abordagem interpretativa. As muitas linhas de raciocínio retratam o amadurecimento da compreensão do objeto da geografia, uma vez que permitem identificar e encontrar justificativa para os muitos fenômenos do espaço de modo específico em cada nível de interpretação, criando uma dialética entre o concreto e o abstrato, contribuindo na questão da compreensão da paisagem seja em termos materiais ou de significação.

Carlos (1994)⁹ alinha o conceito de paisagem ao tripé social, econômico e político, mas a estuda dando ênfase à perspectiva social, retratando o cotidiano na vida do lugar, e

⁹ Ana Fani Alexandre Carlos - Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Possui Graduação e Licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo (1975); título de Mestrado (1979), Doutorado (1987) e Livre-Docência (2000) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado na Universidade de

comenta: “A paisagem, por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados; memória que “revela múltiplas impressões passadas, e imagens impregnadas de história”. (CARLOS, 1994, p. 33).

A maioria dos conceitos de paisagem se atrela a uma determinada abordagem filosófica, dividindo uma pluralidade de interpretações de acordo com o ponto de vista do geógrafo. Contudo, independentemente das concepções filosóficas, todas são igualmente importantes para a compreensão da paisagem.

Conhecer a paisagem levando em conta a multiplicidade de visões e conceitos para os vários aspectos do espaço possibilita compreender a vida do lugar e, conseqüentemente, criar vínculo afetivo com ela, despertar as responsabilidades e a conservação da memória do lugar. Para que isso ocorra, o indivíduo necessita possuir uma educação que lhe permita perceber e refletir sobre sua existência e a do seu entorno e manter uma atitude cultural e psicológica equilibrada para transmitir a compreensão apreendida. (SCHIER, 2008).

A paisagem revela uma história, o passado inscrito nas formas geradas por tempos diferenciais acumulados, mas sempre atuais, sincrônicos e diacrônicos, que produzem uma impressão apreendida pelos sentidos. Olhos cegos de tantas cores, ouvidos encharcados de sons, que se esvaem em uma atonia, às vezes, insuportável; cheiros que se misturam; sentidos agredidos por todo tipo de poluição. Como escreve Fernando Pessoa, “em todo momento de atividade mental acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo que temos consciência de um estado d’alma, temos diante de nós, impressionando-nos os sentidos que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer, entendendo por paisagem, para conveniência das frases, tudo o que forma o mundo exterior em um determinado momento de nossa percepção.” (CARLOS, 2007, p.33,34).

Nessa mesma visão, Duarte & Matias (2005) comentam que o homem toma contato com a paisagem e retira dela seus significados e significantes através do seu olhar e das suas sensações, momento em que consegue estabelecer o discurso que se faz presente em seu cotidiano social dentro do espaço.

Paisagem e espaço, embora muitas vezes se confundam em seus conceitos, são conceitos diferentes: a paisagem é a materialidade de um instante da sociedade, enquanto o espaço geográfico é uma fração do planeta onde o homem realiza as suas ações. Por isso, a

Paris VII e Paris I. Pertence à nova geografia que se abre para a percepção dos fenômenos urbanos dentro do paradigma do tripé social, econômico e político.

paisagem e o espaço são como um par dialético no qual podem ser observadas a configuração territorial e a dinâmica social. (SANTOS, 2008).

O estudo do espaço ocorreu ao mesmo tempo que a trajetória das transformações do estudo da paisagem. O espaço, no princípio, assim como a paisagem, teve seus conceitos atribuídos aos filósofos e os seus primeiros registros são encontrados em Aristóteles¹⁰, que dizia ser o espaço a inexistência do vazio. “Aristóteles trata o espaço como uma “área” preenchida de corpos. Neste caso, sua visão despreza a necessidade do homem como componente. Sua existência se limita unicamente à inexistência do vazio e à condição de um conjunto de pelo menos dois corpos.” (DUARTE & MATIAS, 2005, p. 191).

No século XX, a Nova Geografia¹¹ se abre para a Geografia Cultural e Humana e se baseia nos sentimentos espaciais e na percepção vista com significação. Assim, à luz do paradigma da geografia cultural e humana, resgata-se a possibilidade de estudar o lugar e o espaço vivido, percebidos pela interação do sujeito e do objeto.

O que se acrescenta aos conceitos do espaço nos dias de hoje é a visão da geografia do espaço como fenômeno que estuda a cultura desenvolvida no lugar e todas as práticas sociais percebidas pelos sentidos. O espaço tratado como um fenômeno e percebido como objeto de manifestação dos sentidos reúne existência e significação, homem e mundo.

Seguindo esta linha de pensamento, onde o que o sujeito sente em relação a quaisquer categorias da geografia, neste caso o espaço, é o próprio objeto de estudo, devemos levar em consideração o modo de vida, a religião, a cultura e a liberdade, para se buscar as invariantes, ou essências do discurso do outro. Uma primeira invariante, neste caso, é que o espaço se torna lugar em diferentes escalas, desde um canto do quarto até um estado-nação, são formas diferentes de percepção do espaço vivido. (DUARTE E MATIAS, 2005, p. 194).

Por esse ponto de vista, acredita-se que multiplicidade de conceitos é importante para a compreensão do espaço e da paisagem e pode-se afirmar que: “O paradigma geográfico

¹⁰ Aristóteles foi um filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande. Seus escritos abrangem diversos assuntos, como a física, a metafísica, as leis da poesia e do drama, a música, a lógica, a retórica, o governo, a ética, a biologia e a zoologia. 384 A.C a 322 A.C.

¹¹ **A nova Geografia** ou chamada geografia crítica é uma corrente que propõe romper com a ideia de neutralidade científica para fazer da geografia uma ciência apta a elaborar uma crítica radical à sociedade capitalista pelo estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza. Nesse sentido, enfatiza a necessidade de engajamento político dos geógrafos e defende a diminuição das disparidades socioeconômicas e regionais (SCHIER, 2003)

deve buscar uma circulação espiral de conceitos e princípios através de superações e entendimentos profundos do paradigma no qual está inserido, para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. ” (GUIMARÃES, 2013, p. 55 apud SANTOS, 1992). Ou seja, acompanhar no tempo as transformações do espaço e da paisagem, mas percebendo as particularidades da construção de cada lugar.

Corrêa (2003), geógrafo brasileiro da Nova Geografia ou Geografia Teórico-Quantitativa¹², analisa os fenômenos ocorridos no espaço com base nas ações dos mecanismos econômicos, o que difere do foco do paradigma da Geografia Cultural e Humana¹³ que norteia esse estudo. Contudo, este estudo apropria-se da forma como essa geografia identifica o fenômeno da coesão das atividades comerciais no espaço e nela encontra resposta para o movimento de atração das atividades comerciais em Campinas, nosso objeto de pesquisa.

O estudo esclarece ainda que os diferentes paradigmas não interferem na pesquisa uma vez que não são discutidos movimentos sociais, políticos e econômicos. Seu foco está na observação dos fenômenos do espaço com o objetivo de compreender a paisagem, razão por que faz o resgate do histórico de Campinas, bairro de Goiânia, e o estuda dentro de um recorte temporal e dos marcos que estabelecem a trajetória da construção e transformação da paisagem.

¹² **Geografia Teórico-Quantitativa** ou Nova Geografia. O momento histórico em que se formou e se consolidou esta corrente foi muito marcado pela situação socioeconômica que vivia o mundo no pós-Segunda Guerra. O cenário de destruição fez com que os geógrafos buscassem novas formulações para superar a crise econômica capitalista.

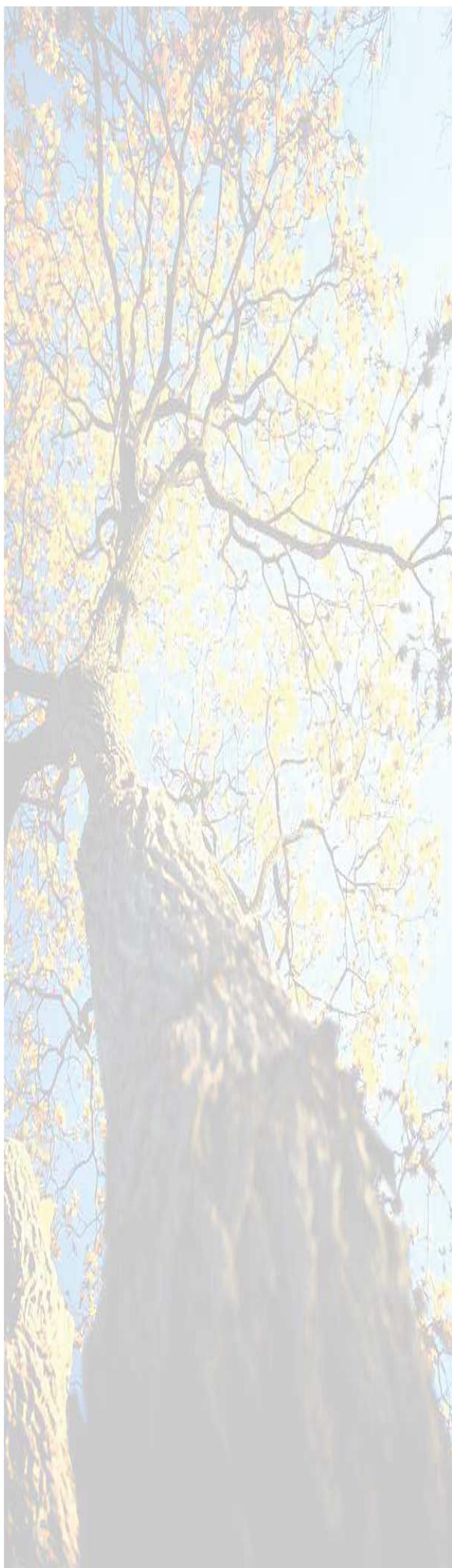
¹³ **Geografia cultural** é o campo da geografia humana que estuda os produtos e normas culturais e suas variações através dos espaços e dos lugares. Foca-se na descrição e análise de como as formas de linguagem, religião, artes, crenças, economia, governo, trabalho e outros fenômenos culturais variam ou permanecem constantes de um lugar para outro e na explicação de como os humanos funcionam no espaço.

Campininha das Flores

CAPÍTULO II

História da construção da paisagem urbana
do arraial de Campinas

(1810 a 1935)



CAPÍTULO II – HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO ARRAIAL DE CAMPINAS (1810 A 1935)

1.2 Núcleo fundacional da Campininha das Flores¹⁴.

O núcleo fundacional de Campinas teve origem em 1810¹⁵, por iniciativa do alferes Joaquim Gomes da Silva Geraes, quando de passagem pelo lugar a caminho da recém-descoberta mina de ouro de Anicuns. A data de 1810 está ligada à descoberta das minas de ouro de Anicuns em 1809, o que movimentou muitos garimpeiros vindos de Meia Ponte (Pirenópolis) passando por Campinas. (SANTOS, 1976, p. 71).

Especula-se que, provavelmente, o alferes, que era natural de Meia Ponte (atual Pirenópolis), tenha sido seduzido pela beleza da vegetação, pela abundância das águas e a planície do lugar, resolvendo, assim, permanecer no local com sua família e ali iniciar uma fazenda. As pesquisas em torno do fundador baseiam-se nos apontamentos dos Livros de Óbitos, nº 1, fl. 5, da Paróquia de Campinas, que identifica seu falecimento em 1839 e o cita como fundador da capela em cujo adro foi enterrado.

A configuração do lugar onde se fundou o povoamento que deu origem a Campinas e as impressões que dele teve o alferes Joaquim Gomes da Silva Geraes foram também descritas por Henrique Silva em 1887, citado por Campos, 1985:

Campinas, um local mais formoso de toda província, está a 14 léguas de Bonfim e a 165 da Capital, próxima do vale do Meia Ponte, numa vasta e pitoresca campina que lhe deu o nome, é regada por um límpido ribeirão – o Cascavel. [...]. Tão magnífico parece-lhe o lugar, que ali mesmo permaneceu-se com seus amigos e companheiros e em breve muitas famílias de São Paulo e Minas para lá transportaram seus lares. Possui ricas minas de ferro que foram exploradas por uma fábrica que já não existe, e uma igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição. (SILVA, 1887 apud CAMPOS, 1985, p. 16).

¹⁴ Campininha da Flores era como os padres Redentoristas se referiam a Campinas - uma forma carinhosa que fazia menção às flores do cerrado que se espalhavam pela sua planície. (GOMES, 2002).

¹⁵ De acordo com as pesquisas de José Assuero de Siqueira, o arraial de Campinas foi fundado em 1816, [...], mas Zoroastro Artiaga, um cuidadoso pesquisador e historiador, discorda e ratifica o ano de 1810, o que é confirmado por Henrique Silva em 1887, na revista *Brasil Ilustrado*. (CAMPOS, 1985, p. 15).

O primeiro apontamento da paisagem de Campinas aparece em 1824, no relato do historiador viajante Raymundo José da Cunha Mattos ([1824] 1979), que descreve o arraial da Campininha com 11 casas e uma capela em devoção à Nossa Senhora da Conceição, habitada por criadores de gado e agricultores que trabalhavam para garantir sua sobrevivência e abastecer o arraial. Faz também alusão à topografia, quando cita a ausência de montanhas e a sua localização a 31 $\frac{3}{4}$ léguas ao sudoeste da cidade de Goiás. (MATTOS, [1824] 1978, p. 32).

Mais à frente, em 1894, aparece outra descrição de Campinas, esta feita por um testemunho do pároco local, monsenhor Inácio Francisco de Sousa, que menciona que “Campinas possuía 30 casas pobres e mal construídas e a Igreja, completamente descuidada estava a ponto de ruir”. Comenta ainda que, antes da chegada dos redentoristas à paróquia, o município contava com uma população de 6.000 habitantes. Mas lembra também que os limites da freguesia, na época, eram dilatados, compreendendo Campinas, Antas, Bonfim, Alemão, Anicuns, todas sofrendo de muito isolamento pela falta de comunicação. (SANTOS, 1976, p. 48).

O espaço fundacional do arraial de Campinas no século XIX foi ocupado por construções rústicas, como se pode constatar nas casas que permaneceram remanescentes dessa época: casas com grossas paredes de adobe e muros de taipa, pisos de terra batida ou assoalho com tabuado grosso, esquadrias de madeira de angico lavradas em serraria, cobertas com telhões coloniais. (GOMES, 2012). (Figura 1).



Figura 1- Casa na rua Bonfim (José Hermano), correspondente à descrição de Gomes, 2012. Campinas da década de 1920.

Fonte: Museu da Imagem e do Som- MIS

A construção da paisagem de Campinas se confunde com a história da sua primeira capela e as autonomias conquistadas dentro da paróquia dedicada à Nossa Senhora da

Conceição. De modo paralelo, nasceram as ações sociais que propagaram o crescimento e o desenvolvimento do arraial, fato esse constatado nos arrais e vilas do Brasil Colônia, visto que as construções religiosas surgiram com as povoações desde os primeiros aglomerados e atendiam à religiosidade do povo e impunham-se também pelas funções de administração pública atribuídas à Igreja, uma vez que esta era um braço do Império e, mais tarde, no início século XIX, durante a República, ainda desempenhava forte influência na formação das cidades.

Nem sempre ricos, porém nunca ausentes foram os templos. Toscas capelas logo surgiram num embrião urbano ou erguidas em zona rural, provocaram a formação dos mesmos. Nas suas naves se reunia a comunidade local vinda de longe para prática da religião dominante, para acesso ao quase único veículo de cultura, para o indispensável e desejado contato social. (MARX, 1980, p. 92).

Em 1810, a capela de Campinas estava ligada à administração da Vila Bonfim (Silvânia) e, em 1839, foi elevada a capela curada, expressão que vem de cura, cuidado do ecles- pároco, aquele que cuida das almas. (MAIA, 1966). A capela curada é aquela que tem um pároco permanente, mas continua sob a jurisdição de outra matriz, no caso a Matriz do Senhor do Bonfim. Essa ação fez aumentar o fluxo de pessoas das redondezas que acorriam à capela, motivadas pelas benesses sociais que essa oferecia, assim como pelas missas, batizados, casamentos, novenas e outras cerimônias. (CAMPOS, 1985).

A independência da capela influenciou o arraial e a comunidade, que começou, então, a sedimentar um ensaio de urbanidade no seu cotidiano, com os encontros nas missas, nas procissões, nos passeios na praça da Igreja, cerimônias de casamento, batizados, velórios e as esperadas festas comemorativas com oportunidades para namoros. Para essas ocasiões, confeccionavam-se roupas novas, encomendava-se ao mascate um calçado novo, falava-se de negócios e trocavam-se notícias. (CAMPOS, 1985).

Na sequência desses fatos e eventos ocorridos na história da capela de Campinas, em 10 de julho de 1845 o arraial foi elevado à categoria de freguesia de natureza *collativa*¹⁶, por Lei Provincial registrada no ¹⁷ Livro do Tombo II: “A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas fica literalmente desmembrada de Bonfim” - conforme aparece em

¹⁶ Natureza *collativa* - Colação: lat. *collatione*; *ecles* - nomeação para benefício eclesiástico; concessão de um título ou grau. Um vigário colado é investido em caráter inamovível até a morte, salvo em falta grave. (MAIA, 1966).

¹⁷ A expressão Tombamento e Livro de Tombo provém do Direito Português, onde a palavra *tombar* tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do Reino. Fonte: Secretaria da Cultura Patrimônio Cultural.

uma folha avulsa do mesmo livro, com padre Basílio Antônio assinando como Vigário em 1845. (SANTOS, 1976). O documento da Igreja data de 3 de outubro de 1839, mas foi encaminhado à assembleia legislativa e registrado no Livro do Tombo somente em 1845. (SANTOS, 1976). Com isso, cresce mais ainda o número de habitantes de Campinas, e os livros da Igreja registram esse crescimento. (Figura 2).

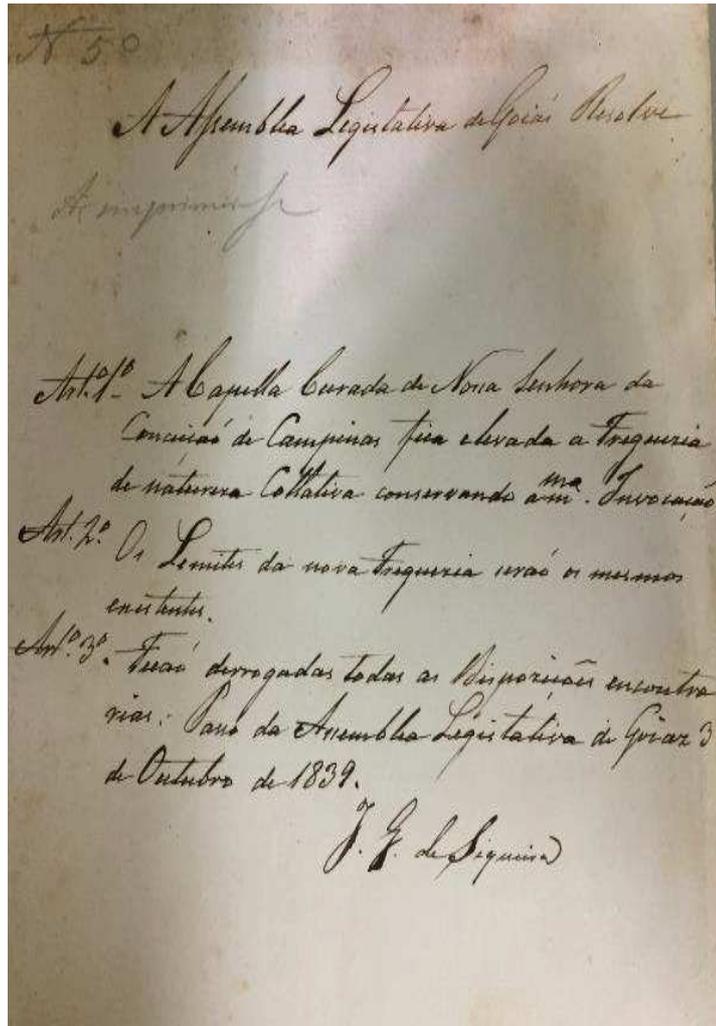


Figura 2- Fac-símile do documento endereçado à assembleia de Goiás, em 1839, que eleva a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Campinas a Freguesia de natureza collativa, deixando permanecer o mesmo limite territorial.
Fonte: Biblioteca Estadual Pio Vargas – Goiás

Entre 1836 e 1900, realizaram-se, segundo os dados dos livros dos Registros de Casamentos da Paróquia de Campinas, 1.147 casamentos, numa média anual de 18 consórcios. Do total de 882 noivos cuja naturalidade foi anotada, 539 procediam de Goiás, 321 de Minas Gerais, dividindo-se os outros pelos Estados da Bahia, S. Paulo, Piauí, Mato

Preto (Trindade), cuja data é motivo de controvérsia entre historiadores, variando de 1840 a 1860. A festa atraía pessoas de diferentes lugares que passavam por Campinas, movimentando também o comércio. (SANTOS, 1976). Nesse período, acontece o início da vocação comercial dos moradores de Campinas, que se antecipavam para abastecer com as mercadorias que seriam vendidas durante a festa do Divino Pai Eterno, marcando o início de uma economia urbana que contribuiria para a concentração das edificações e o aumento da população. (SANTOS, 1976, p.50).

Em 1894, o bispo de Goiás, Dom Eduardo Duarte Silva, diante da carência do município e motivado pelo volume de fiéis na festa do Divino Espírito Santo do Barro Preto (Trindade), viaja para a Itália à procura de padres missionários dispostos a ajudá-lo na evangelização, no atendimento aos romeiros, como também realizar missões na região da diocese e cuidar da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Goiás, em Campinas. Sem lograr êxito na Itália e, segundo ele, por uma iluminação divina, foi aconselhado por outros padres a ir à Alemanha, onde obteve o que buscava. (SANTOS, 1976)

Antes da chegada dos padres missionários, em uma iniciativa de acolhimento, a paróquia buscou assegurar renda para garantir as despesas. Para tanto, os padres de Campinas cuidaram da regulamentação da demarcação das terras da Igreja desde que, até então, os limites da propriedade eram reconhecidos pelos vizinhos e marcados por pontos de referências geográficas naturais, como árvores e córregos.

A intenção dos padres era legalizar as terras para serem exploradas com a agricultura e a pecuária, sem problemas futuros de disputas de posses, visto que o patrimônio teve origem em doação do Monsenhor Sousa e esteve ocupado pela Igreja desde o início do primeiro aglomerado. Por esse motivo, os lotes do arraial eram adquiridos na Igreja e demarcados com orientação do “fabriqueiro”¹⁸, que era a pessoa responsável pela fábrica da cidade. (SANTOS,1976). A legalização das terras levada a efeito pelos padres repetia-se nas fazendas do Brasil com o intuito de manter na terra os trabalhadores rurais, conforme afirma Abreu (2014, p. 29):

Para os proprietários fundiários, a instituição de um patrimônio religioso era vantajosa: pela cessão de uma pequena porção de terra, garantiam a presença no local de uma população gregária que lhes era bastante dependente, notadamente para

¹⁸ Dá-se o nome de fábrica ao conjunto de bens patrimoniais das Igrejas ou os seus rendimentos destinados à sua conservação e despesas com manutenção do culto. Fabriqueiro é o indivíduo encarregado de contabilizar a fábrica, sendo, portanto, uma espécie de tesoureiro paroquial. (MAIA,1966).

a obtenção de trabalho. Para os colonos, por sua vez, a obtenção de um chão, por menor que fosse, significava ter acesso à terra. Da repartição desse patrimônio surgiram, portanto, os pequenos arraiais, alguns dos quais prosperaram e tornaram-se freguesias. Muitos foram mais tarde elevados a Vila.

Os padres redentoristas da Congregação do Santíssimo Redentor da Baviera, sul da Alemanha, chegaram a Campinas em 1894 e acharam por bem construir, em 1895, um seminário e um convento no lugar, pela qualidade da paisagem natural e, principalmente, pela boa água do córrego Cascavel. Logo após, partiram para o projeto da nova matriz, e ela deveria ser:

[...] suntuosa, medindo 40 m de comprimento por 17 m de largura, com duas suntuosas torres de 16m de altura. Os esteios de aroeira, fincadas dois metros na terra, eram de quatro metros nas paredes laterais e de 7 m na nave central, formando duas naves laterais de 4 m metros de largura cada, tendo a nave central 9 metros. Além da porta principal, voltada para o rio Cascavel, havia portas laterais, contando a da sacristia, e cada nave lateral tinha oito janelas. (SANTOS,1987,p.102, apud SILVA,2017)

A arquitetura marcava imponência para o arraial de Campinas que, nesse ano, contava com apenas 400 habitantes, segundo os apontamentos da Igreja de 1900. (SANTOS, 1976). (Figura 4).



Figura 4 - Fachada em perspectiva da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de 1900. Foto de 1949- Campinas.

Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), apud Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN)

Na fachada lateral, podem ser observadas as testeiras das platibandas com desenho de semiarcos reversos acompanhando as colunas em madeira bruta encoberta por pintura, com duas portas. A Matriz Nossa Senhora da Conceição foi construída na planície do largo da antiga Igreja, com as posições invertidas - sua fachada, na época, era virada para o córrego Cascavel. De acordo com Livro do Tombo, nº 1, folha avulsa do arquivo da paróquia de Campinas, consigna-se que, desde de 1866, essa construção era uma missão a ser cumprida. (SANTOS, 1976 p.75). (Figura 5) .

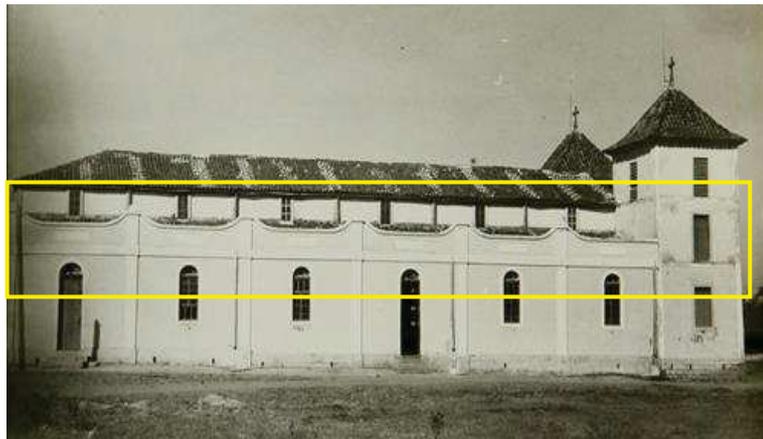


Figura 5- Fachada lateral da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, de 1900, Goiás. Destaque para platibanda. (Marcações da autora)
 Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), apud Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN)

O estudo faz uma reprodução da paisagem de Campinas pelas descrições históricas de Cunha Mattos em 1824. Como base se utiliza da planta atual do SEPLAM-GO. (Figura 6).



Figura 6- Reprodução da paisagem aérea da Campininha das Flores em 1824 de acordo com a descrição de Cunha Mattos. (Primeira Capela)
 Fonte: Mapa SEPLAN (Criação da autora).

No século XIX, Campinas se apresenta na história marcada por estagnação no seu desenvolvimento, justificado pelas ações sociais, econômicas e políticas dos cenários local, nacional e global. No Brasil, era o tempo de antes e depois da Proclamação da Independência, motivada pela volta de D. João VI a Portugal. O espaço público evoluía lentamente com influência direta e indireta da igreja, e podem-se acompanhar as mudanças da paisagem observando a influência religiosa desde seus primórdios. (MARX, 2003).

O vagaroso avanço da secularização representou, na verdade, o progresso daquilo que exprimia o cotidiano sobre o que representava o evento especial, geralmente associado- pelo calendário litúrgico oficializado, pelas circunstâncias, pela angústia e crença popular- a alguma efeméride ou devoção. (MARX, 2003, p. 59).

Esse vagaroso desenvolvimento permitiu que a igreja avançasse, pois representava apoio para muitas dificuldades vividas no século XIX. A população ficava envolvida com as festas religiosas, que exerciam um importante papel social, dado que, em uma sociedade ainda escravagista, tais festas ofereciam a oportunidade de unir senhores e escravos. (MARX, 2003)

Ademais, outros fatores contribuíam com essa lentidão de transformações da paisagem: a falência econômica do Brasil, as muitas lutas internas, os altos índices de analfabetismo, a escassez de ouro nas minas do interior do país, miséria, fome, doenças e a grande inflação pós-independência, sobre a qual comenta Gomes (2010, p.57): “As despesas públicas somavam cinco mil e seiscentos contos de réis, cerca de trezentos milhões de reais em valores de hoje, o que representava mais do dobro da arrecadação [...] Ou seja, para cada um de receita, D Pedro gastava dois.”

Gomes (2010) ressalta as fragilidades econômicas, sociais e políticas do país na transição de colônia para república independente de Portugal. Na sua descrição dos acontecimentos históricos, aponta as causas da estagnação observada nesse período (1821):

Ao retornar a Lisboa em abril de 1821, o rei D. João VI deixara para trás um Brasil profundamente transformado pelas decisões no Rio de Janeiro. [...] O rei manda raspar os cofres do Banco do Brasil e encaixotar às pressas o ouro, os diamantes e outras pedras preciosas estocada no Tesouro. Criado em 1808 para financiar as despesas da corte, o banco já vinha mal das pernas. Seu patrimônio cobria apenas um quinto dos títulos e papéis que emitira nesse período. Sem reservas quebrou três meses depois da partida do rei. [...]. Por isso, ao assumir o governo o príncipe regente nomeado pelo seu pai, D Pedro, encontrou os cofres vazios. (GOMES, 2010, p. 57)

Somente em 1892 aparece mais uma descrição da freguesia na obra do historiador e viajante Oscar Leal, quando de sua passagem por Campinas, voltando dos festejos do Divino Pai Eterno no arraial do Barro Preto (Trindade). Ele relata:

Às quatro horas da tarde passamos pelo arraial da Campininha, um lugar mais insignificante que conheci em todo Sul de Goyas. É uma povoação embryonária, todavia dizem-me ser localidade de prospero futuro pelas magníficas terras das redondezas. Comquanto o arraial da Campininha ou Campinas seja habitado, creio que a população dormia áquellas horas ou aliás é muito cazeira, porque não vi ninguém na rua. (LEAL, 1892, p. 154-155)

O autor talvez não tenha atentado para o fato de que o festejo do Divino Pai Eterno atraía habitantes de todos os municípios de Goiás e, por isso, a Campininha estava deserta. Ele próprio, descrevendo e desenhando a bico de pena a festa do Divino, afirma: “Calculo sem exagero em quinze mil pessoas que ao todo para ali haviam ido de várias localidades.” (LEAL, 1892 p. 148). (Figura 7).

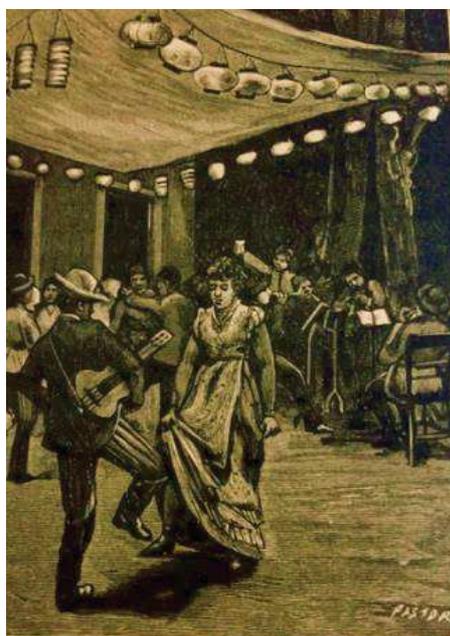


Figura 7- Pintura em bico de pena, retratando as danças nos festejos da Festa do Divino Pai Eterno.
Fonte: Leal (1898).

Em 1898, Oscar Leal ainda descreve a movimentação do arraial do Barro Preto (Trindade) na véspera da festa e se mostra impressionado com o número de pessoas, que aumentava de hora em hora. Refere-se ao movimento como “soberbo” para o pequeno

povoado e comenta que havia um grande comércio vindo de todas as partes. Mas faz críticas: “Durante a festa assistimos a verdadeiros actos de fanatismo ou bestialismo - mulheres que se arrastavam de joelhos, que carregavam pedras na cabeça e tanta cousa semelhante, que nem vale a pena mencionar”. (LEAL,1892, p.148). Nota-se que o autor não percebe o sentido daquele ato e despreza a demonstração de fé daquele povo carente que não tinha a oportunidade da educação formal.

Leal (1892) também aponta, em sua carta do Sul de Goiás e Triângulo Mineiro, Campinas posicionada em um eixo de passagem para Goiás e para a estação ferroviária mais próxima (Araguari) e para as cidades de Anicuns, Antas (Anápolis), Bonfim (Silvânia), Meia Ponte (Pirenópolis) e Barro Preto (Trindade), onde acontecia a maior festa religiosa do Estado. (Figura 8)

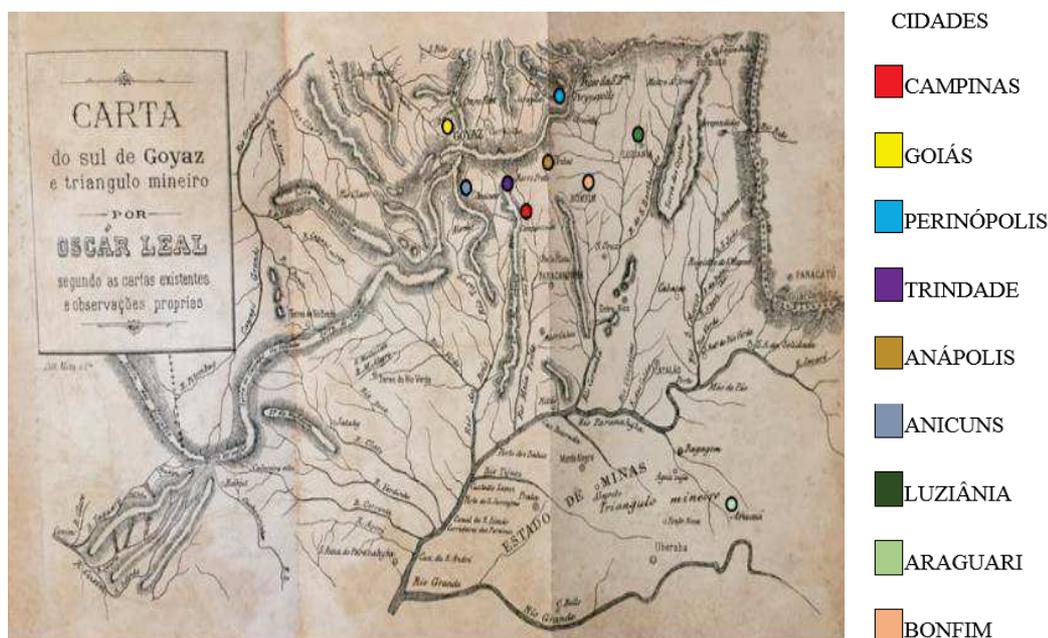


Figura 8- Carta do Sul de Goiás.

Fonte: Anexo da obra de **Viagens às terras goyanas**, de Leal (1892). (Grifo da autora).

A prelazia da Igreja¹⁹ atuou como um agente construtor do espaço e da paisagem de Campinas, a começar pela regularização fundiária, que, a princípio, estava sob o seu comando, pois era ela a proprietária de grande parte da cidade. (TEIXEIRA, 1940).

Por volta de 1900, Dom Eduardo Duarte da Silva²⁰, o quinto bispo de Goiás, descrevia a paisagem de Campinas: “Campininha é um dos mais aprazíveis lugares de Goyaz: vasta é a

¹⁹ Prelazia ou Prefeitura – lat. *praelatum* = que está à frente – atribuído à sede ou jurisdição do prelado apostólico (maior ou menor). É a dignidade eclesiástica para administrar regiões que ainda não possuem condições essenciais para ser diocese (V. Vicariato Apostólico). (MAIA, 1966).

planície, abundante excelente água, matas de primeira qualidade, de modo que se presta para uma futura cidade e talvez mesmo a capital do Estado tão mal situada”. No relato há uma espécie de premonição sobre o que viria a acontecer com a cidade de Campinas (apud SANTOS, 1976). Embora tivesse uma boa impressão da paisagem natural de Campinas, também descrevia a situação de pobreza do arraial da Campininha:

[...] como está abandonada, e deteriorada esta pobre Matriz! O telhado cheio de goteiras, o assoalho todo movediço por estar as taboas assentadas em barrotes podres, os dois altares com falta de tudo o que é necessário. O arcaz da Sacristia com alguns paramentos velhos e em completa desordem! A única couza q. fizeram para minha chegada foi caíarem a Igreja, altares, tabernáculos e castiçais com tabatinga. Não sei como não caíram também as imagens horrorosas. Como epecimen curioso, e digno de estar em algum museo retirei e levo comigo uma d’ellas de cêra preta, que é idêntica a um manipanso²¹ q. está no museo do Rio de Janeiro. [...] (SILVA apud SILVA, 2017, p. 47)

Dom Eduardo por volta de 1891, enquanto de passagem por Campinas crismou 35 pessoas, em uma Matriz em ruínas, e comenta foi preciso aparamentar sobre um tamborete de couro, porque não foi possível encontrar uma cadeira em todo arraial.

1.3 As contribuições dos padres redentoristas no processo de transformação da paisagem de 1900 a 1935.

Os primeiros sinais de crescimento do arraial Campinas acontecem simultaneamente à chegada dos oito redentoristas alemães, que iniciam um processo de grandes contribuições: aumento das edificações, inserção de tecnologias na pecuária e na agricultura, melhoria na educação, influência nos hábitos e costumes da população - todos eles fatores que alteraram o espaço e a paisagem. A ilustração abaixo reproduz, sobre o mapa atual de Campinas, o local do convento. Também se observa a pulverização de moradias para o lado noroeste e a construção da ponte ligando a moradia dos redentoristas à matriz. (Figura 9).

²⁰ Dom Eduardo Duarte Silva 5º Bispo de Goiás de 1891 a 1897.

²¹ África. Ídolo africano, feitiço; qualquer coisa ou objeto, tanto real quanto abstrato, que possa ser utilizado para realização de um culto; cuja essência pode ser sobrenatural.

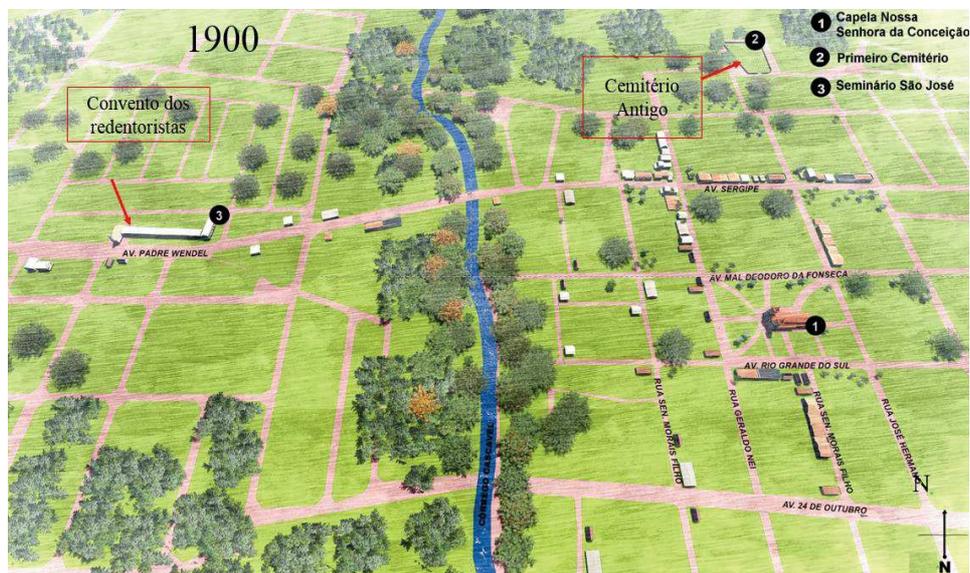


Figura 9- Reprodução da paisagem aérea da Campininha das Flores de 1900
 Fonte: Mapa SEPLAN. (Criação da autora).

O arraial inicia a expansão para o lado noroeste, rumo ao novo convento construído para abrigar os padres redentoristas. Era um casarão de esteios de madeira, paredes de adobe, janelões e portas de madeira, coberta com telhas de barro, como as casas de fazenda de Goiás do período Brasil Colônia. (Figuras 10,11).



Figura 10 - Primeiro convento dos redentoristas em Campinas,
 Vila São José, próximo ao córrego Cascavel, 1895.
 Fonte: Foto de Hélio de Oliveira, início da década de 1940.



Figura 11- Corredor externo do seminário dos redentoristas em Campinas, 1895.
 Fonte: IPHAN –Fotos de E. Jacinto, em 1949.

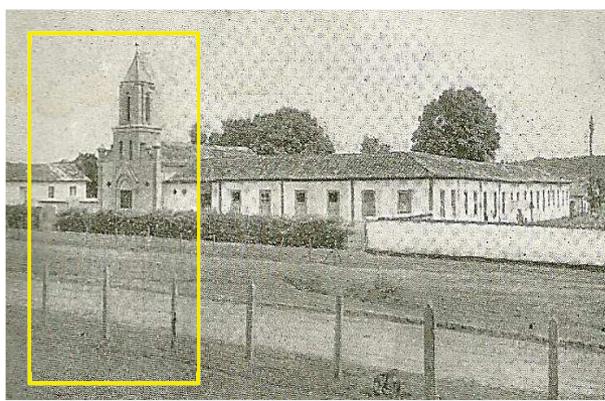
A construção do outro lado do córrego Cascavel leva o crescimento a Noroeste e concentra habitações e comércio ao longo da avenida Sergipe, onde estava a ponte de travessia, caminho que ligava Barro Preto (Trindade), Anicuns, Goiás. A revista eletrônica dos Redentoristas de Goiás traz, no relato histórico da chegada dos missionários, as fotos abaixo.

Em Goiás, foi construído o grande convento na área do atual Setor São José. Lá, até por volta de 1940, o alemão era a língua comum. A comunidade sempre contou com cerca de 4 padres e 9 irmãos, certamente por conta da necessidade de se implantar a infraestrutura necessária para a subsistência da missão. Era referência para pouso e retiro do clero de toda a diocese. Até bispos procuravam a casa para momentos de recolhimento e oração. (<https://www.arquidiocesedegoiania.org.br/arquidiocese/historia>, 2007)

Os missionários bávaros eram: Padre Gerbabo Wiggermann, supervisor da missão; Padre. João da Mata Späth; Padre Miguel Sieber, subdiácono; Padre Lourenço Hubbauer; Irmão Noberto Wagenlehener; Irmão Ulrico Kammermeier; Irmão Gerbardo Konzet e Irmão Floriano Rislhisl. Curado (2018) descreve com detalhes o funcionamento do convento e a rotina dos missionários:

Antigo Convento de São José em Campininha das Flores, cuja construção teve início em 1894, residência dos Padres Redentoristas bávaros. Construção antiga de reforçados paredões com aroeira e taipa. Ali segundo relatório de Laudelino Gomes, de 1906, funcionava como um feudo, pois tudo era produzido com maestria e dedicação; criavam animais, plantavam, tinham serraria e até cerveja se fazia. Era a cultura do velho mundo nas terras do sertão goiano. Infelizmente, a bela construção desapareceu com a voracidade de Goiânia e só resta a capelinha solitária da rua Padre Josef Wendel como testemunha de uma história secular. Dali, partiam para atividades em Barro Preto, Suçuapara, Ribeirão, São Geraldo, além das desobrigadas nas grandes fazendas. (CURADO, 2018, p. 648).

O convento foi construído em 1900 e a capela de São José construída em 1931. Abaixo, na figura, podem-se constatar as diferentes técnicas construtivas e estilos arquitetônicos. Acredita-se que a cultura dos missionários alemães tenha influenciado na construção da nova capela, pela significativa diferença do casarão colonial das fazendas, construído anteriormente para abrigar os missionários logo que chegaram. (Figura 12).



Os redentoristas alemães eram descritos como enérgicos educadores e impunham disciplina. Venerando de Freitas Borges (1980, p. 41), primeiro prefeito de Goiânia, descreve em suas memórias o tempo que viveu no seminário como interno em 1919 e relata a sua fuga por não suportar a pressão e uma bofetada por se negar beijar o anel de um superior. De madrugada, tomou um carro de boi que havia pousado por lá e seguiu para sua casa em Inhumas.

Lá fora tudo quieto. Do pomar o perfume das flores das laranjeiras entrava-me pelas narinas, acalmando-me os nervos. Por muito anos o Convento dos Redentoristas foi o centro de maior influência da vasta região que abrangia, além de Campinas, os municípios de Trindade, Bela Vista, Inhumas, Guapó e Hidrolândia. Não se pode negar ter sido aquela época religiosa importante pólo de evolução e harmonia social. Construído em estilo da época – esteios, baldrame e beirais de “cachorros” – o núcleo constituía-se da residência dos membros da Congregação, abrigando a biblioteca composta de obras quase exclusivamente escritas em alemão, e da Capela, com campanário. Ao oeste de Campinas, na planície que medeia as vertentes do Anicuns e do Cascavel, erguia-se o casarão em forma de quadrilátero. O maciço verde das árvores frutíferas: mangueiras, laranjeiras, abacateiros, além do parreiral, contrastava com as paredes e murros caiados da grande construção que, por mais de um século, abrigou a Congregação do Santíssimo Redentor, no sertão goiano. Ali, tudo era convite ao repouso e à meditação.

Contudo, outros estudiosos relatam que os redentoristas eram também gentis anfitriões para os viajantes que por ali passavam, servindo vinhos de tucum por eles fabricados, além de se mostrarem generosos, distribuindo frutas de seus pomares para as crianças pobres da região. (CAMPOS,1985).

Desde o período fundacional, a igreja acumulava atribuições administrativas relativas à educação, saúde, manutenção da ordem e, a cada elevação que sofria, o arraial ganhava maior atenção da província de Goiás. No acervo da Biblioteca Estadual Pio Vargas, Goiás, caixa nº 41, foram encontradas correspondências da Igreja com o governo local e até com o comando maior do Brasil desde o início do núcleo. Nas cartas, os redentoristas relatavam os progressos, as necessidades, as tragédias, e também os pedidos de socorro para as suas

paróquias. Dentre as solicitações, podemos citar: requisição de papel e remédios, vacinas, solicitação de pontes, abertura de estradas, comunicado de prisões, relatórios da educação, os processos eleitorais, prestação de contas através de balancetes muitos deles assinados por padres do arraial. (Figuras 13, 14).

Campinas 4 de Junho 1904

Alto Signissimo Governos!

Conselhei ao Sr. Sargento Thomaz Bispo Pinheiro, a pedir de V. Exa. "em officio" ao Sr. Landelino Gomes de Almeida, que o Governo queira só saber as despesas para os remédios empregados nos variolosos, e não os vícios variol (o que é muito sério e comprometido), antes de fazer seu relatório official. Fico em confiança e como amigo.

Com consideração respeitissima sou
 Sr. V. Exa.

officiado em 10 de Junho de 1904
 P. José Wendel, Vig.

Balancete

Das receitas e despesas da Colheita Estadual de Campinas, relativas ao
 exercício de 1907, e do saldo de 1906.

Receitas		Despesas	
Receita da venda de vacinas	243.720	Saldo para o exercício de 1906	20.000
Receita de honorários de peritos	3.000	Saldo para o exercício de 1907	28.000
Receita de doações de vacinas	9.000	Saldo de vacinas de 1906	11.000
Saldo de 1906	24.000	Saldo de vacinas de 1907	11.000
Saldo de 1907	280.720	Saldo de vacinas de 1908	11.000
		Saldo de vacinas de 1909	11.000
		Saldo de vacinas de 1910	11.000
		Saldo de vacinas de 1911	11.000
		Saldo de vacinas de 1912	11.000
		Saldo de vacinas de 1913	11.000
		Saldo de vacinas de 1914	11.000
		Saldo de vacinas de 1915	11.000
		Saldo de vacinas de 1916	11.000
		Saldo de vacinas de 1917	11.000
		Saldo de vacinas de 1918	11.000
		Saldo de vacinas de 1919	11.000
		Saldo de vacinas de 1920	11.000
		Saldo de vacinas de 1921	11.000
		Saldo de vacinas de 1922	11.000
		Saldo de vacinas de 1923	11.000
		Saldo de vacinas de 1924	11.000
		Saldo de vacinas de 1925	11.000
		Saldo de vacinas de 1926	11.000
		Saldo de vacinas de 1927	11.000
		Saldo de vacinas de 1928	11.000
		Saldo de vacinas de 1929	11.000
		Saldo de vacinas de 1930	11.000
		Saldo de vacinas de 1931	11.000
		Saldo de vacinas de 1932	11.000
		Saldo de vacinas de 1933	11.000
		Saldo de vacinas de 1934	11.000
		Saldo de vacinas de 1935	11.000
		Saldo de vacinas de 1936	11.000
		Saldo de vacinas de 1937	11.000
		Saldo de vacinas de 1938	11.000
		Saldo de vacinas de 1939	11.000
		Saldo de vacinas de 1940	11.000
		Saldo de vacinas de 1941	11.000
		Saldo de vacinas de 1942	11.000
		Saldo de vacinas de 1943	11.000
		Saldo de vacinas de 1944	11.000
		Saldo de vacinas de 1945	11.000
		Saldo de vacinas de 1946	11.000
		Saldo de vacinas de 1947	11.000
		Saldo de vacinas de 1948	11.000
		Saldo de vacinas de 1949	11.000
		Saldo de vacinas de 1950	11.000

Colheita de vacinas em Campinas em Outubro de 1907
 Sr. Vigário José Manuel

Figura 13- Fac-símile de Carta datada de 1904 em que o Padre Vigário José Manuel presta contas ao governo das despesas das vacinas usadas no combate à varíola

Fonte: Biblioteca Estadual Pio Vargas.

Goiás, cx. Nº 41 e

Fac-símile do balancete de Campinas, 1907,

Fonte: Biblioteca Estadual Pio Vargas - Goiás. (Caixa 2).

Com base nos textos de Santos (1976) e nos documentos da Biblioteca Estadual Pio Vargas, acredita-se que a construção da paisagem de Campinas se alterou articulada aos movimentos da Igreja. No campo social, a Igreja semeou a cultura nas escolas, nos catecismos, nos sermões e em outras cerimônias, como nas festas religiosas; no campo econômico, transmitiu os conhecimentos e as técnicas alemãs como a criação de gado e o cultivo de uvas, trazendo a motivação para o trabalho, incrementando a produção agropecuária, fomentando o crescimento econômico; e na área política, atuou como elo e influenciador na administração do município e do Estado. (Figura 14)



Entre os anos de 1836 e 1900, conforme já dissemos, os livros da paróquia apontavam 1.174 casamentos, sendo que de 822 noivos com naturalidade anotada, 539 procediam de Goiás; 321, de Minas Gerais; e também os da Bahia, São Paulo, Piauí, Mato Grosso, Ceará, além de três, da África (escravos); dois, de Portugal; e um, da Itália (CAMPOS, 1985). A fase subsequente esteve marcada pelo rompimento da inércia do crescimento urbano, que passou a promover alterações na paisagem, iniciando o processo de expansão da cidade na medida em que foi se tornando independente da influência da Igreja.

A partir de 1900, a expansão da cidade aconteceu de modo significativo, com a construção de arruamentos e edificações ao mesmo tempo em que se intensificavam as relações sociais na vida cotidiana na cidade. Nesse momento, os fazendeiros vislumbraram a oportunidade de investir no comércio para atender às necessidades de uma cidade com crescente população, o que ocorreria em 1909, a partir do crescimento e da expansão do comércio da praça da Matriz para a praça Coronel Joaquim Lúcio Tavares, nome do respeitável fazendeiro e proprietário de uma das duas casas comerciais do local. (NEY,1975,p.21). Assim, a transformação do espaço urbano construía novas paisagem que acompanhavam o dinamismo do comércio. E dessa forma, no início do século XIX, iniciava-se em Campinas um processo progressivo de laicização no uso do espaço. (MARX, 2003).

De um lado, seus acontecimentos preponderantes ao longo de séculos – direta ou indiretamente de cunho religioso- foram perdendo sua participação relativa na vida comum ou se transformando em algo mais mundano. De outro, as atividades eminentemente laicas, tão pobres e acanhadas de início, foram ganhando corpo até superarem as outras e se tornarem dominantes. (MARX, 2003, p. 59)

Esse fortalecimento do comércio levaria Campinas a conquistar a autonomia para se tornar cidade, sede do município do mesmo nome, em documento assinado pelo presidente do Estado, Sr. Joaquim Rufino Ramos Jubé, no dia 5 de julho de 1910. A Lei 287 criou o município no dia 15 de julho de 1907. Remetida ao senado, foi aprovada em 1910 e passou a compreender também Barro Preto como distrito (Trindade). Nesse mesmo ano, Campinas foi

elevada à condição de vila pela mesma Lei 287, por já haver alcançado a independência econômica prevista. (SANTOS,1976). (Figura 15).

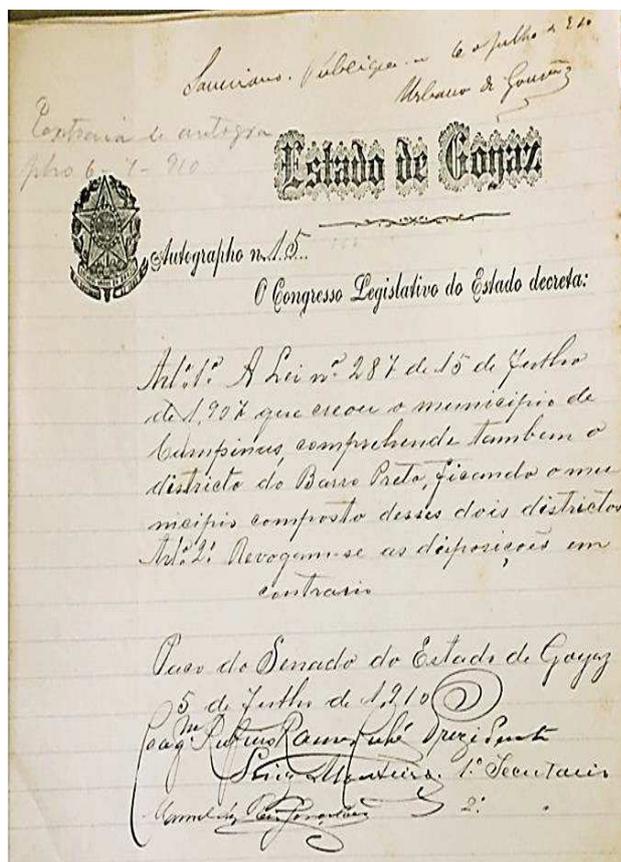


Figura 15 - Fac-símile do documento de 1907 que eleva Campinas à condição de município, assinado pelo então presidente do estado de Goiás, Joaquim Rufino Ramos Jubé. Fonte: Biblioteca Estadual Pio Vargas - Goiás. ex. n° 41.

Santos (1976) afirma que o relatório paroquial de 1915 aponta que o município de Campinas, junto o distrito do Barro Preto, teria uma população de 10.000 habitantes, depois de desmembrado de Sussuapara (Bela Vista). Nesse ano, segundo Ney (1975), corria o forte boato da mudança da capital, embora ainda não se admitisse que seria Campinas o local escolhido para a sua construção. Todavia, mesmo se não fosse a escolhida, já alimentava a esperança de progresso e crescimento da região, pois, se Bonfim (Silvânia) fosse a selecionada, conforme se esperava, só isso já colocaria Campinas em melhores condições de desenvolvimento, pela proximidade de ambas e pelas estradas que seriam construídas.

Quando começa a chegar a modernidade em Campinas, Godinho (2018) faz uma fiel descrição da casa de Licardino Ney, na praça Joaquim Lúcio, que, em 1921, seria nomeado o primeiro intendente de Campinas e iniciaria ações para a organização da cidade, tendo como base sua visão de homem progressista e que já conhecia muitas cidades. Suas ações foram pioneiras e dele se conta que, quando iniciou a obra da casa com tijolos, causou curiosidade e desconfiança da qualidade e da resistência de paredes levantadas sem esteios de madeira. Apostavam que a casa cairia, mas ela se manteve por muitos anos. Depois dela, foi-se abolindo o uso do adobe. (Figura 16).

As construções eram inicialmente de adobe e, posteriormente, construídas em alvenaria. Das cinco residências observadas, três delas possuem telhado de barro aparente e com beiral, com duas ou quatro águas e janelas e portas em madeira. Aparentemente, essas casas tradicionais eram também comércio, pois possuíam duas portas para a rua. Contudo, duas das casas têm sua cobertura com telha francesa e foram construídas em alvenaria: a de dois pavimentos e a que possui um alpendre, com entrada lateral. A praça, o coreto e seus canteiros floridos e organizados indicam, assim como as novas casas, a influência de Goiânia. (GODINHO, 2018, p. 71)

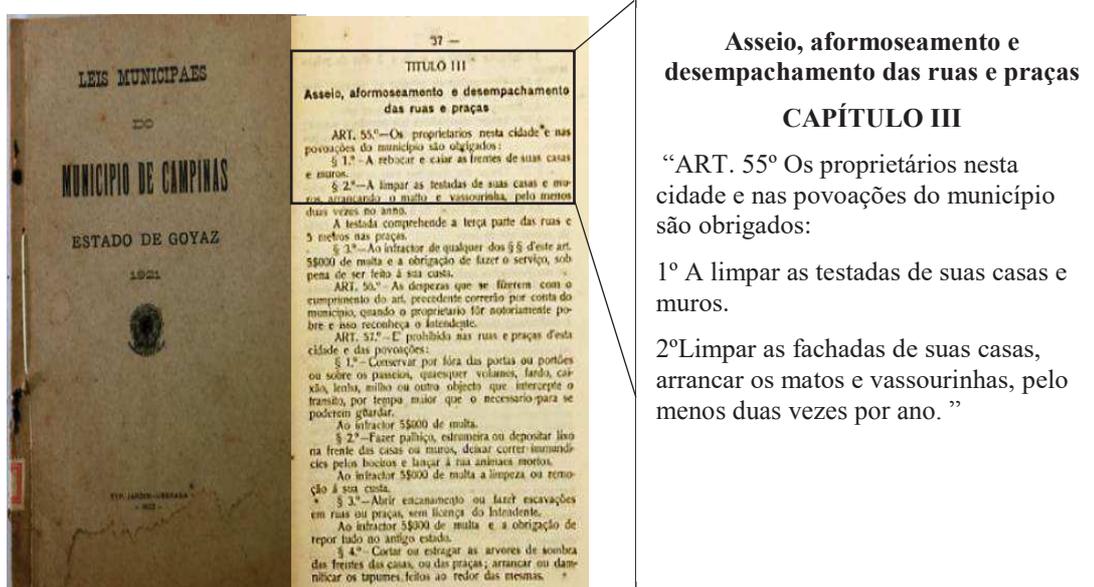


Figura 16- A primeira casa de tijolos de Campinas, de Licardino Ney, na praça Joaquim Lúcio (1920).

Fonte: Eliézer Bilemjiam apud GODINHO, 2018.

Apesar de os tijolos de cerâmica já estarem em uso em vários lugares, em Campinas a primeira casa construída de tijolos aconteceria em 1920. Licardino Ney, o prefeito da cidade, em suas viagens tomara conhecimento da técnica e a utilizou na construção de sua casa. Mais tarde, se associaria a um imigrante português e montaria uma olaria. Era o início da modernidade no Brasil: as construções aparecem com linhas retas utilizando materiais mais leves, grades e vidros nas janelas.

Entre os documentos da Biblioteca Estadual Pio Vargas estão as leis municipais de Campinas de 1921, que contemplavam: o código de postura, que ditava normas no que diz respeito ao arruamento e ao saneamento, orientando a construção de fossas e a drenagem do solo pelo declínio natural do escoamento das águas; o trânsito de cavalos no perímetro urbano; a ordem, coibindo violências, arruaças e ruídos; e outras disposições. Essa lei municipal mostrava a cidade se consolidando dentro de certa regulamentação ao mesmo tempo que construindo o espaço de forma programada e, conseqüentemente, dando corpo à paisagem. (Figura 17).



Asseio, aformoseamento e despachamento das ruas e praças

CAPÍTULO III

“ART. 55º Os proprietários nesta cidade e nas povoações do município são obrigados:

1º A limpar as testadas de suas casas e muros.

2º Limpar as fachadas de suas casas, arrancar os matos e vassourinhas, pelo menos duas vezes por ano.”

Figura 17— Fac-símile das leis do município de Campinas, de 1921.

Fonte: Biblioteca Estadual Pio Vargas - Goiás.

Ney (1975) lembra que, em 1921, todas as áreas eram adquiridas por intermédio da Igreja, inclusive as da praça Joaquim Lúcio, e que, na parte nova de Campinas, ou seja, nas partes ocupadas depois de 1920, as casas construídas também eram precedidas do aforamento da Igreja Matriz. E que o alinhamento das ruas era realizado por funcionários da prefeitura muitas vezes com trator emprestado de fazendeiros locais.

Num breve resumo das construções e equipamentos materiais dos redentoristas, temos: em 1894, a construção da casa paroquial, que se tornou retiro dos missionários da ordem e parada obrigatória para aqueles que estavam de passagem para a capital; o cemitério construído em 1897 e a nova matriz, em 1900; a primeira usina de energia elétrica, que aproveitou as águas do córrego Cascavel, em 1921; a primeira motocicleta; o primeiro telefone; o primeiro relógio instalado na torre da Igreja; o primeiro jornal; e a articulação

realizada na Alemanha para trazer as irmãs franciscanas do Colégio Santa Clara. Essas realizações estão associadas ao contexto de luta que foram exemplos e inspiração para o projeto de vida da população. (SANTOS , 1976).

1.3.1 O Colégio Santa Clara: hábitos e costumes transmitidos pela educação às famílias campineiras, influenciando na construção da paisagem.

A vinda das irmãs franciscanas para Campinas foi mais uma importante ação dos redentoristas. Também provenientes da Alemanha, trouxeram para o município contribuições na área da educação, formando hábitos nas famílias segundo os valores da Igreja Católica. Essa ação engendrada pela diocese e os redentoristas alemães buscava suprir as carências da população. Foi o Padre Matias Precht quem fez o convite às irmãs franciscanas da cidade de Dillingen²², da região da Baviera, para virem para o Brasil atuar na missão de catequizar e educar os jovens da cidade de Campinas e de Goiás. Depois de certo tempo, aceitaram o convite, abdicando de suas famílias e do conforto da cidade na Alemanha. (MENEZES, 1981)

Depois de uma longa e sacrificada viagem, pelos arremedos de estradas de Goiás, no dia 17 de outubro de 1921, na cidade de Campinas, uma população, estimada pelos apontamentos da Igreja em 300 almas, se reuniu na praça da Matriz para receber as irmãs alemãs. As comemorações estenderam-se até a noite e contaram com a presença das autoridades, dos fazendeiros e comerciantes proeminentes, dentre eles o patriarca Coronel Joaquim Lúcio Tavares de Moraes e Licardino Ney, o seu genro, então prefeito de Campinas. Eram quatro freiras com habilidades específicas: Irmã Maria Bonifácia Vordermayer, professora de pintura e trabalhos manuais; Irmã Maria Benedita Tafelmeier, pedagoga; Irmã Maria Ludimilla Shoropp, costureira; e Irmã Maria Willibalda Mayer, responsável pelo trabalho doméstico. (MENEZES, 1981, p.35).

²² Na era medieval, o condado de Dillingen foi estabelecido. O condado foi livre do século X até o século

XIII, quando, em 1258, o território foi entregue aos Príncipes Bispos de Augsburgo, que ganharam várias vilas pela sua condição clérica, subdividindo a região em vários pedaços, que foram dissolvidos no século XIX. Em 1804, Dillingen e sua área tornaram-se parte do estado de Baviera. Fonte: Instituto Religioso das Franciscanas de Dellingen no Rio de Janeiro

Assim, na direção das origens das irmãs franciscanas alemãs é que se pode entender o conceito arquitetônico adotado por elas na paisagem de Campinas e que pode ser visualizado no desenho em perspectiva da sua “casa-mãe” de 1775. (Figura 18).

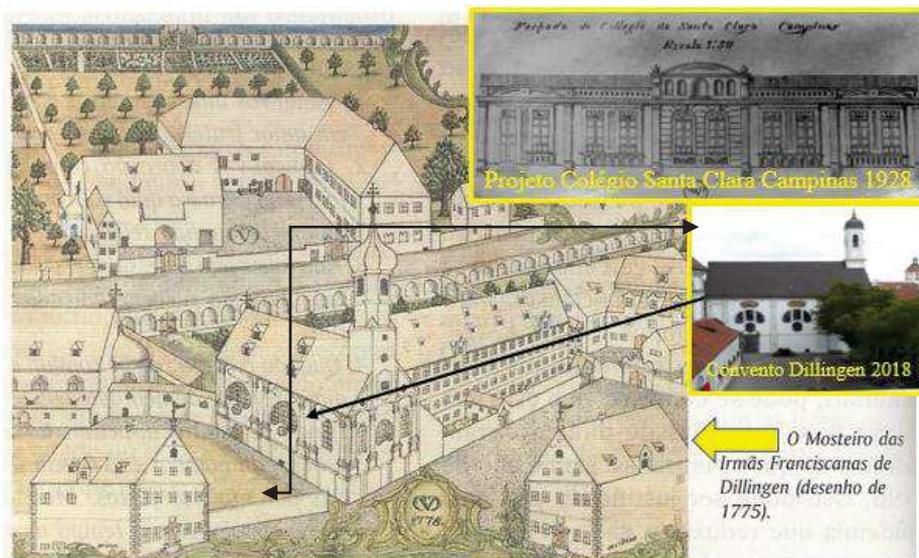


Figura 18- Casa mãe das Franciscanas de Dillingen de fundação em 1241. Desenho de 1775 compara o projeto arquitetônico do Colégio Santa Clara, de 1937, ao desenho em perspectiva do convento franciscano de 1775, em Dellingen. Fonte: Instituto Religioso das Franciscanas do Dillingen do Rio de Janeiro.

No mesmo ano de 1921, as franciscanas iniciaram suas atividades no Colégio Santa Clara, em uma casa adaptada. Aparentemente frágeis, mas, na verdade, fortes, transformaram os valores das moças do município, aquelas que, mais tarde, viriam a ser as mães de família da sociedade campineira. Em 1935, o Colégio Santa Clara já contava com 85 alunas externas e 90 internas, número que evoluiu de modo acelerado. As irmãs também eram as responsáveis pela alfabetização no Colégio Estadual de Campinas. (CAMPOS, 1985).

Menezes (1981) avança no tempo e observa que, no princípio, era um simples descampado. Após os anos 30, houve um surto de progresso com a movimentação política ocorrida no Brasil, que culminou na mudança da capital de Goiás para Campinas. Na época, o apoio das franciscanas foi muito importante para a implantação da cidade de Goiânia: elas se colocaram a serviço do Estado, realizando tratamentos dentários, recuperação da saúde de

trabalhadores pelo atendimento da farmacêutica Irmã Vitória, uma vez que não se contava ainda com médicos ou outros socorros. Inclusive, a manutenção de sapatos na sapataria do colégio.

Até a chegada das irmãs franciscanas, a mulher goiana, que nunca havia saído de Goiás, não tinha oportunidade de ter educação formal integral. E as irmãs passaram a elas que podiam ser mais que mães e donas de casa e, sem retirar o valor da família e as suas responsabilidades, plantaram a semente da independência da mulher, desenvolvendo a sua capacidade e competência para o trabalho. (MENEZES, 1981).

A formação educacional recebida pelas alunas do Colégio Santa Clara abrangia, além da grade formal, a preparação para a vida familiar: puericultura, economia doméstica, higiene; e cursos profissionalizantes, como contabilidade e datilografia, bordado, artes, costura. Nos esportes, instituíram a educação física e formaram fortes equipes de volei, basquete, pingue-pongue, queimada e atletismo.

Esses aprendizados passaram a integrar os valores e a cultura das moças do Estado que por ali passaram. Elas também transmitiram técnicas para população de Campinas de modo indireto, através do exemplo de suas próprias práticas - jardinagem, plantio de frutas e hortaliças - e, de modo direto, pelas práticas educacionais no decorrer dos anos, que moldaram comportamentos e impulsionaram ações dentro da sociedade campineira. (Figuras 19,20,21,22,23,24)

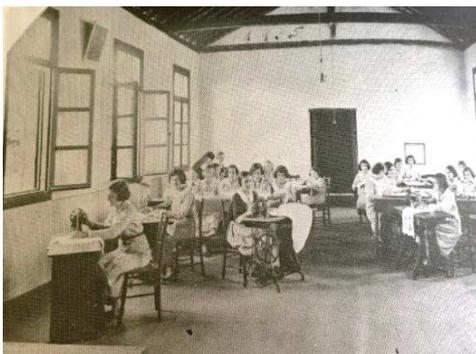


Figura 19- Sala de costura do Colégio Santa Clara em 1935.
Fonte: (Menezes,1981).



Figura 20- Sala de aula de costura do Colégio Santa Clara em 1937.
Fonte: (Menezes, 1981).



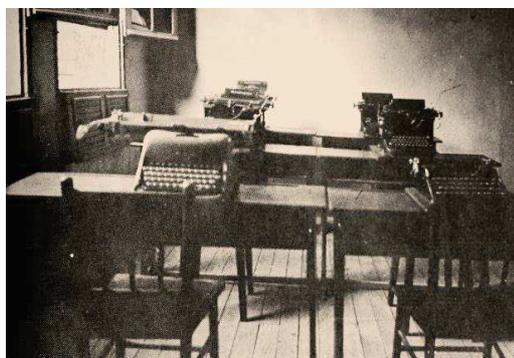


Figura 23- Sala de datilografia do Colégio Santa Clara.

Fonte: (Menezes, 1981).



Figura 24- Imagem das alunas artistas do Santa Clara em uma apresentação na TV em 1963.

Fonte: (Menezes, 1981).

As alunas que concluíram seus estudos na instituição passaram à frente os conhecimentos recebidos como mães, professoras, empresárias, profissionais liberais, alterando, assim, a cultura e o comportamento da sociedade local. Isso ocorreu em um tempo em que a vida da mulher era traçada apenas para servir ao marido, aos filhos e aos trabalhos domésticos. De maneira que a educação e as técnicas profissionais transmitidas pelas irmãs franciscanas contribuíram para a independência da mulher goiana, pela pluralidade de matérias oferecidas nos cursos e a motivação para a literatura promovida pelo colégio. (MENEZES, 1981).

A presença das franciscanas, enfim, ajudou a sanar a carência da educação em todo o Estado. (MENEZES, 1981). O Instituto de Geografia aponta que, em 1920, havia no município de Campinas, que compreendia o distrito de Barro Preto e a população rural, 1.728 pessoas analfabetas e 272 alfabetizadas. (CAMPOS, 1985). No início, em 1922, as franciscanas apontam em seus arquivos que frequentavam o colégio filhas de tropeiro, construtor, coletor, juiz de direito, deputado estadual, escrivães, tabeliões, promotores,

farmacêuticos e, em maioria, fazendeiros procedentes de 23 municípios de Goiás. (MENEZES, 1981).

A primeira sede do colégio, 1921 a 1928, era parte de uma casa melhorada na praça da Matriz e construída nos moldes das casas de fazendas da época colonial, com paredes grossas de adobe e janelões de madeira com vidro. (Figura 25).

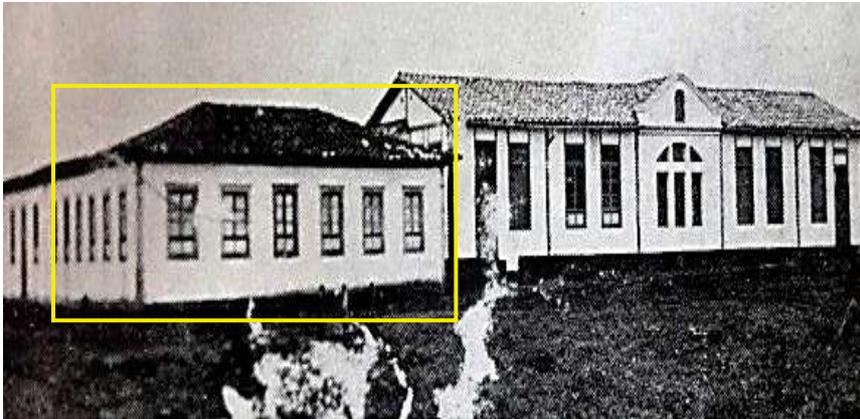


Figura 25 – Primeira sede do Colégio Santa Clara, na Praça da Matriz em 1928. Ao lado, a primeira casa melhorada. (Grifo da autora).
Fonte: MENEZES, 1981.

Em 1928, constrói-se uma ampliação seguindo um projeto realizado pelo padre Antônio Lisboa, redentorista de Campinas. (Figura 26). A ampliação física do edifício do Colégio Santa Clara ocorreu paralelamente ao aumento da população de Goiânia.

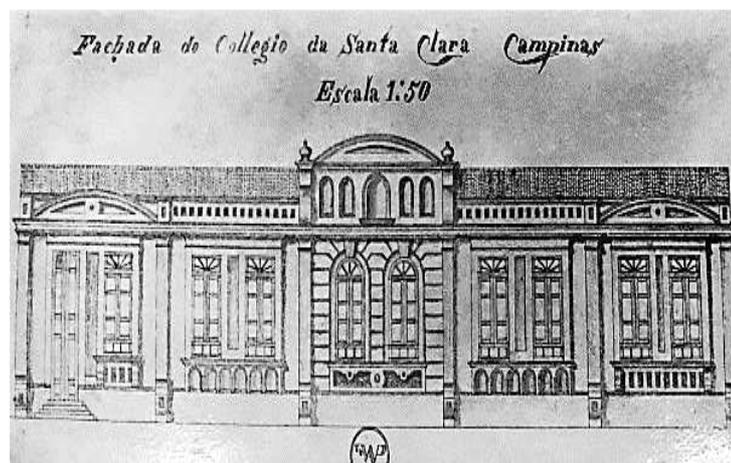


Figura 26- Planta do Colégio Santa Clara de autoria do Padre Antônio Lisboa.
Fonte: Acervo do Museu do Colégio Santa Clara (anterior à construção de 1928).

Em 1923, era assim a paisagem da praça de Santo Afonso, vista do alto da torre da matriz. Ao fundo está o lado leste, o sentido Goiânia, onde se veem poucas casas, um curral e uma planície quase intocada. O Colégio, na sua primeira fase de expansão, conserva sua primeira casa provisória do lado esquerdo. (Figura 27)



Figura 27- Praça da Matriz com vista para o Colégio Santa Clara, 1923.
Fonte: Foto pertencente ao arquivo de Hélio de Oliveira.

De acordo com Meneses (1981), embora a cidade não percebesse, num primeiro momento, a importância do Colégio Santa Clara, ele viria, mais tarde, a representar um marco delimitador de duas épocas distintas: antes, o analfabetismo, o desconhecimento das habilidades de bordar, costurar, das artes e de normas de higiene e cultura; depois, os costumes lapidados através da educação, mudando os hábitos das famílias campineiras e goianas.

1.4 Aformoseamento da paisagem de Campinas.

A partir da década de 1920, a cidade começa a ganhar novos contornos com a praça Joaquim Lúcio, em 1923, e depois, em 1931, com a construção do coreto, uma obra realizada durante a administração de Licardino Ney na prefeitura de Campinas (1931-1935), erigido prefeito por Pedro Ludovico Teixeira, o novo governador de Goiás, nomeado por Getúlio Vargas, o presidente do Brasil em 1930.

A praça tornou-se palco de muitos acontecimentos sociais, como as retretas da Banda do Chico aos domingos; os passeios românticos dos namorados; os comícios nos eventos políticos. (Figura 28).

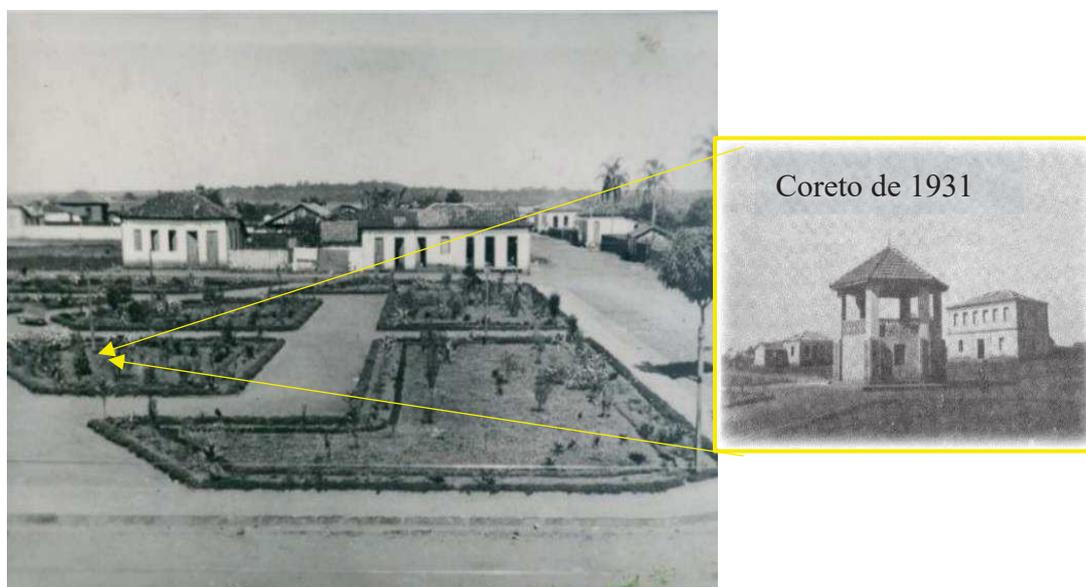


Figura 28- Praça Joaquim Lúcio, década de 1923, e projeção do coreto construído em 1931. Ao fundo, a intendência de Campinas.
Fonte: Museu da imagem e do Som – MIS.

Depois de todo o entorno da praça estar ocupado, o comércio da praça Joaquim Lúcio começou a se estender pela avenida 24 de Outubro, e Ney (1975, p. 21) contextualiza esse momento: “Quando iniciei minha atividade no comércio em Campinas, ela possuía apenas duas lojas, sendo os proprietários o Cel. José Rodrigues de Moraes Filho e Joaquim Lúcio & Cia. A loja daqueles tempos seria hoje um bazar”.

Ainda conforme Ney (1975), o crescimento do comércio e o aumento da população levaram os fazendeiros, moradores e os imigrantes recém-chegados a vislumbrar a oportunidade de investir em lojas para atender às necessidades da cidade.

Horiestes Gomes (2012) afirma que, nesse tempo de 1930, o centro comercial e as atividades de lazer e convivência de Campinas se deslocaram para a praça Joaquim Lúcio e, em 1932, se consolidava a mudança de direção de seu crescimento, rumando para o leste, buscando alcançar Goiânia.

Na sequência, a avenida 24 de Outubro desdobrou-se ao longo do seu percurso e foi abrigando o comércio que se apoiava na construção da nova capital, ligando as duas cidades. No entanto, o comerciante campineiro ainda preservava a integração social, pois quase sempre morava ao lado ou aos fundos do seu comércio, mantendo contato e envolvimento afetivo com a comunidade e com o freguês, que era sempre atendido com dinheiro ou sem dinheiro, fazendo anotação da dívida em caderneta sob o fator confiança como avalista.

Segundo Ney (1975), entre 1930 e 1935, ele construiu a praça Joaquim Lúcio, o coreto, o grupo escolar Pedro Ludovico, a prefeitura, a cadeia pública, o Campinas Hotel, o edifício Oliveira Ney e realizou a abertura da 24 de Outubro. No mesmo período, Campinas ganhou o seu primeiro cinema. Nos cinco anos que antecederam a transferência da capital de Goiás para Campinas, a prefeitura seguiu construindo objetos no espaço urbano e benfeitorias que nunca mais aconteceriam nos seus 125 anos de vida. E, junto a esses equipamentos da praça, no seu entorno e fora dela, estendendo-se para as ruas adjacentes, apareceram muitas construções de casas e comércios.

Na década de 1930, a praça Joaquim Lúcio recém-construída tinha as calçadas externas revestidas e os canteiros floridos, com um traçado planejado. Em seu entorno, já se podiam observar muitas edificações diferentes das primeiras casas em adobe: construções estruturadas com tijolos, platibandas frisadas cobrindo telhados com telhas francesas, janelas em vidro com madeira. (Figura 29).



Figura 29- Praça Joaquim Lúcio na década de 1930 e seu primeiro coreto.
Fonte: Hélio de Oliveira.

Gomes (2012) descreve os objetos urbanos que estavam ao redor da praça à época: o majestoso edifício da Intendência, a farmácia do Bonfim, a pensão do Duarte, onde se hospedavam ilustres visitantes da então capital do Estado, Vila Boa, além de fazendeiros e homens de negócios vindos de todas as partes do país. (Figuras 30,31,32).



Figura 30- Pensão Duarte de Campinas, na Praça Coronel Joaquim Lúcio, década de 1920.
Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som. Goiânia.



Figura 31- A cadeia de Campinas, na Praça Coronel Joaquim Lúcio, na década de 1930.
Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.



Figura 32- Farmácia Bonfim de Campinas, na Praça Coronel Joaquim Lúcio, década de 1930.
Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.

Na imagem abaixo, de 1931, no primeiro plano está o coreto e, ao fundo, se avista o cine Campinas com os anúncios dos filmes expostos na fachada; ao lado, a pensão do Duarte, que, mais a frente, cederia o seu espaço para o Palace Hotel, construído em 1938. A praça Joaquim Lúcio passou a representar o ponto mais importante da cidade, o palco das festas, comícios, apresentações, comércios e o lugar dos passeios das famílias e dos solteiros nos finais de semanas, promovendo os encontros e namoros no chamado ²³“footing”. (Figura 33).

Godinho (2018), em sua dissertação de mestrado - **Comércio e Memória Urbana: um Estudo do Bairro de Campinas em Goiânia** -, descreve as edificações da praça Joaquim Lúcio:

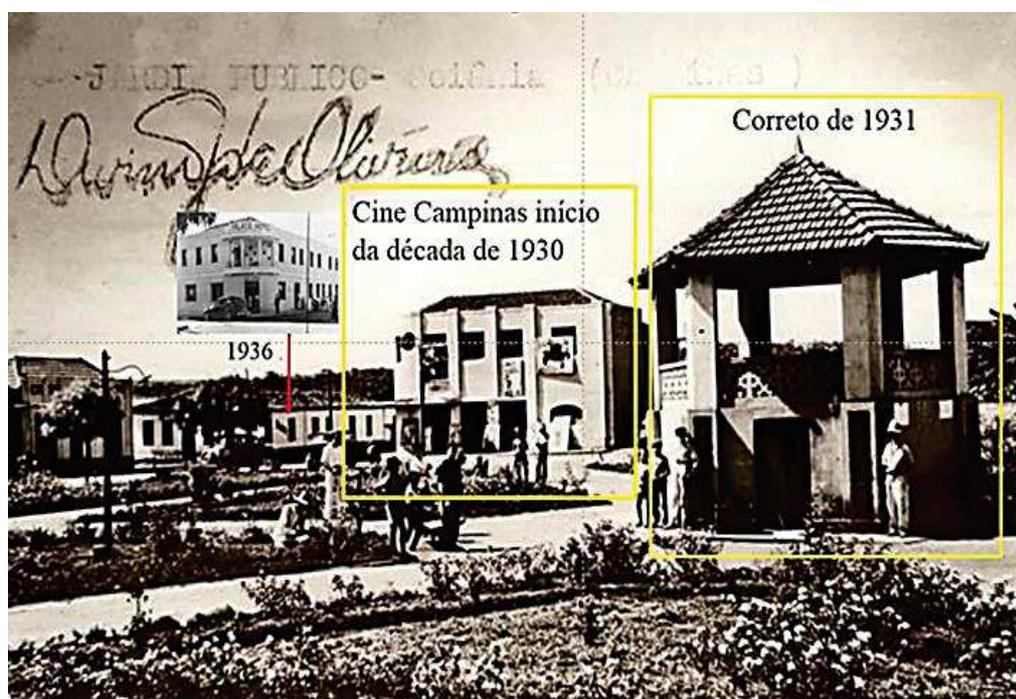


Figura 33- Praça Joaquim Lúcio na década de 1931 e seu primeiro coreto. O cine Campinas e, ao fundo, a projeção de onde seria construído o Palace Hotel. (Grifo da autora).
Fonte: Hélio de Oliveira.

Durante a composição dos arruamentos, as ruas foram denominadas com nomes de municípios goianos e as avenidas com nomes dos estados do Brasil. A via mais importante acredita-se ter sido chamada de Avenida Goiás, numa suposição de pesquisadores, mas sem comprovação. Mais tarde, em 1930, foi nomeada avenida 24 de Outubro, em homenagem à Revolução que, nesse dia, pôs fim à República Velha, colocando Getúlio Vargas na direção do governo provisório. (GOMES, 2012).

²³ *Footing*- O significado que tinha em cidades do interior e em algumas capitais – um passeio de ida e volta, em trecho curto, de rapazes e garotas para verem o sexo oposto ou iniciarem um namoro <http://www.teclasap.com.br/footing/>

Essa suposição sobre o nome da avenida principal desse tempo levou a pesquisa a buscar a resposta sobre o nome original da avenida 24 de Outubro e encontrou, na Biblioteca Estadual Pio Vargas, uma planta baixa de reforma de um prédio comercial de propriedade de Sr. Francisco Bibiano, que faz referência ao endereço da obra como localizada na avenida Goiás esquina com rua Jaraguá, em Campinas, no ano de 1926. (Figura 34).

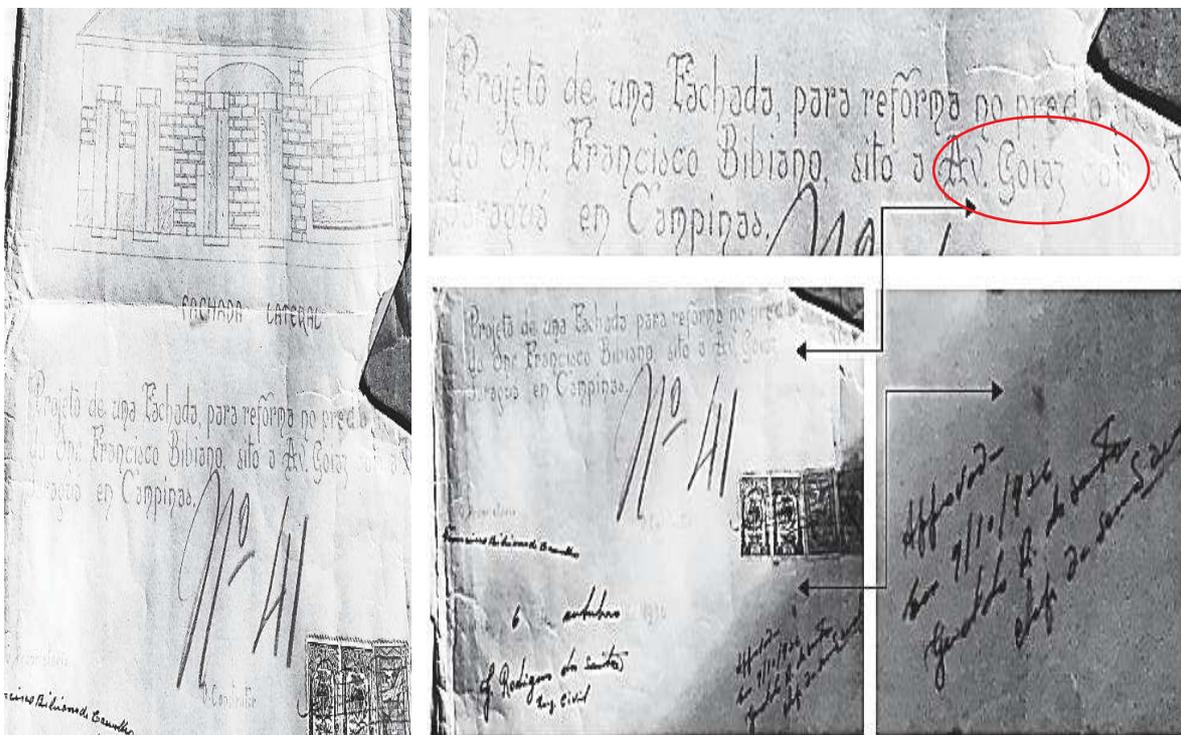


Figura 34 - Planta da fachada da reforma de uma casa comercial que comprova a troca do nome da avenida Goiás, antes de 1930, para avenida 24 de Outubro.

Fonte: Biblioteca Estadual Pio Vargas. Goiás, ex. Nº 41 (1926).

Para confirmar a veracidade do documento, o escritor e professor Horiestes Gomes foi indagado e confirmou ter conhecido o local e a existência do prédio que pertencia ao sr. Bibiano, na avenida 24 de Outubro esquina com a rua Jaraguá, onde funcionava uma farmácia. Acredita-se que a avenida tenha sido nomeada como avenida Goiás na década de 1920 e a sua denominação mudada em 1930, para avenida 24 de Outubro.

Uma versão anterior a fase da nomeação das ruas, aparece na reportagem do jornal *O Popular*, na edição comemorativa dos 194 anos de Campinas, em um recorte de colagem do arquivo da Biblioteca Cora Coralina, sem data, em que uma antiga moradora relata que a avenida 24 de Outubro era chamada de estrada do Crimeia, que identificava o caminho para a fazenda do mesmo nome onde foi construída Goiânia. Na década de 1920, a então avenida Goiás era estreita, vindo a ser ampliada somente na década de 1930. A pacata avenida tinha rua e calçadas estreitas com uma ocupação mista de comércios e residências, todas construções térreas. Não havia arborização.

Em 1920, numa paisagem típica das cidades do interior de Goiás, Campinas aparece na imagem abaixo da avenida 24 de Outubro, sem arborização, com calçadas estreitas, postes de energia de um lado. A energia fornecida pelos redentoristas a princípio não abrangia toda cidade e talvez seja essa a explicação para os postes de um só lado. (Figura 35).



Figura 35- Avenida 24 de Outubro esquina com a praça Joaquim Lúcio na década de 1920.
Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.

Campinas vivia um momento de entusiasmo. No entanto, embora sede do município, a prefeitura tinha escassez de recurso e, por muitas vezes, a população participava de projetos, tornando possível a realização das obras. Durante a obra de ampliação da avenida 24 de Outubro, por exemplo, a população participou.

Quando iniciei a construção, apareceram vários palpites. Muitos queriam que a avenida fosse aberta na largura da Rua Couto Magalhães; desconhecendo várias cidades importantes do País, achei necessário torná-la bastante ampla. Tanto assim, por que existia uma casa de uma velha, e a avenida 24 de Outubro não é mais larga ainda porque a prefeitura não tinha condições financeiras para pagar as desapropriações. Na época, tive diversas discussões até com parentes, mas no fim, foi aberta como eu desejava. (NEY, 1975, p. 58).

Entre as décadas de 1920 e 1930, Campinas se apresentava como uma cidade em construção, com obras de toda espécie, casas sendo construídas e reformadas, abertura de ruas, instalações de postes de energia elétrica da usina dos redentoristas instalada no córrego Cascavel, calçadas revestidas, tratores nivelando as ruas.

Os carros começaram a transitar em Campinas. A história registra como o primeiro carro o do Alemão Steger, que chegou após os padres alemães na década de 1920, provavelmente a convite destes. (NEY, 1975). Na sequência, aparece o carro da igreja, de Licardino Ney, o prefeito, e outros. Daí, a primeira bomba de gasolina da empresa internacional de petróleo, a Standard Oil Company of Brasil, instalada na avenida 24 de Outubro esquina com a praça Joaquim Lúcio, em frente à loja do então intendente Licardino Ney. (GOMES, 2012).

As construções já haviam abandonado o adobe e adotado os tijolos, muitas delas com portas e janelas com persiana de madeira e vidro, platibandas desenhadas com frisos em relevo. No centro da avenida, foram colocados postes de madeira, doados por fazendeiros para a instalação dos fios de telégrafo, que haviam sido estendidos desde Bela Vista em 1928. (NEY, 1975). (Figura 36).

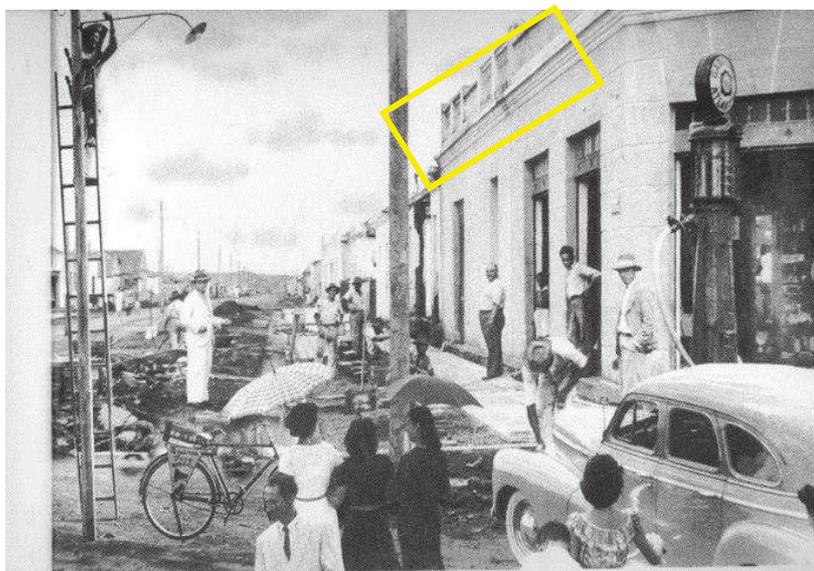


Figura 36- A primeira bomba de gasolina de Campinas, na av. 24 de Outubro, mais a ampliação da avenida. Destaque para a platibanda.

Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia. Foto de 1933. (Grifo da autora).

No fim de 1921, de acordo com Campos (1985), implantou-se a linha regular de transporte de ônibus da estação do Roncador a Itaberá (Currálinho). Campinas ficou como ponto de partida e chegada na praça Joaquim Lúcio, o que contribuiu para o crescimento e o desenvolvimento da cidade. A Viação Goiana interligava as cidades de Santa Cruz, Bela Vista, Campinas e Inhumas, com 312 km de estradas. A cidade começou a se comunicar com as regiões mais próximas com maior rapidez. O comércio se espalhou e Campinas já contava com muitas casas de negócio, duas farmácias, escolas particulares e ótimos colégios.

Horieste Gomes (2012, p. 97), em seu livro **Reminiscências da Campininha**, inclui uma entrevista autorizada da freira franciscana do Colégio Santa Clara, Irmã Maria Celeste, que descreve de sua memória a forma urbana de Campinas em 1928.

Campinas era um lugar pequeno. O formato de sua parte antiga era de um retângulo formado de três quadriláteros: o da Praça da Matriz, formada de dois quarteirões com casas habitadas, e um terceiro, onde se localizava a Praça Joaquim Lúcio. Nas duas laterais, a rua que hoje se chama José Hermano.

A rotina pacata de Campinas seguiria até 1930, quando Getúlio Vargas, no objetivo de povoar e explorar as riquezas do interior do país, instituiu a famosa “Marcha para o Oeste”. Nesse ano, nomeou Pedro Ludovico interventor do estado, que se empoderou da possibilidade de concretizar a antiga e almejada mudança da capital.

Assim, o governo revolucionário de 1930, pelo decreto de número 671, de fevereiro de 1931, exonerou o prefeito de Campinas, José Egídio Tavares, e nomeou como prefeito temporário Licardino Ney, que participou das reuniões com os demais prefeitos de Goiás para a escolha do local da nova capital. Nesse mesmo ano, inaugurou-se a cabeça de linha da estrada de ferro, a estação de Leopoldo de Bulhões, que seria um grande facilitador para a expansão e o desenvolvimento da cidade. (NEY, 1975).

Dentro do objetivo da mudança, iniciaram-se as ações de estudo e seleção do lugar a ser implantada a nova capital. Em relatório de 1933, Atílio Corrêa Lima, o arquiteto e urbanista contratado para realizar o projeto da nova cidade, emite seu parecer sobre o lugar escolhido e o comunica ao então interventor Pedro Ludovico:

Este município (de Campinas), que tinha como sede a cidade do Estado do mesmo nome, aglomeração de desenvolvimento quase estacionário, possui uma população inferior a 500 habitantes e vegetava como outras cidades do Estado, por falta de meios de comunicação. Toda sua vida gira em torno de dois conventos de religiosos

alemães. Sua vida econômica restringia-se à produção para sustento próprio. Embora distante 70 quilômetros apenas de Leopoldo de Bulhões, cabeça da linha da estrada-de-ferro de Goiás, sua vida era bastante rudimentar. Acresce que todo o transporte da estrada de ferro para a velha capital se fazia por Anápolis, ficando, portanto, Campinas deslocada da artéria vital do Estado. A estrada que ligava Campinas aos trilhos era de péssimo traçado e de conservação nula eis a razão da situação estacionária da cidade. (LIMA apud SANTOS, 1976, p.51).

Os campineiros comungavam, naquele momento, do mesmo anseio de progresso para Campinas, qual seja o de ter uma cidade com infraestrutura, com todos os equipamentos necessários para uma vida confortável e promissora. Tendo em vista esse objetivo, foram generosos ao doar e permutar suas terras de modo cooperativo, com boa vontade e esperança de dias melhores. A partir de então, Campinas inicia o processo de se aprontar esperando Goiânia e, assim, sua paisagem se modifica com rapidez de 1930 a 1935. (NEY, 1975).

A seleção do espaço levava em consideração as condições colocadas pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, que procurava um lugar que, ao contrário de Vila Boa, a antiga capital, fosse plano e com muita água para abastecer uma cidade que poderia crescer em um espaço com condições de boa salubridade. (MONTEIRO, 1938).

Em 1932, Pedro Ludovico convocou um congresso de prefeitos de Goiás para comunicar seu interesse em transferir a capital do Estado e recomendou que apresentassem as suas cidades, para que, dentre elas, fosse escolhida uma que preenchesse os requisitos da configuração territorial para a construção de uma cidade aprazível e saudável. Logo a cidade de Bonfim (Silvânia) se autodeclarou como a que reunia as condições exigidas pela comissão de análise do lugar.

Já o prefeito de Campinas, só às vésperas do congresso, foi convencido de que se buscava um lugar ideal e não uma cidade pronta e, então, resolveu lançar Campinas na corrida para a sede da nova capital. Contudo, em 1933, para o então prefeito Licardino Ney, os fortes candidatos eram as cidades de Bonfim e Anápolis, que, nas palavras dele, eram mais “adiantadas” e prósperas, com “prefeitos inteligentes e preparados” (NEY, 1975, p.32), enquanto Campinas era “uma corrutela dirigida por um prefeito despreparado.” Para sua surpresa, o interventor gostou da candidatura de Campinas e ainda teceu comentários elogiosos: “Quando estudante, passava por lá a cavalo e sempre achei um lugar maravilhoso para uma cidade moderna.” (NEY, 1975, p.33).

Após o congresso dos prefeitos, inicia-se a seleção do lugar para a construção da nova capital de Goiás, e foram apontadas pelos técnicos as cidades de Ubatã, no município de

Orizona; Bonfim, atual Silvânia; e Pires do Rio, todas elas com estação de linha férrea, item considerado prioritário por facilitar a comunicação com localidades do Estado e fora dele. Campinas era isolada no espaço e sem linha férrea, mas foi escolhida por sua composição territorial e paisagem natural. (MONTEIRO, 1938). (Figuras 37,38,39,40).



Figura 37- Estação Ferroviária de Ubatan, cidade que fez parte das estudadas para sediar a nova capital.
Fonte: Arquivo da Estrada de Ferro de Goiás.



Figura 38 - Estação Ferroviária de Bonfim, hoje Silvânia, ligada a São Paulo pela linha de trem.
Fonte: Arquivo da Estrada de Ferro de Goiás.



Figura 39- Foto atual da Estação Ferroviária de Pires do Rio, fundada em 1922.
Fonte: Arquivo da Estrada de Ferro de Goiás.



Figura 40 - Vista aérea de Campinas na década de 1930.
Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.

Assim, aos quatro dias do mês de março de mil novecentos e trinta e três, no paço municipal da cidade de Campinas, às nove horas, com a presença de Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás, do prefeito Licardino Gomes e dos demais membros da comissão, Irany Alves Ferreira, Colemar Natal e Silva, Jeronimo Curado Fleury, João Argeta, Antônio Sant'Ana, Mario Ferreira, após a exposição dos laudos, resolveu-se que, finalmente, que a nova Capital seria construída em Campinas.

Logo após a escolha, Licardino Ney da Campininha recebeu com grande surpresa, em sua casa, uma carta na qual Pedro Ludovico informava que, para o início das obras da construção da nova capital, precisava de uma doação de 300 alqueires de terras para ajudar o governo, que dispunha de poucos recursos. Com muita presteza, o prefeito conseguiu as terras com os campineiros proprietários das fazendas do município. Foram lavradas então 11 escrituras, como consta do Decreto Estadual nº 3.937, de 26 de janeiro de 1933, que dispunha o seguinte (NEY, 1975):

O interventor Federal, neste Estado, resolve autorizar o Diretor Geral da Fazenda, Dr. Heitor Moraes Fleury, a praticar, em nome do Governo do Estado, todos os atos necessários à aquisição das terras situadas dentro ou fora do perímetro demarcado para a futura Capital. [...] em consequência deste decreto foram feitas várias compras, permutas e doações de terras, cujo termos abaixo se transcrevem. (Apud MONTEIRO, 1938, p. 95).

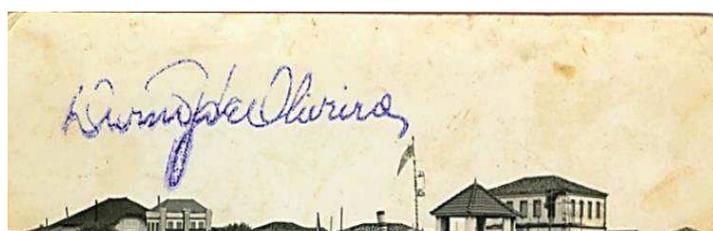
Assim, diante do 1º Tabelião de Campinas, Sr. Manuel Aranha Reis, foi lavrada a **primeira** escritura de compromisso do Sr. Andreilino de Moraes, que consta do Livro de Notas nº 18, págs. 53 a 55. A **segunda** foi feita por Otavio de Moraes, Maria Alves de Melo e Urias Alves Magalhaes, da fazenda Crimeia. A **terceira**, por Abílio de Melo e Cândida Borges, da fazenda Santo Antônio. A **quarta**, novamente o Sr. Andreilino de Moraes e sua esposa, da fazenda Botafogo. A **quinta**, pelo Cel. Licardino de Oliveira Ney, da fazenda Caveiras. A **sexta** foi feita pelo Estado: uma área de 251 hectares de terras das fazendas Botafogo e Crimeia. A **sétima**, do Sr. João Rita Dias, Oscar Duarte e sua mulher, Tereza Duarte, Bárbara Generosa Duarte, Georgeta Rivalina Duarte, Hermelino Rodrigues de Siqueira e sua mulher Maria Joana de Jesus, da fazenda Arranca Toco. A **oitava**, por Cel. José de Moraes e sua mulher, da fazenda São Domingos. (JUNIOR, Oscar, 1996 apud GOMES, 2012, p. 38). (Figura 53).

Armando de Godoy, engenheiro e urbanista, fez parte da comissão de estudos para a implantação da nova capital e, estando em Campinas, comenta sobre a vocação da cidade através dos sinais observados na paisagem:

O referido local é como que o centro de gravidade da mencionada zona, de onde provêm os recursos e os elementos da vida do Estado. Tal circunstância é de fato de grande peso e devia ter atuado fortemente para a decisão final. É nessa parte de Goiás que se desenvolveram as maiores escalas de forças produtivas e que se concentrou principalmente a maior parte da população. [...]. Pude constata-la visitando lavouras existente no local. Vi alguns milharais já na véspera de colheita. [...]. Examinei também feijoais e arrozais etc. Em Campinas há uma propriedade pertencente aos missionários alemães que nela cultivam várias frutas, inclusive uva, colhendo-se esta última em quantidade suficiente para permitir uma regular fabricação de vinho. (GODOY apud MONTEIRO, 1938, p. 60, 64).

Essa citação é um reconhecimento de que a construção da paisagem de uma cidade, quando percebida pelo seu aspecto histórico-social, é de grande importância. A força de produção da população de Campinas e do entorno, como se observa no relatório do engenheiro Godoy, foi de grande peso na escolha do local. Os campineiros, em sua vocação de comerciantes, cultivada de longa data, aproveitou a oportunidade para comercializar, mas também fabricar seus produtos, como o fornecimento de tijolos de suas olarias. Fizeram retiradas de areia, madeira, e ainda abrigaram e alimentaram os trabalhadores em suas casas e pensões, forneceram os cuidados das freiras do colégio Santa Clara, tratando trabalhadores doentes e realizando tratamentos dentários e muitos outros os recursos para a construção da capital. (GOMES, 2012).

No período que antecede e durante a construção de Goiânia, na década de 1930, a praça Joaquim Lúcio era o lugar de todos os acontecimentos políticos importantes, dos discursos do interventor Pedro Ludovico e das demais festas comemorativas, como a do Divino Pai Eterno do Barro Preto, servindo de ponto de encontro e partida dos romeiros. Chamam a atenção na imagem abaixo, no segundo plano, a casa de câmara e a cadeia, a residência de Licardino Ney à esquerda e, à frente, as vestimentas dos moradores, usando ternos com chapéus, assim como as carroças, caracterizadas com diferentes temas, com o nome de Goiânia aparecendo na primeira, indicando a possível década do evento: 1930. (Figura 41).



No dia 24 de outubro de 1933, foi lançada a pedra fundamental da cidade e, não havendo hotel em Campinas, apenas a pensão do Duarte, o Interventor Pedro Ludovico e família se hospedaram na residência do prefeito Licardino Ney. Aderaldo Lira, descreve em sua obra a paisagem de Campinas de 1933 a 1935:

A cidade de Campinas, em cujas proximidades o Sr. Pedro Ludovico está levantando a mais formosa metrópole do sertão brasileiro é, atualmente, um formigueiro. Quem a viu há dois anos e quem a vê hoje, admira-se de sua rápida transformação. Tijolos, montes de areia, cimento, madeiras telhas. Trabalha-se com loucura. Construíram-se e constroem dezenas e dezenas de casas. O maior cinema do Estado já está com alicerces à vista. Os hotéis são infernais em ruídos – insuportáveis, portanto. O povo está mudando de uso e costumes. Já não se compra laranjas aos centos. Uma dúzia, quinhentos reis. Brancos, negros, e turcos –às dezenas. [...] Si jamais viram isto, venham ver Campinas e Goiânia que se levanta além, naquela colina, de onde nos vêm alento e esperança nos destinos que devemos tomar. (LIRA apud NEY,1935, p.60).

A partir de 1933, começaram a chegar a Campinas trabalhadores de diferentes áreas e especialidades para atuar na construção de Goiânia. Assim, a cidade teve seu espaço quase totalmente ocupado em pouco tempo. Campinas recebeu a comitiva da construção da nova capital e as ações aceleradas das obras promoveram para o campineiro grandes oportunidades de crescimento, pela ocupação do espaço e, principalmente, pelo desenvolvimento de sua vocação para o comércio. Conforme Gomes, (2002), nessa transição de cidade para bairro e a mudança rápida, ocorreu um fenômeno que perdura até os dias de hoje: quando o campineiro ia ao centro dizia “vou a Goiânia”, pois nunca entendeu que sua cidade mudara de nome. No imaginário dos campineiros, Campinas ainda era uma cidade.

Licardino (1975) relata as muitas facilidades oferecidas pelo presidente do Estado, Dr. Pedro Ludovico, que contribuíram de modo direto para aumentar a população e fomentar o comércio de Campinas. Por exemplo: todo comerciante que transferisse sua residência com sua família para a cidade receberia um ano de isenção de imposto; a mesma isenção para as construções; para as fachadas que fossem conservadas limpas; para aqueles que tivessem ofício necessário para a construção; para ligação das comunicações telefônicas; para as empresas de transporte; para a construção de parques e escolas; para os caixeiros viajantes; passagem gratuita para chegar a D. Pedro²⁴ (Goiânia). O período de inauguração durou três meses e, nesse ínterim, foram fixados cartazes de divulgação em São Paulo e Rio de Janeiro para atrair pessoas que iam sendo criados na cidade.



Campinas Bairro de Goiânia 1936

eria a Goiânia antes do concurso para a seleção do nome da

CAPÍTULO III

A construção da paisagem de Campinas como
bairro de Goiânia
(1935 a 1980)

CAPÍTULO III- A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DE CAMPINAS COMO BAIRRO DE GOIÂNIA DE 1935 A 1980

A mudança do *status* político de Campinas deu-se, inicialmente, pela fusão dos municípios de Campinas e Hidrolândia e parte do território de Anápolis, com sede na cidade em construção (Goiânia), através do Decreto nº 3.804, de 18 de setembro de 1933. Foram alterados os limites do município, mas Campinas ainda continuava cidade. (ORTENCIO, 2011, p. 99). O Artigo 2º Decreto nº3.804 dispunha que:

As atuais cidades de Campinas e Hidrolândia e os arraiais de São Sebastião, São Geraldo de Aparecida, passarão a constituir distritos do Município de Goiânia, sujeitos a leis especiais nas quais ser-lhes-ão assegurados o direito à renda de 60% da quantia arrecadada dentro dos respectivos territórios, para serem aplicado nos melhoramentos dos mesmos municípios.

O Art.7º dispunha: “Enquanto não se der a instalação do município de Goiânia, as autoridades dos municípios fundidos continuarão a se reger pelas leis vigentes em tudo que disser respeito à sua economia. ” (ORTENCIO, 2011, p. 102).

Assim, somente em 4 de janeiro de 1936, após instalada a câmara de vereadores do município de Goiânia, foi sancionada a Lei Municipal nº 1, que contemplava: “Art. 1º “A cidade de Campinas deste Município, como parte integrante que é da Nova Capital ora em

construção, passará denominar-se Goiânia. ” Nesse ato, no mesmo dia, Campinas se torna bairro de Goiânia. (ORTENCIO, 2011, p. 104).

1.5 As influências das construções da nova capital na paisagem de Campinas

Com a chegada da comitiva dos técnicos e da equipe do arquiteto Atílio Corrêa Lima, iniciam-se as ações para a construção dos primeiros equipamentos urbanos. Por algumas evidências, acredita-se que a equipe não incluiu nessas ações a urbanização de Campinas, pois ela permaneceu sem alteração por muitas décadas.

No primeiro projeto de Goiânia, realizado por Atílio Corrêa Lima, fez-se uma projeção para 15.000 habitantes, e Campinas aparece com traços apenas demonstrativos para sua localização. No segundo projeto, de 1937, um adendo de Armando de Godoy altera e amplia o projeto inicial, com projeção para 50.000 habitantes, e nele fica criado o Setor Sul. Da mesma forma, Campinas aparece apenas com traços marcando sua localização (Figura 43,44).

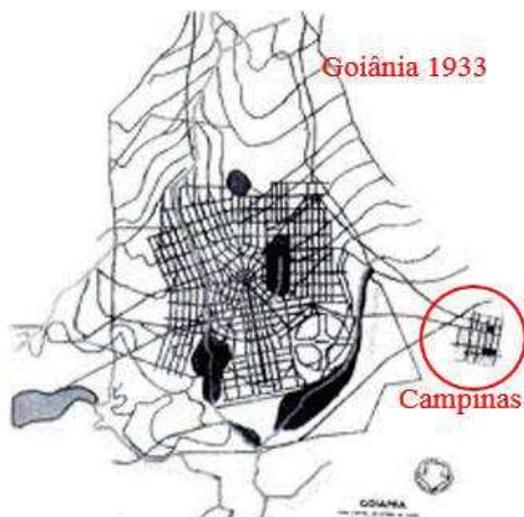


Figura 43- Primeiro traçado urbano de Goiânia, de Atílio Correea Lima, 1933. (Grifo nosso).
Fonte: SEPLAM (2017).

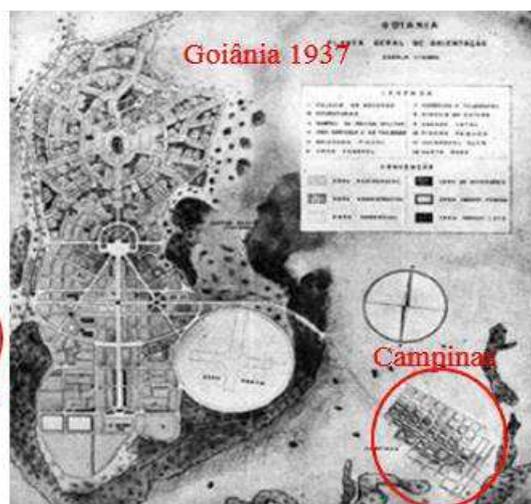


Figura 44- Segundo projeto de Goiânia, com o complemento de Armando de Godoy, 1937. (Grifo nosso),
Fonte: SEPLAM (2017).

A foto aérea de Goiânia, de 1937, é o único registro do espaço urbano de Campinas. Nela percebe-se o arruamento desde a avenida Sergipe até a avenida Anhanguera e a avenida 24 de Outubro, ligando a avenida Tocantins no centro de Goiânia. (Figura 45).

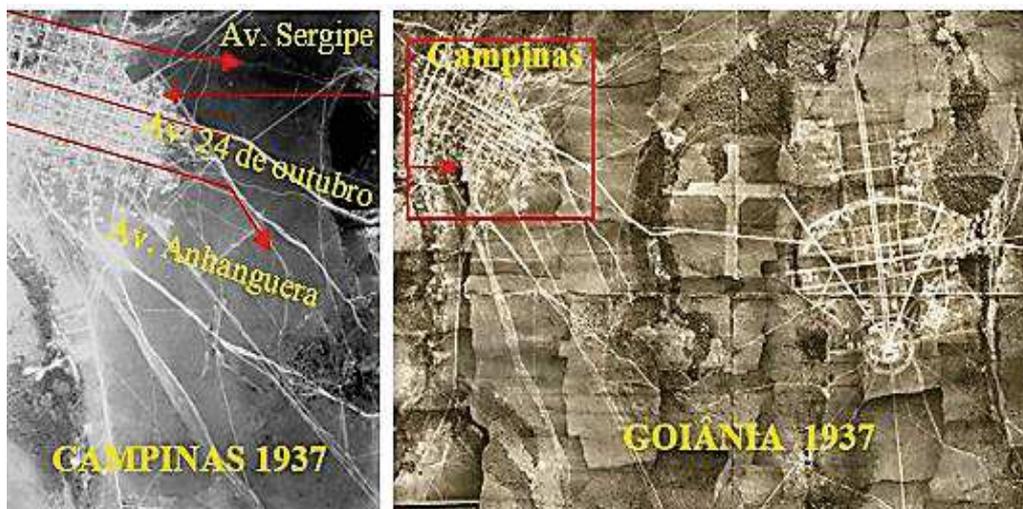


Figura 45 - Foto aérea de Goiânia, com destaque e foco ampliado para Campinas, 1937. (Grifo nosso).

Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.

A pouca atenção dada a Campinas pelos planejadores de Goiânia ficou configurada, inicialmente, na falta de inclusão nos projetos de Goiânia. Contudo, Campinas continuou crescendo e alterando a sua paisagem inicial sem planejamento, movida pela força comercial conquistada a duras penas desde o século XIX nas longas viagens no lombo de cavalos até o depósito do entreposto comercial da estação de Araguari, ou São Paulo, para comprar e abastecer de mercadorias as lojas da cidade, criando sua tradição e vocação para o comércio. (NEY, 1975).

A notícia da construção de uma nova e moderna cidade no centro do país havia se espalhado e às informações eram atrelados os incentivos instituídos pela campanha da “Marcha para o Oeste”, lançada pelo então presidente Vargas. Em 1935, Goiânia representava um lugar de oportunidades de uma vida melhor e, durante o processo de sua construção, atraiu mão de obra e, conseqüentemente, consumiu grande quantidade de materiais para construção e subsistência.

Nesse momento, conforme Gomes (2002), a Campininha passou a ser a “Terra Prometida” para os estrangeiros e brasileiros de outros estados. Isso porque era nela que se instalavam os estrangeiros, em sua maioria árabes (sírio-libaneses e palestinos), portugueses,

italianos, alemães e japoneses, além de alguns espanhóis, poloneses, gregos, russos, belgas e húngaros, que trouxeram costumes, técnicas e a cultura de seus países para integrá-los à história do campineiro e do goiano.

O Colégio Santa Clara construiu mais um bloco para abrigar salas de aulas e alterou a paisagem da praça da Matriz. O crescimento rápido aparecia nas estatísticas do Colégio, que apontava o número de 01 aluna em 1922, para 90 em 1935. Assim, expandia suas instalações, aprimorando as disciplinas e o ensino de modo geral. (Figura 46).

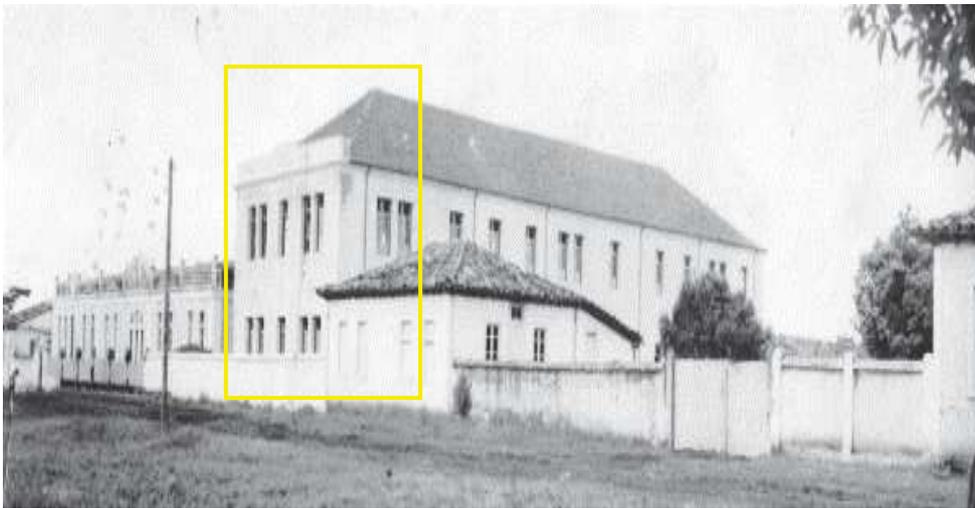


Figura 46- Edifício do Colégio Santa Clara, década de 1930, como primeiro anexo e as casas da década de 1920 no seu espaço.

Fonte: MENEZES, 1981.

Em pesquisa no acervo do IPHAN, foram encontradas imagens pouco conhecidas de construções em Campinas. Embora sem data, pelas inscrições do verso, que fazem alusão a Goiânia, acredita-se serem de após 1935. O ineditismo dessas imagens (Figuras 47,48,49) mostra uma outra realidade que não aparece no núcleo fundacional: a construção de muros em taipa, casebres de pau a pique, cisterna e forno de barro no quintal coberto com palha de coqueiros.

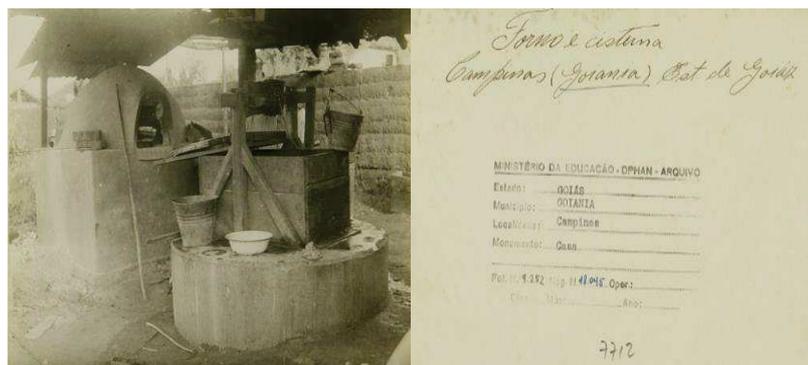


Figura 47- Quintal de uma casa, com cisterna e forno a lenha, em Campinas.

Fonte: IPHAN –GO.

Enquanto a cidade de Goiânia se materializava nas muitas construções, em Campinas as fachadas das casas recebiam reformas, e as novas construções começavam a surgir com materiais construtivos modernos, como: pisos, portas e janelas, gradis. (Figura 50).

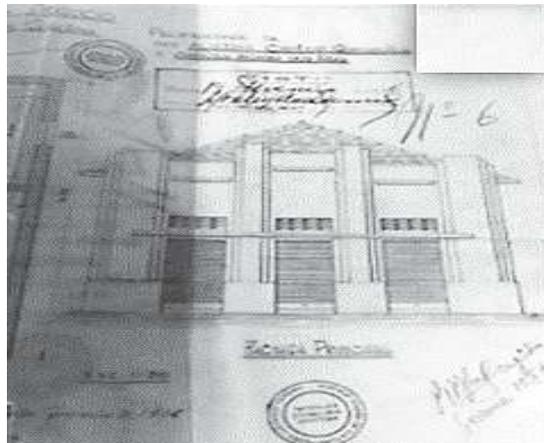


Figura 50- Projeto de casa comercial em Campinas, executado pelo arquiteto Neddemeier, em 1936.
Fonte: Biblioteca Estadual Escritor Pio Vargas.

Em Goiânia, Pedro Ludovico criara um Departamento de Arquitetura para atender às construções da cidade, e o responsável pela seção de projetos, José Neddermeier²⁵, foi autor de muitos projetos, como o Palace Hotel de Campinas, e também colaborador no projeto do cine Goiânia. (Figura 51).



Figura 51 - Escritório da Superintendência das Obras a cargo do arquiteto José Neddermeier, em 1936.

Fonte: IBGE (1942), do Arquivo SEPLAN.

Esta Seção foi criada com o fim duplo de atender, com maior presteza, às questões de arquitetura, que, pela sua natureza, pudesse desde logo ser resolvida em Goiânia, dispensando assim, nessa parte, o auxílio dos serviços no Rio, sempre mais demorado devido à distância; também para resolver a questão de projetos residenciais para particulares, facilitando a obtenção de planos executados de acordo com seu desejo, mas obedecendo a todos os requisitos técnicos”. (ÁLVARES apud NEDDERMEYER, 1942, p.119).

Em 1936, foram executados pela seção 270 projetos de construção além de vários estudos e reformas, entre eles 73 particulares (ÁLVARES, 1942), e o Palace Hotel. Este, conforme Rocha (2013), foi uma edificação construída no estilo *art déco*²⁶, ou seja, conservou as curvas das paredes e as linhas retas nas aberturas; manteve o partido no *stream*

²⁵ Nascido na cidade de São Paulo, em 1894, José Amaral Neddermeyer estudou na Universidade Mackenzie, onde concluiu o curso de arquitetura em 1918. Foi, além de arquiteto, escultor, músico e pintor. A obra de José Amaral Neddermeyer compreende não apenas sua produção arquitetônica, desenvolvida no período em que esteve atuando em Goiânia, mas um amplo trabalho que teve início em São Paulo, estendeu-se para o antigo Distrito Federal, onde residiu e trabalhou durante algum tempo e ainda em Minas Gerais. Fonte: <http://casaabalcoada.blogspot.com>

²⁶ O surgimento da Art Déco está intimamente ligado à ascensão do *status* de artistas decorativos, que, até o final do século 19, eram considerados simplesmente artesãos. O termo "*arts décoratifs*" foi inventado em 1875, dando aos designers de móveis, têxteis e outros o *status* oficial de decoração. A Société des artistes décorateurs (Sociedade de Artistas Decorativos), ou SAD, foi fundamental nesse processo. O nacionalismo francês também desempenhou um papel no ressurgimento das artes decorativas: os designers franceses sentiram-se desafiados pelas crescentes exportações de móveis alemães menos caros. Em 1911, o SAD propôs a realização de uma nova e importante exposição internacional de artes decorativas para 1912. Nenhuma cópia de estilos antigos deveria ser permitida; apenas obras modernas. A exposição foi adiada até 1914; depois, por causa da guerra, adiada para 1925, quando deu nome a toda a família de estilos conhecida como *Déco* https://pt.wikipedia.org/wiki/Art_d%C3%A9co

line, um processo construtivo que decora com simplicidade; configurou a forma de um paralelograma retangular; na esquina, se tornou abaulado e recebeu um tratamento decorativo que lhe suavizou o volume monolítico; a fachada ficou arrematada por platibanda; uma varanda no pavimento superior foi adornada com gradil de ferro trabalhado; e duas colunas de forma arredondadas sustentaram a marquise que acompanhou as formas das paredes.(Figura 52).

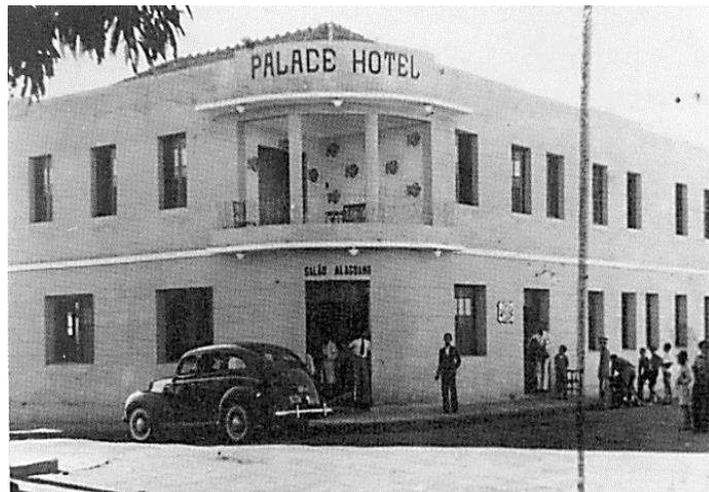


Figura 52 - Palace Hotel restaurado. Hoje, Biblioteca Cora Coralina. Campinas,1940.
Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.

“Da sacada do prédio, falaram aos campineiros Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Ademar de Barros, João Goulart, Alfredo Nasser, Pedro Ludovico e vários outros nomes ilustres.



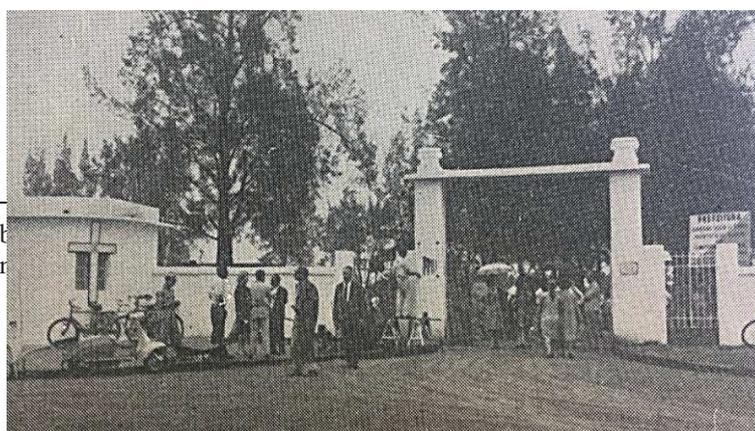
Figura 53—Imagem de um comício visto da sacada do Palace Hotel, na praça Joaquim Lúcio, em Campinas, década de 1940.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Rocha (2013) descreve com precisão as dependências do Palace Hotel (Figura 53):

O Palace Hotel de Campinas foi um edifício construído em 1938 e inaugurado em 1939, localizado na lateral direita sentido centro-norte de uma importante praça em Campinas, denominada Praça Coronel Joaquim Lúcio. [...]. Foi construído com dois pavimentos com aproximadamente 30 quartos e duas baterias de banheiros feminino e masculino em cada pavimento, além de uma loja comercial (salão), recepção, estar, lavanderia, cozinha e área de serviço, com uma área total de 581,67 m². O restaurante localizado no térreo era local de eventos da sociedade campineira, como festas e casamentos. (ROCHA, 2013, p.49)

Seguindo essa tendência, a equipe de profissionais de Goiânia contratada para a implantação e construção dos objetos no espaço começou a disseminar por toda a cidade propostas inovadoras, muitas delas marcadas pela influência do estilo *art déco*. Em meio às muitas dificuldades da ausência de infraestrutura básica, a “cidade/bairro”²⁷ foi vencendo as barreiras e, já em 1940, Campinas possuía 1.864 edificações, das quais 1.118 eram construções principais; 36, dependências; e 710 barracões e casebres. Goiânia, por seu turno, possuía, à época, 1.163 edificações, das quais 668 eram construções principais; 225, dependências; e 270, barracões e casebres. A população da nova capital, nesse tempo, era de 48.166 habitantes. (IBGE,1940).

O Cemitério Nossa Senhora de Santana, construído pelo governo do Estado de Goiás em 1939, ficou localizado na Avenida Independência esquina com a avenida 24 de Outubro e marcou a expansão de Campinas para além do campo do Atlético, que era o limite da 24 de Outubro. Com traços *art decó*, o cemitério foi tombado como patrimônio histórico do município em 26 de setembro de 2000. O cemitério representou um importante equipamento em Campinas, possuindo ricos jazigos com detalhes imponentes e esculturas em bronze, e nele estão enterrados os pioneiros da capital e personalidades, dentre elas, o fundador de Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira, constituindo um verdadeiro museu a céu aberto. (ORTÊNCIO, 2011). (Figura 54).



²⁷ “Cidade/ Bairro”
cidade para os campineiros

... Campinas foi considerada
... fonte: autora.

A expansão urbana de Campinas na década de 1940 conservou o arruamento inicial na forma de tabuleiro, com as quadras retangulares e parceladas em tamanhos mais ou menos uniformes, e se expandiu rumo à avenida Amazonas (atual av. Anhanguera), seguindo até a avenida Maranhão (atual av. Castelo Branco). Posteriormente, a ocupação do espaço foi se distribuindo do sentido oeste para leste e noroeste, avançando além do córrego Cascavel e do Ribeirão Anicuns. (Apud GOMES, 2012, p. 326).

As jardineiras faziam a ligação de Goiânia a Campinas, realizando o ir e vir da população, com ponto final na praça Joaquim Lúcio. Muitos estudantes optavam por estudar nos colégios de Campinas, pela qualidade do ensino, e muitos motoristas desses ônibus se tornavam pessoas da confiança dos pais. Exemplo: o motorista “João Malandro”. (GOMES, 2012). (Figura 55).



Figura 55- As jardineiras de transporte de passageiros de Campinas para Goiânia.
Fonte: Museu da Imagem e do Som, década de 1940.

Na praça Cel. Joaquim Lúcio esquina com a rua José Hermano, no lugar do prédio demolido da antiga cadeia, ergueu-se um edifício austero para a subprefeitura, construído sem recuo frontal; fachada adornada por frisos em relevos que dividem as lajes e as aberturas;

portas e janelas com persianas de madeira e vidro; e, na fachada, uma platibanda frisada que esconde o telhado. A porta principal em madeira assentada na esquina ficou protegida por uma marquise em concreto de cantos sextavados. No chanfro do frontão, destacam-se duas falsas colunas, com desenhos geométricos, emoldurando a porta. Esse prédio está reconhecido pelo IPHAN como estilo *art déco*. (Figura 56).



Figura 56- Prédio da antiga subprefeitura de Campinas em 1944. Praça Joaquim Lúcio com a rua Honestino Guimarães.

Fonte: Museu da Imagem e do Som, década de 1940

A partir de 1940, a sociedade campineira viveu uma fase de muitos contextos na história e Gomes (2012) conta que as ruas estavam arborizadas, as famílias, em geral, eram formadas de grandes proles, poucos tinham menos de cinco filhos e, ao entardecer, tinham o hábito de colocar as cadeiras no alpendre ou nas calçadas para conversarem sobre os fatos do dia. Muitos saíam caminhando para falar com a vizinhança.

Também nessa década de 40, a avenida Anhanguera passou a ser uma importante ligação com Goiânia e os demais municípios do entorno, motivo por que começa a atrair o



Figura 57-Obras de terraplanagem na avenida Amazonas em 1938.

Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.



Figura 58- Casa Aguiar, armazém de secos e molhados na avenida Amazonas esquina da Honestino Guimarães na década de 1950.

Fonte: Hélio de Oliveira.

comércio de alimentos secos e molhados, atacadistas, hotéis, lojas de produtos agrícolas. Em 1938, iniciaram-se as obras de abaulamento da Av. Amazonas (atual av. Anhanguera), visando a ligação das rodovias. (Figura 57). O Armazém Aguiar tem traços, na sua platibanda, que lembram o estilo *art déco* empregado nos edifícios do centro. (Figura 58).

Nesse movimento de transformações e construções da década de 40, vão aparecendo importantes edificações, e na praça da Matriz, denominada praça de Santo Afonso, foi acrescentada à paisagem a nova casa paroquial dos redentoristas, edificada em uma área correspondente a uma quadra, com um grande quintal pleno de árvores frutíferas e hortaliças. Na fachada, molduras em relevo contornavam as janelas; as colunas de sustentação em concreto foram realçadas e frisadas; portas e janelas em ferro com linhas retas; e um recuo frontal onde foi cultivado um jardim cercado com mureta baixa em grades de ferro trabalhado que completaram a altura das colunas, deixando à mostra a construção em estilo neoclássico. (Figura 59).

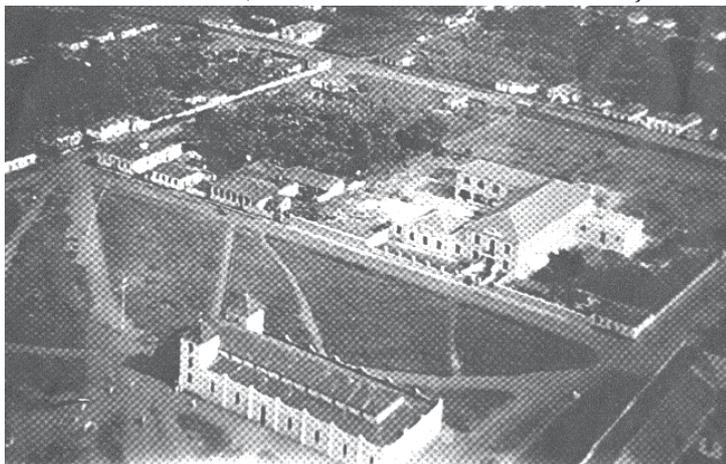


Figura 59- Praça da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 1940, com a nova casa paroquial da Congregação Redentorista.
Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.

De 1935 a 1950, grande parte dos edifícios comerciais campineiros passaram por reformas para que suas fachadas assumissem a modernidade pretendida pelo Estado. Novos edifícios, tanto comerciais como residenciais, foram construídos, podendo ser observada, na elaboração dos projetos, a atuação de profissionais como José Neddermeyer, Eurico Viana, Geraldo Rodrigues, ou ainda escritórios como os dos irmãos Coimbra Bueno e Richard Block. (COELHO, 2009).

Na nova sede do Colégio Santa Clara, de 1941, também se observam as tendências que foram acontecendo nas demais edificações da cidade. A edificação escondeu o telhado com platibandas altas e abandonou os detalhes arredondados de portas e janelas. Conservou

apenas a porta central em arco e as janelas, ao que parece um aproveitamento da sede antiga demolida. (Figuras 60, 61).



Figura 60- Colégio Santa Clara em 1940, ampliado nos dois lados. Ainda conserva a primeira edificação ao centro.
Fonte: MENEZES, 1981.



Figura 61- Colégio Santa Clara em 1941. Substituiu a primeira sede de 1928 e permaneceu dessa forma até 1965.
Fonte: MENEZES, 1981.

Descrever a paisagem da praça Joaquim Lúcio pode ser efetuada com poucas palavras. Todavia, dissertar sobre ela pela memória dos antigos moradores gera incontáveis textos. A memória é a vida, ao passo que a história é a reconstrução do que passou e não existe mais; a memória atual é o elo vivido no eterno presente. Nela estão presentes as ações da construção da paisagem assim como os atores das cenas vividas. (NORA, 1993).

A trajetória das mudanças da paisagem da praça Joaquim Lúcio foi marcada pelos movimentos políticos das trocas de prefeitos. Assim, mais uma vez, em 1947, foi construído um novo coreto com as linhas arquitetônicas que lembravam as novas edificações de Goiânia: um projeto de José Neddemeyer no estilo *art déco*, com arbustos de poda topiária nos passeios, mobiliários e iluminação escolhidos como os da avenida Goiás de Goiânia. O coreto tinha acesso à cobertura que servia de palanque nas campanhas eleitorais e nos shows de bandas. O revestimento das paredes eram de *fulget* de quartzo verde, igual ao revestimento das paredes do Palácio da Esmeraldas. (ROCHA, 2013). (Figura 62).



Figura 62 - Coreto da praça Joaquim Lúcio em estilo *arte déco*, 1950. Demolido para a construção de fontes.
Fonte: Hélio de Oliveira.

Assim, por esse viés, Bariance Hortêncio, comerciante, escritor e antigo morador de Campinas desde 1938, pertencente ao grupo dos primeiros migrantes que vieram de São Paulo atraídos pelas oportunidades que o governo acenava para a ocupação do espaço da nova capital, descreve a praça Coronel Joaquim Lúcio:

A praça Coronel Joaquim Lúcio, de Campinas, foi a primeira da nova capital. Era o coração efervescente que emanava força rumo aos canteiros de obras além do córrego Capim Puba. Dali partiam as jardineiras com operários e estudantes; para ali chegavam as jardineiras do interior, proporcionando empregos a carregadores de malas, os meninos. Também ali estavam os carros-de-praça do Zé Costa, do Otávio, do Bigodinho e o reluzente Ford preto, do Osvaldo Andrade [...]. O vai e vem (footing) era realizado aos sábados e domingos em frente ao Bar Esportivo [...]. Vai e vem de duas fileiras de marmanjos parados e duas filas no meio, de moças casadouras (foi lá que me casei), uma que ia e outra que voltava, surgindo os desejados flertes, com as esperadas quebradas. (ORTÊNCIO, 2011, p. 225).

O Atlético Clube Goianiense é o mais antigo time da capital de Goiás, tendo sido fundado em 2 de abril de 1937. Tem um dragão como mascote e foi o primeiro clube goiano a conquistar um título de campeonato estadual em 1944. Localiza-se no final da 24 de Outubro esquina com a rua Perimetral e, até a década de 1950, não possuía sede nem arquibancadas. Seus torcedores se amontoavam na cerca para assistir aos jogos, frequentados por toda família campineira. Na década de 1940, foi escolhido o nome do estádio através de um abaixo-assinado de 132 atleticanos campineiros. Em 1958, apoiado pelo seu benemérito Antônio Accioly, construía sua primeira arquibancada. (ORTENCIO, 2011). (Figuras 63,64).



A planície de Campinas permite avistar toda a avenida 24 de outubro até o seu final, onde se localiza a sede do Atlético Clube Goianiense. Na década de 1940, a Campininha ganhou construções novas, calçadas revestidas, iluminadas e arborizadas.

Na década de 40, a “cidade bairro” se movimentava de modo frenético, impulsionada pelas atividades comerciais, e a av. 24 de Outubro era a mais importante ligação com o centro da cidade, chamado de “Goiânia” pelos campineiros. As construções se alastravam por toda a sua extensão, no sentido leste, buscando alcançar a capital, ao mesmo tempo em que atraíam mais comércio e residências para o entorno do seu raio de influência. As novas construções, embora desprovidas de monumentalismo, absorviam alguns detalhes das formas e da arquitetura construídas em Goiânia. (GOMES, 2012) (Figura 65)



Figura 65- Avenida 24 de Outubro ampliada, década de 1940.

Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.

Quando se regressa à Campinas de 1940, reaparece a imagem de um pequeno aglomerado urbano, com casas de grandes quintais, água de cisterna, luz da usina do rio Meia

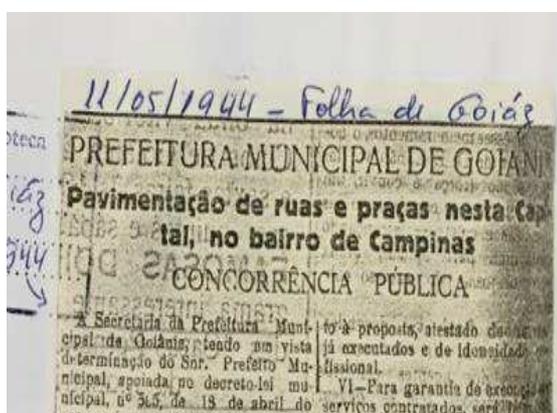
Ponte, que sempre falhava e deixava tudo à luz de velas e lamparinas. Para sair à noite, usava-se lanterna. Na imagem abaixo nota-se a existência dos quintais no espaço das casas. (GOMES, 2012). (Figura 66).



Figura 66- Avenida 24 de Outubro esquina com a praça Joaquim Lúcio, no fim da década de 1940. Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Goiânia.

No decorrer da ocupação do espaço de Goiânia, pode-se observar, nas ações da equipe responsável, certa desconsideração com Campinas - todos os projetos, desde o primeiro de 1933 ao de 1947, não contemplaram a reorganização urbana do bairro, que crescia empurrado pela sua força comercial e sem planta urbanística. Talvez por esse motivo ele se considerasse outra cidade e não um bairro de Goiânia.

Durante a década de 1940, a avenida 24 de Outubro irradiava seu crescimento pelas ruas paralelas e adjacentes, e o campo do Atlético era o seu limite natural. Uma reportagem do jornal *Folha de Goiaz*, de 11 de junho de 1944, anunciava a abertura de concorrência para o asfaltamento da avenida e do entorno da praça Joaquim Lúcio. (Figuras 67,68,69).



A terceira planta urbanística de Goiânia, realizada em 1947 pelo escritório Coimbra Bueno & Cia, contemplava mais uma expansão da cidade: apareceram os setores Coimbra, Oeste, Universitário, dos Funcionários, Bairro Popular e Vila Nova. A Vila Coimbra, até então ligada a Campinas, apareceu parcelada nesse terceiro projeto, com vias nomeadas, quadras e lotes numerados, enquanto Campinas permaneceu, mais uma vez, sem nenhuma proposta de reestruturação urbana. (Figura 70). (SEPLAM, 2017).



Após a década de 1940, a expansão da parte nova de Campinas, aquela que se expandiu com a chegada de Goiânia, recebeu construções de casas populares na maioria resumidas a um modelo quase padrão, iguais a construídas em Goiânia, com dois ou três quartos, sala, cozinha, despensa, alpendre, sanitário, piso em cimento queimado e revestimento de cerâmica vermelha, janelas com persianas de madeira e vidro e muros baixos, sem garagem, telhado em telhas francesas e desenhos de relevo na testeira frontal e nas molduras das janelas. Era o início do modernismo no Brasil. Mas, ainda nessa época as ruas continuam sem asfalto e sem calçamento e a maioria das casas ainda era de adobe. (Figura 71).



Figura 71- Casa popular típica da expansão de Campinas após 1940, na avenida Minas Gerais, nº 100, esquina com a rua Jaraguá. Criança brinca na porta da casa. Foto da década de 1950.
Fonte: Arquivo de família da autora.

Numa linha de tempo, aparece o mercado Municipal de Campinas, de 1954, que representa um importante marco material e social da paisagem do bairro. Com um projeto bem estruturado, sua construção demandou a demolição de algumas casas, alterando a paisagem local. O mercado foi inaugurado em 1955 e tornou-se ponto de encontro no cotidiano das pessoas que tinham o hábito de fazer compras diariamente. (Figuras 72,73).



Figura 72- Casas desapropriadas para a construção do Mercado Municipal, em 1954 e uma projeção depois de construído.
Fonte: Mercado Municipal de Campinas.



Figura 73- Obras do Mercado Municipal de Campinas em 1954.
Fonte: Mercado Municipal de Campinas.

O Mercado Municipal de Campinas representou uma nova etapa no crescimento do bairro para o lado leste na década 1950 e trouxe a modernidade com a concentração de várias atividades comerciais em um mesmo lugar, como açougues, produtos hortigranjeiros e um universo de utensílios domésticos antes vendidos somente em feiras e armazéns. A mudança de hábito projetou uma nova rotina no cotidiano do campineiro. O mercado abriu outros nichos de produtos e promovia encontros de pessoas. Nesse movimento, a paisagem se alterava, pois, os pequenos armazéns começaram a fechar as portas, e a convivência íntima da sociedade, pautada na confiança, começou a se dissolver. (Figuras,72,73).

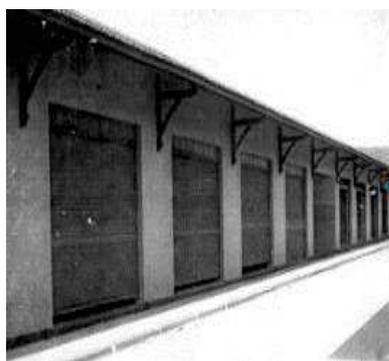


Figura 74- Mercado Municipal de Campinas em 1955



Figura 75- Mercado Municipal de Campinas, 1955

De outro lado, a força do comércio de Campinas ganhava o respeito em detrimento da sua posição social. A paisagem urbana se espalhava cada vez mais rapidamente, mudando o eixo inicial de crescimento do centro fundacional, que antes acontecia no sentido norte-noroeste, e seguia em uma expansão caracterizada por uma ocupação espontânea e rarefeita, compreendendo o espaço do largo da Matriz e do Colégio Santa Clara como polos de atração.

Ou seja, as primeiras ocupações seguiam na direção noroeste até o convento e a capela de São José (direção contrária de Goiânia); ao norte, seguiam em direção ao cemitério velho (hoje praça João Ritas) até o vale do Ribeirão do Anicuns.

A segunda ocupação aconteceu paralela à expansão do comércio, que mudou o sentido para norte, sul e leste até o campo de Atlético, com construções que adensavam mais as avenidas Sergipe, Marechal Deodoro da Fonseca e Rio Grande do Sul, seguindo em direção à avenida 24 de Outubro e à praça Joaquim Lúcio. Na última sequência, seguia para a avenida Amazonas (atual avenida Anhanguera) até a avenida Maranhão (atual castelo Branco).

Na última etapa de expansão, a paisagem se expandiu no sentido leste e alcançou Goiânia, unindo-se à vila Coimbra. No entanto, apesar dessa explosão demográfica, ainda conservava suas características de cidade pequena e pobre do interior de Goiás. A população de Campinas, nessa época, ainda não assimilara a mudança: no imaginário de sua população ainda era uma cidade e não um bairro de Goiânia.

Até 1962, com exceção da avenida 24 de Outubro, as ruas de Campinas permaneceram sem infraestrutura de água, esgoto, rede pluvial e asfalto. Nos relatos das obras da administração do prefeito Hélio de Brito, aparece uma justificativa para a falta de melhorias no bairro. Brito (1965) comenta que, embora a Constituição de 1946 contemplasse a autonomia municipal, a prefeitura de Goiânia era apenas um departamento do governo e pouca coisa se podia fazer sem uma verdadeira autonomia. Por isso, a prefeitura se restringia à manutenção de serviços, como a limpeza das ruas em caminhões inadequados, da administração dos mercados, cemitérios e matadouros e da precária rede escolar. O departamento mais eficiente era o de estradas, porque recebia verbas federais, mas, mesmo assim, sofria sem máquinas e equipamentos para a execução de obras na cidade.

Brito (1965) afirma que, após muitas reivindicações, o então governador Mauro Borges, por meio do Decreto nº 164, de dezembro de 1961, transferiu para a prefeitura de Goiânia a responsabilidade pela urbanização, conservação da cidade e cadastro imobiliário, mas manteve os serviços de infraestrutura até 1965. Assim, a prefeitura venceu a luta, mas aumentaram as áreas sob sua responsabilidade sem que estivesse preparada para tanto. No entanto, independentemente disso, aos poucos foram iniciadas as obras de infraestrutura nos bairros de Goiânia e, inclusive, no de Campinas. (BRITO, 1965).

No entorno, muitas construções vernáculas foram demolidas para dar lugar a novos edifícios. O coreto construído em 1947 passaria por outra transformação: em 1960, na gestão do prefeito Hélio de Brito, foi demolido. Essa ação descobriu a paisagem e fez aparecer ao fundo a chaminé de uma olaria de cerâmicas em geral. Nessa mesma gestão do prefeito Hélio de Brito, de 1961 a 1965, além da infraestrutura básica, foram construídas, na praça Joaquim Lúcio, as fontes luminosas, que não perduraram no local, pois o bairro estava se esvaziando de moradores para dar espaço ao comércio e as fontes já não atraíam muitos frequentadores. Elas exerciam a função de adornar a praça para o comércio durante o dia, mas não mais representavam um ponto de reunião e de eventos, caindo no descaso da prefeitura. (Figura 76).



Figura 76 - Coreto da praça Joaquim Lúcio na década de 1960. Ao fundo, a chaminé da olaria.

Fonte: Hélio de Oliveira. (Grifo da autora).

Na década de 1950, a prefeitura abriu concessões para novos parcelamentos do solo, motivada pela necessidade de acelerar a expansão das áreas urbanas. Essa prática deu início a um movimento desenfreado de parcelamentos, e Goiânia perdeu as diretrizes de seu planejamento inicial. Sobre esse fato, destaca-se a multiplicação de loteamentos irregulares, dado o aumento rápido da população, processo que também foi acelerado pela construção de Brasília ao final da década de 1950.

Seguindo os movimentos dos parcelamentos de toda Goiânia, Campinas inicia também o processo de lotear as grandes áreas do seu entorno, pertencentes aos pioneiros campineiros, como a Vila Isaura, pertencente à família do senhor Hosterno Silva, Vila Santa Helena, Vila Bonfim, de propriedade dos redentoristas, e outras.

O loteamento Otávio Lúcio, de propriedade da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, localizado no entorno do cemitério antigo, na continuação da avenida José Hermano, exemplifica o movimento dos proprietários dessas grandes áreas de Campinas. Inicialmente, Campinas se estendia por todas as direções, sem divisões ou parcelamentos. Todo o espaço era da “cidade/bairro” e os lugares eram denominados por marcos do local que os identificavam. A partir de 1950, começam a aparecer os loteamentos: ao Norte, a vila Irazy, vila Ana Maria, Vila Santa Helena, Vila Santana, setor Bonfim, Vila Maria; a oeste, Vila Benjamin e Cintra; ao sul, Vila Pará e parte do setor Coimbra, mais tarde incorporados de volta a Campinas. (Figura 77,78).



Figura 77- Planta de loteamento Otávio Lúcio em Campinas, 1957. (Antes setor Bonfim).
Fonte: SEPLAM-GO.



Figura 78- Foto aérea do setor Campinas.
Fonte: SEPLAM-GO. Localização da Matriz e setor Bonfim.

Em 1960, iniciam-se as obras para a instalação das redes pluviais. Até a década de 1960, as casas tinham fossas sépticas e cisterna em lotes pequenos na média de 250m², ou seja, corriam risco de contaminação.

A paisagem, nesses anos de realização de obras urbanas, ficou encoberta por uma fumaça de poeira vermelha. Contudo, existia a tolerância dos moradores, até porque a espera pelos benefícios já durava 30 anos. As imagens abaixo exibem a abertura das ruas para a rede de água e de esgoto. Mostram o início da rua José Hermano, perto da praça Joaquim Lúcio, e o final, onde as casas mais antigas aparecem, como na década de 1920. A rede de infraestrutura de água, esgoto e drenagem representava a concretização do asfalto chegando. Na gestão seguinte, após 1965, o tapete preto chegaria na porta dos campineiros: o bairro respirou e os proprietários das casas se apressaram a pintar suas fachadas. (Figuras 77,78).



Figura 79– Implantação da rede de águas pluviais na rua Honestino Guimarães, antiga Pernambuco, na década de 1960.
Fonte: BRITO, 1966.



Figura 80– Implantação da rede de águas pluviais na rua Senador Moraes Filho.
Fonte: BRITO, 1966.

O largo da Matriz também comemorou a infraestrutura e o asfalto. Abaixo, ao fundo, aparece o edifício do Colégio Santa Clara, com mais uma ampliação que perdura até os dias de hoje, e a avenida Senador Moraes Filho que, no princípio, abrigou as primeiras casas próximas ao córrego Cascavel. (Figuras 81,82).

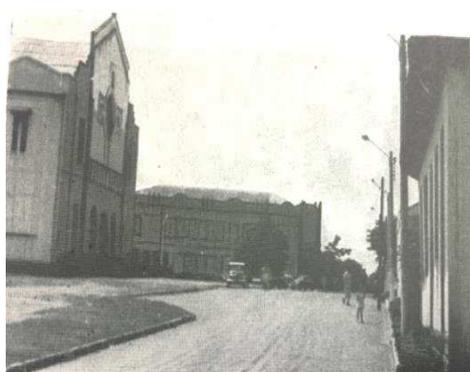


Figura 81- Praça de Santo Afonso década de 1960
Fonte: (BRITO, 1965)



Figura 82- Avenida Senador Moraes Filho década de 1960
Fonte: (BRITO, 1965)

Eram muitas as solicitações para que as ruas fossem asfaltadas. Com o aumento da movimentação de carros, a poeira invadia as casas e as mercadorias nas lojas. Era preciso, para amenizar, molhar as ruas com caminhões-pipa, na tentativa de deixar o ar mais limpo. Durante as chuvas, eram poças de água parada e enxurradas de lama. As casas se abasteciam de água retiradas de cisternas e os esgotos eram em fossas sépticas. Na ausência de rede pluvial, as águas das chuvas rasgavam as ruas, formando erosões. (BRITO, 1965).

A demora de 30 anos para o asfalto, segundo Brito (1965), decorria do alto custo para a instalação de tubulações de água e esgoto e a enorme demanda de toda a cidade. Assim, montou-se uma fábrica de tubos e de todos os tipos de artefatos, como meio-fio, postes e outros materiais necessários à implantação de uma infraestrutura. Junto a isso, havia a frágil e pequena arrecadação da época e a transição de responsabilidades entre o Estado e a prefeitura, emperrando os trabalhos com burocracias.

As ruas mais distantes da parte nova de Campinas também receberam infraestrutura de meio-fio, demarcação de calçadas, infraestrutura pluvial, como a avenida Matogrosso, localizada acima da avenida Amazonas (Anhanguera) e ainda ocupada de modo rarefeito por



Figura 83- Implantação da rede de águas pluviais na rua Jaraguá e ponte sobre o córrego Cascavel.
Fonte: BRITO, 1965.



Figura 84- Colocação de meio fio preparando para o asfalto da Avenida Matogrosso. Campinas em 1963.
Fonte: BRITO, 1965.

resi
dên
cia
s.
(Fi
gur
as
83,
84)

Nesse mandato da prefeitura, de 1961 a 1965, outros bairros de Goiânia também receberam os benefícios da infraestrutura de asfalto: o setor dos Funcionários, setor Oeste, parte do setor Sul, como a praça do Cruzeiro, avenida Primeira Radial, rua 90, bairro Popular,

vila Coimbra, parte do setor Fama, Vila Nova. Depois de 1960, Goiânia foi se tornando uma cidade limpa com ótima qualidade de vida, clima ameno e boa arborização. (BRITO, 1965).

O prédio do Colégio Santa Clara teve a sua última implementação na década de 1960 e assim permanece até os dias de hoje. Por último, foi realizada a construção do bloco que faz esquina com a Av. Marechal Deodoro da Fonseca, onde foram localizadas salas de aulas e a moradia das freiras - hoje elas cederam todo o espaço para as dependências do colégio. A nova capela do Colégio está ligada ao prédio pela Marechal Deodoro da Fonseca e foi construída também na década 1960, numa construção de fino acabamento que impressionou a todos. Ali foram realizadas várias cerimônias, como primeira comunhão, formaturas, casamentos de alunas novas e antigas. (Figura 85).



A sede do Colégio Santa Clara, entre 1921 e 1940, foi crescendo com o bairro, com pequenas e grandes obras. Uma crônica de José Mendonça Teles (2006, p.107) define os campineiros e as moças que estudaram no Santa Clara:

Ele é gente boa, podes crer. É da Campininha! Uma apresentação, acrescentada da expressão da Campininha tinha garantia de cheque-ouro. Logo, todas as portas se abriam e o jovem campineiro estufava o peito e reinava. A expressão ganhou força de predicado e até hoje ainda é possível ouvi-la, principalmente entre aqueles do meu tempo. Outra expressão quente, ainda usada nos dias de hoje, que bem justificam as raízes campineiras é o “ estudou no Santa Clara”. Aí então, estamos diante de uma mulher culta, religiosa, humana e prendada para os grandes desafios da vida.

Após a implantação da infraestrutura em 1965, o prefeito seguinte, Iris Rezende, asfaltou todo o bairro de Campinas e duplicou a avenida Anhanguera, visando atender as ligações com as entradas que ligam Goiânia a outros municípios. Nesse período, a Campininha teve um tempo de harmonia com o espaço e a paisagem, pois, apesar de a especulação imobiliária estar instalada em Goiânia e avançando, ainda se podia morar,

estudar, trabalhar e usufruir de lazer nas salas de cinema e nos clubes que existiam no bairro, vivendo nos moldes de uma cultura interiorana

Em 1960, Campinas já iniciava o processo de coesão das atividades comerciais, isto é, um fenômeno urbano, descrito por Corrêa (2003), que acontece quando as atividades se atraem de forma heterogênea, alterando a ocupação do espaço existente com residências, comércio, lazer, escolas, tornando o bairro prioritariamente comercial. Embora na imagem abaixo ainda se observem muitas áreas verdes em torno do bairro, que permanecia ainda sem asfalto, ao longo da avenida e na praça A, na avenida Anhanguera, que configurava a parte nova de Campinas, distante do centro fundacional e ligada a vila Coimbra, estava o comércio de produtos agrícolas e os alimentícios secos e molhados vendidos no atacado. (Figura 86).

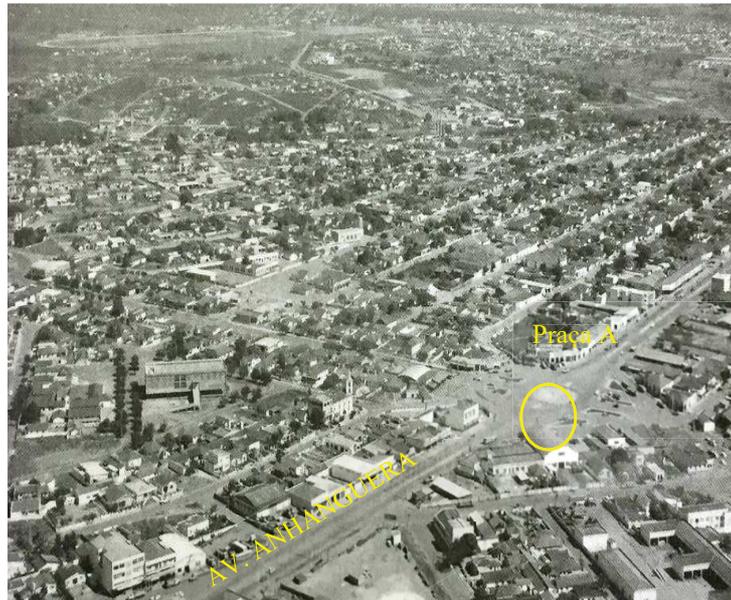


Figura 86– Vista panorâmica de Campinas em 1961. Vista da avenida Anhanguera.
Fonte: Hélio de Oliveira.

Em 1965, foi demolido o prédio da antiga matriz construída em 1900 para dar lugar a uma nova que, conforme mostra a imagem abaixo, foi construída com a fachada no sentido

sul, enquanto a antiga olhava para o sentido oeste, mirando o córrego Cascavel. Durante o tempo da construção, foi mantida a antiga, porém muito próxima da nova, talvez porque, infelizmente, já se previa sua demolição. (Figura 87).



Figura 87- Igreja Matriz Nossa Senhora Conceição de Campinas, de 1900, encostada na Matriz de 1960.

Fonte: <https://matrizdecampinas.com.br/parouquia>

A praça de Santo Afonso transformou sua paisagem com canteiros ajardinados no entorno da nova Matriz, agora construída com traços limpos e retilíneos, mas conservou as aberturas de portas e janelas em semicírculos e acrescentou muitos vitrais em um único grande espaço sem colunas (Figura 88)



Figura 88 - Igreja Matriz Nossa Senhora Conceição de Campinas.

Fonte: <https://matrizdecampinas.com.br/parouquia>

Nos anos 70, toda a Campininha estava asfaltada, mas começava a se sufocar com o movimento do comércio, que invadiu todo o espaço. Logo quando estava mais bonita, não se pôde mais nela morar. Muitos ainda resistiram, mas acabaram também se mudando, como eles diziam, para Goiânia. Durante a trajetória dessas transformações, a pesquisa observou a paisagem da avenida 24 de Outubro de 1970 a 2010, ocupada, gradativamente, pelo comércio e com as fachadas completamente encobertas por placas. As árvores plantadas na década de 1940 foram retiradas, no propósito de abrir o visual para as placas das lojas, salvo poucas exceções. (Figuras 89,87,90).



Figura 89- Avenida 24 de Outubro, 1972.
Fonte: OLIVEIRA, 2012, p. 163 apud SEVERINO, 2018.



Figura 90- Avenida 24 de Outubro, 1975.
Fonte: Jornal *O Popular*, 9 nov. 1975. Arquivo SEPLAM, 2017 apud SEVERINO, 2018.
Destaque da autora para a ausência de árvores.

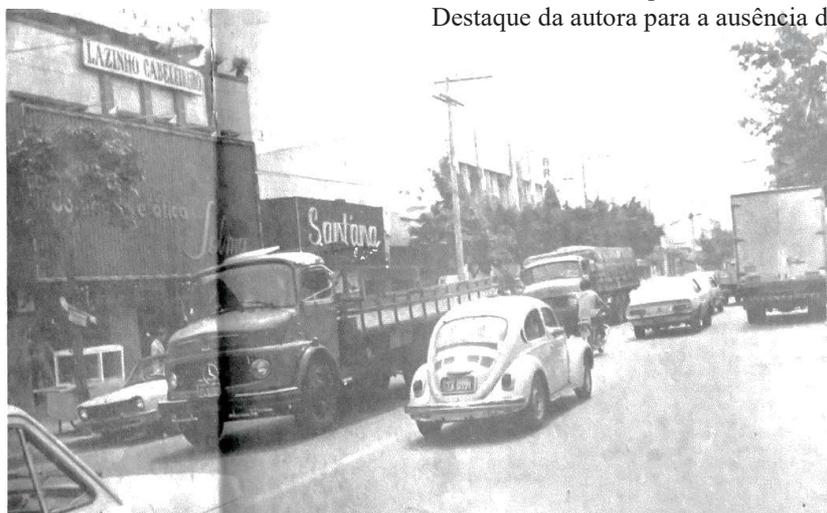


Figura 91 - Avenida 24 de Outubro, 1980.
Fonte: *Folha de Goiás*, 17 dez. 1980. Arquivo SEPLAM, 2017, apud SEVERINO, 2018.

A Campininha das Flores da década de 1980 realmente se despediu de suas raízes nos anos 90 e, assumidamente, saiu do imaginário de ainda ser cidade para assumir a nova

paisagem que realmente a transformou em um bairro dedicado às atividades comerciais. Em 1980, nas imediações da avenida 24 de Outubro, ainda se podiam ver algumas residências que resistiam aos incômodos de um trânsito frenético e ao desassossego da grande movimentação de pedestres nas calçadas, das buzinas e dos autofalantes fazendo anúncios. Apareceu um novo uso do espaço, mas os antigos moradores se foram e a paisagem do tempo da Campininha os acompanhou somente dentro de suas memórias. (Figuras 92,93).

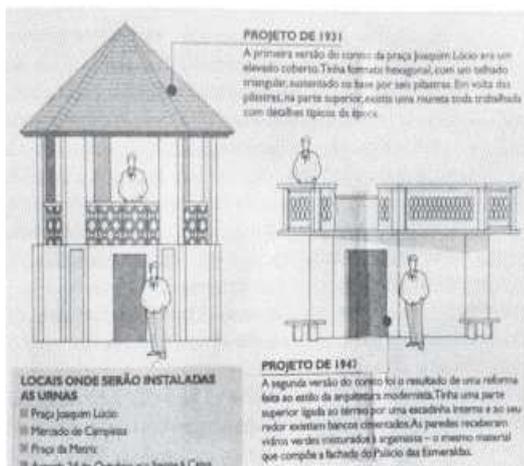


Figura 92- Avenida 24 de Outubro, 1998. Fonte: *Diário da Manhã*, 27 maio 1998. Arquivo SEPLAM, 2017 apud SEVERINO, 2018.



Figura 93 - Avenida 24 de Outubro, 2004. Fonte: *Diário da Manhã*, 5 dez. 2004. Acervo SEPLAM, 2017 apud SEVERINO, 2018.

Em 2001, foi realizado um pleito para a escolha de um novo coreto a ser construído na praça Joaquim Lúcio. A disputa girou entre o coreto de 1931 e o coreto de 1947. Venceu o primeiro coreto de 1931, com 1.165 votos contra 1.157 votos para o de 1947. Uma disputa apertada e muito questionada. Parte da população reagiu, alegando que o coreto de 1931 não tinha nenhuma história que merecesse referência, enquanto o de 1947 seria a testemunha do início da intensa vida social campineira, porque foi ali que estiveram, por muitas vezes, figuras ilustres que lutaram para a construção de Goiânia. (ORTENCIO, 2011). (Figuras 92,93).



Assim, foi erguida na praça a réplica do coreto de 1931, com busto do Cel. Joaquim Lúcio Tavares, natural de Silvânia (Bonfim), que chegou a Campinas no ano de 1890, um pouco antes dos redentoristas, casado com dona Barbara Rodrigues de Moraes. Recebeu a homenagem pela influência e colaboração prestada para o desenvolvimento de Campinas como fazendeiro e comerciante. Infelizmente, não viu a inauguração de Goiânia, falecendo em 1934. Essa referência e homenagem estavam, de certa forma, direcionadas aos doadores das terras à cidade de Campinas antes de se tornar bairro de Goiânia.

Hoje, profissionais de áreas diversificadas que nasceram e se criaram em Campinas estão espalhados pelo mundo, mas não esquecem as lições do lugar, muitas delas geradas pelo comércio. Se as flores da Campininha desapareceram, se mantiveram intactas a força, a determinação e a solidariedade de seu povo. Retratadas numa convivência familiar e amigável, essas características são orgulho dos campineiros que comemoram em julho os 200 anos do bairro, hoje o retrato goianiense mais autêntico de um varejo pulsante. [...]. Num quadrilátero de 10 mil metros quadrados de Campinas, 5 mil lojas de diversos segmentos modificaram o antigo bairro nas últimas décadas. Muitos dos moradores não resistiram aos apelos do mercado imobiliário cedendo suas casas para o comércio. Estima-se que Campinas seja responsável hoje por 65% da arrecadação tributária da capital, gerando mais de 80 mil empregos diretos e outros 5 mil indiretos. Uma engrenagem mantida por mais de 100 mil pessoas que passam pelo bairro diariamente, segundo estimativa da presidente da Associação dos Empresários de Campinas, Margarete Maia Sarmento. (Apud CDL -GOIÂNIA, 2010).

O texto do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) faz uma retrospectiva das mudanças na paisagem de Campinas e destaca o tempo de harmonia na vida cotidiana dos moradores e as benesses recebidas em uma cidade com a natureza ainda preservada. No período de 1935 a 1960, tudo estava em harmonia na Campininha e dele nasceram as memórias saudosistas do bairro, que, aos poucos, foi se transformando. Em 1980, seus moradores cederam suas casas para o comércio.

De 1990 a 2010, a paisagem campineira se consolida, promovendo mudanças de proprietários de lojas, fechando algumas e abrindo outras, trocando placas das fachadas.

Aparecem algumas ações para melhorias no trânsito, promove-se a proibição de estacionar em muitos lugares e, com isso, o campineiro descobre mais um comércio no aluguel de vagas para estacionar. Motivados com a renda que poderiam ter dessa atividade, passam a demolir suas casas para abrir estacionamentos rotativos; outros os abrem em seus quintais e, de dentro de sua casa, os administram. Essa ação alterou sensivelmente a paisagem.

O comércio exigiu locais para estacionar, carregar e descarregar mercadorias nas lojas e assim foi ajustando o espaço para o bom funcionamento de suas atividades. Ademais, a vida urbana é dinâmica e a história se rende a novas propostas de adequação para promover renda e crescimento econômico, mesmo que em detrimento da vida social.

1.6 As linhas limítrofes de Campinas de 1810 a 1945 e as alterações de 1989

A linha limítrofe de Campinas, desde sua origem até 1935 e na ausência de planta urbana, era referendada por marcos: a cidade terminava praticamente no antigo cemitério situado na continuação da av. José Hermano. A noroeste, a Campininha ia em direção à praça Joaquim Lúcio e à avenida 24 de outubro, que descia rumo ao córrego Cascavel à época totalmente coberto por mata ciliar ao longo de seu curso. Do outro lado, ficava o convento dos redentoristas. Nos sentidos oeste e leste, povoava uma malha urbana quadrangular rarefeita e, a noroeste, limitava-se à avenida Perimetral como final do perímetro urbano.

Num ritmo frenético de crescimento, as construções se espalharam pelos seus limites ainda não demarcados, e começaram a surgir loteamentos em seu entorno, principalmente a norte e noroeste: vila Santa Helena, vila Abajá e outras, pertencentes aos latifundiários que aproveitavam a oportunidade do movimento da expansão de Goiânia para lotear suas áreas. O decreto de 7 de outubro de 1998 determinava:

Art. 1º - Fica aprovada a Planta Urbanística do loteamento “Setor Campinas, contida no Processo nº 072.077-2/85, elaborada pelo Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia – IPLAN e pela Secretaria de Finanças do Município. Art. 2º - As dimensões e confrontações dos lotes e limites das quadras do loteamento “Setor Campinas” são as constantes nos documentos “Descrição e Lotes” e “Composição e Descrição das Quadras”. Art. 3º - Ficam incorporadas ao Setor Campinas as Vilas Maria, Ana Maria, Benjamin Gomes, Pará e Cintra, inclusive a faixa de domínio da Estrada de Ferro Goiás, desde o Córrego Cascavel até a Vila Abajá: parte das quadras dos Setores Coimbra e Funcionários e a área localizada entre as Vilas Maria

e Ana Maria, conhecida como Setor Bonfim. Parágrafo Único – As quadras não numeradas receberão o número da quadra mais próxima, acrescido de uma letra, e as quadras integrantes das Vilas Cintra, Benjamin Gomes e Pará terão a numeração de suas quadras adequadas às quadras do Setor Campinas [...] Art. 11º - O Setor Campinas está situado na área urbana de Goiânia, à margem direita do Córrego Cascavel, tendo como acesso viário principal as Avenidas Anhanguera, 24 de outubro e Castelo Branco [...]. (SEPLAN – GO, 1989).

Após os 51 anos da transferência da capital, a prefeitura de Goiânia, pela Lei 1.198 de 13 de outubro de 1986, avaliou a situação do planejamento urbano de Campinas e considerou os muitos problemas causados pela inexistência de planta urbanística. Ao mesmo tempo, em vista de vários projetos de loteamento estarem sendo aprovados, levou em consideração as dimensões e confrontações dos lotes, que não eram exatas, e outros problemas, como distorções de documentos, numeração e toda espécie de divergência. (Figura 94).

Após essa nova demarcação, o novo limite de Campinas incorporou algumas vilas e perdeu outras, perfazendo, ao final, 2.100 217 744 m² de área de bairro, em que 19. 995.608 m² foram destinados a praças, o que corresponde às duas praças, Joaquim Lúcio e a praça da Matriz, que já perfazem um total aproximado de 18.000.000 m., ou seja, Campinas não preservou espaços para as praças e, quando chegou o crescimento rápido, foi ocupada sem planejamento.

O decreto supracitado incorporou ao setor as Vilas Maria, Ana Maria, Benjamin Gomes, Pará e Cintra, e as quadras foram numeradas de modo sequencial do existente, acrescida de uma letra. As quadras das Vilas Maria, Ana Maria, Benjamin Gomes, Pará e Cintra, receberam numeração de acordo com Setor Campinas, acrescida das letras V.A.M para a vila Ana Maria e V.A. para vila Maria.

A ausência de planta urbanística de Campinas também impossibilitava saber a exatidão das dimensões dos lotes, quadras e numerações, o que acarretava dificuldades nas transações imobiliárias e no recebimento de correspondências. O decreto incorporou algumas vilas, conforme citado, mas também desincorporou dois marcos da construção da sua paisagem da década de 1930: o Cemitério Santana e o Estádio Antônio Accioly - ações que demonstram o desconhecimento do valor histórico e cultural da “cidade/ bairro” de Campinas.

Assim se descreve hoje a nova localização e os limites de Campinas: o setor Campinas está situado em Goiânia à margem direita do Córrego Cascavel e tem como acessos principais a avenida 24 de Outubro, a avenida Anhanguera e a Castelo Branco. Possui os seguintes limites de confrontações: começa no ponto um (01), cravado a 17,50 m da margem do

Córrego Cascavel e a mais ou menos 440 m do Ribeirão Anicuns e a 364,733m, em linha reta do marco de concreto utilizado na triangulação para transporte de sistemas de coordenados (UTM), localizado junto à ponte de pedestre ligando a Vila Irany à Vila São Paulo, e ainda no limite possível de domínio da ferrovia, seguindo conforme seus azimutes e confrontando com a vila Irany e as demais vilas, fechando a linha limite conforme o mapa da (Figura 95.)

Linhas Limítrofes de Campinas- Núcleo fundacional e limites de antes e depois de 1989

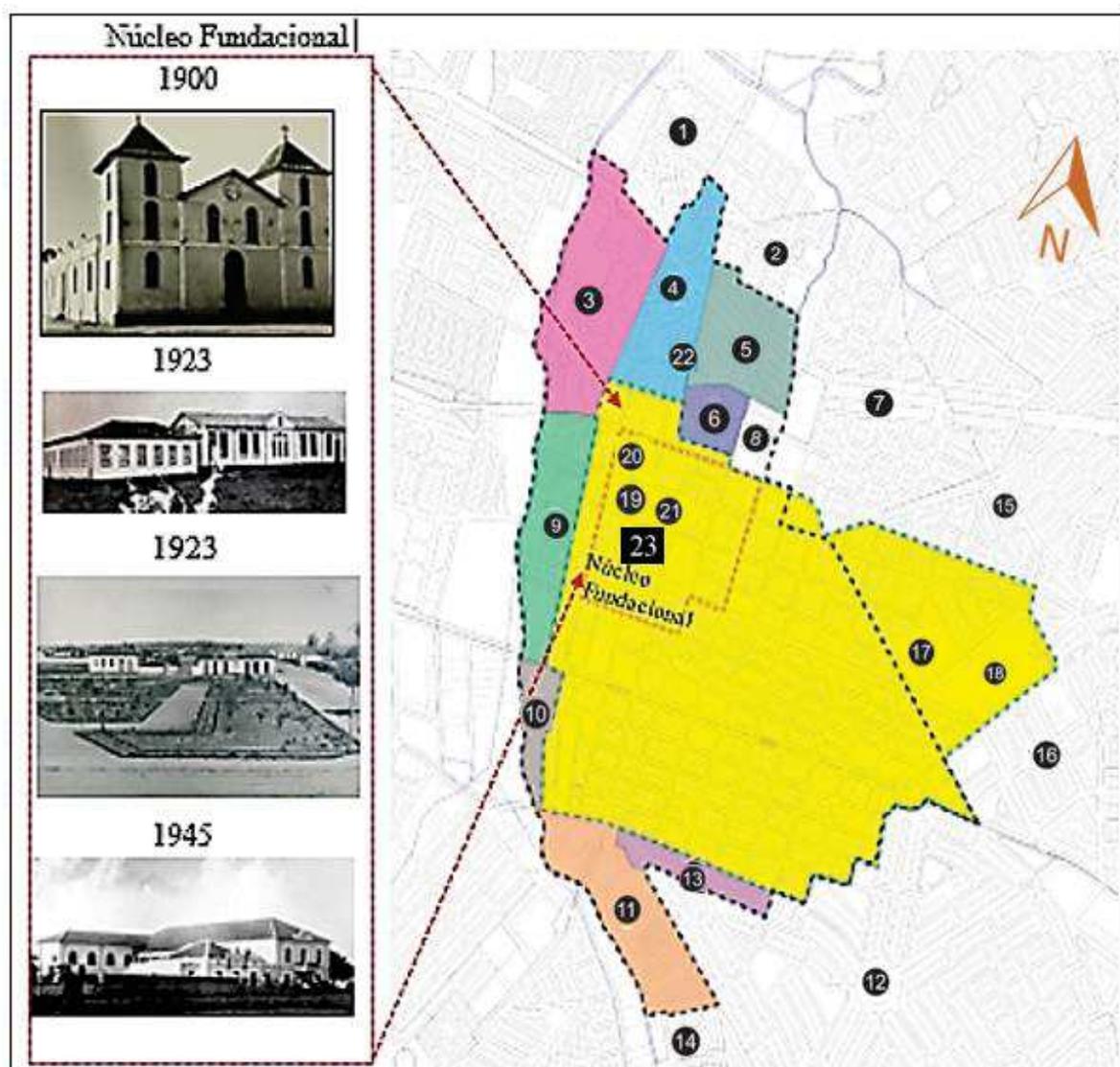


Figura 94– A linha limítrofe de Campinas antes e depois Decreto nº 1.198 de 1986, com várias vilas em seu estorno e tabela para legenda.

Fonte: Severino apud SEPLAM, editado pela autora.

1	Vila Irany	7	Vila Abajá	13	P. S.Coimbra	19	Matriz
2	Vila Santana	8	Vila Abajá	14	Vila Aguiar	20	Inst. G. Ritter
3	Vila Maria	9	Vila Benjamin	15	Setor C. Oeste	21	Colégio Sta. Clara
4	Setor Bonfim	10	Vila Cintra	16	S. Funcionários	22	1º Cemitério
5	Vila Maria	11	Vila Pará	17	Estádio A. Aciolly	23	Praça Joaquim Lúcio
6	Vila Bonfim	12	S. Coimbra	18	Cemitério Santana		
Linhas Limítrofes							
-----		Limite anterior ao decreto de 1989					
—————		Limite atual					

1.7 O cotidiano como componente da paisagem de Campinas de 1900 a 1960

O cotidiano de uma cidade é a frequência dos movimentos dos habitantes realizada de modo habitual, ou seja, no dia a dia, constituindo uma relação espaço-temporal. No estudo da paisagem urbana, a análise das relações sociais abre perspectivas para a compreensão do papel da articulação social entre o espaço e o tempo em reprodução continuada, constituindo a vida do lugar e a identidade do habitante. Assim, Carlos (2007) explica os movimentos do cotidiano em uma cidade:

Trata-se da elucidação de um movimento que envolve a produção e suas relações mais gerais, o que significa, neste contexto, que as relações sociais ocorrem fora dos limites estreitos da produção de mercadorias e do processo de trabalho (sem, todavia, negá-los) para enfocar a vida em todas as suas dimensões (aquela que se desenvolve ligando momentos e lugares como a casa, a rua, o bairro), criando uma trama de relações como trama dos lugares onde se destaca uma rede articulada que liga as práticas socioespaciais e é assim que a produção do espaço se realiza enquanto produção ininterrupta da vida. (p. 41).

Entre 1900 e 1935, as atividades e as ações estavam reduzidas à família e ao trabalho, distribuídas nos afazeres domésticos e os das fazendas, o convívio com a vizinhança, a escola, as cerimônias e as festividades da Igreja nas missas, procissões, barraquinhas das festas juninas, casamentos e batizados. Para o lazer, aproveitava-se a natureza ainda imaculada, com banhos de rios, pescarias, caças e as brincadeiras nas ruas pacatas. Gomes (2012) comenta que, no passado, o que fazia os campineiros felizes era a convivência harmoniosa da comunidade com a natureza. As famílias tinham convivência amigável e respeito mútuo. As relações comerciais e consumidoras eram pautadas na honestidade e por isso se tinha confiança. Schier (2003) explica a percepção da paisagem pelo sentimento:

Neste sentido, quem sabe perceber uma paisagem consegue entender seu valor, perceber a importância dela em sua vida, criar vínculo afetivo com ela e, conseqüentemente, defender a sua perpetuação. “Para que isso ocorra, o indivíduo necessita estar de bem com vida, possuir uma educação que lhe permita meditar sobre sua existência e seu entorno, e precisa de uma atitude cultural e psicológica equilibrada numa sociedade de justiça social” (SCHIER, 2003, p. 88).

As décadas de 1940, 1950 e 1960 constituíram o período áureo de Campinas. Nessa fase, o bairro se desenvolveu e se expandiu nas bases de sua cultura do antes de Goiânia,

porém se beneficiando do depois de Goiânia, visto que crescia economicamente, atendendo à grande demanda do comércio de materiais para construção, insumos em geral e alimentos. (GOMES, 2012).

O comércio em Campinas muitas vezes estava ao lado da residência do proprietário. Por exemplo, a loja Bazar Paulistinha, dos Bariani, vendia artigos ligados a música, discos, vitrolas e radiolas, instrumentos musicais, partituras e também peças para manutenção desses aparelhos. (Figura 95) A movimentação econômica trouxe equilíbrio para a vida dos campineiros, que, na década de 1950, ainda conseguiam preservar o desenvolvimento conciliado à família, realizando a ocupação do espaço de forma mista e bastante heterogênea, que mantinha uma socialização harmoniosa para morar, trabalhar, estudar e recrear. (GOMES, 2012).



Figura 95- Loja na avenida 24 de Outubro, com destaque para a residência ao lado do comércio. Década de 1950 (Bazar Paulistinha).

Fonte: Imagem cedida da galeria de fotos de Bariane Ortêncio, de 2017.

Na década de 1950, fazia parte do lazer no cotidiano do bairro frequentar as salas de cinema mais tradicionais: o Cine Campinas, localizado na avenida 24 de Outubro, e o Cine Eldorado, localizado na avenida Minas Gerais esquina com Benjamim Constant. Construídos com paredes com cantos arredondados, exibiam uma fachada revestida com cacos de cerâmica vermelha, amarela e preta, compondo um mosaico. Nela ficavam as vitrines que anunciavam os filmes. Na antessala de cada um deles, havia a venda de balas, bombons, gomas, e ela se constituía no ponto de encontro dos campineiros antes da sessão do cinema. No decorrer dos anos, apareceram mais duas salas de cinema: cine Santa Helena e cine Avenida. (GOMES, 2012). (Figuras 96, 97).

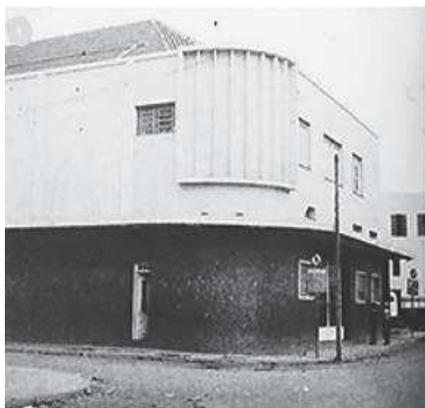


Figura 96 - Cine Eldorado, década de 1960.

Fonte: Foto de Hélio de Oliveira.



Figura 97- Cine Campinas, década de 1950. (Grifo nosso).

Fonte: Foto de Hélio de Oliveira.

Paralelamente ao desenvolvimento de Campinas e da vida cotidiana da sociedade campineira, acontecia o desenvolvimento de Goiânia e da vida cotidiana da sociedade goianiense, separadas por dois mundos. Os moradores de Goiânia frequentavam o Cine Teatro Goiânia, construído em 1942, e o Jôquei Clube de Goiás, de 1938; passeavam pelas ruas asfaltadas do centro e frequentavam as piscinas e as matinês dançantes das modernas casas do centro e do setor Sul de Goiânia; estudavam no Liceu de Goiânia, fundado em 1937, no Ateneu Dom Bosco, de 1947, no internato do Colégio Assunção, de 1933, ou no Colégio Maria Auxiliadora, de 1948. Assistiam às missas na Catedral. O campineiro frequentava o Cine Campinas e o Eldorado, fazia *footing* na praça Joaquim Lúcio e estudava no Santa Clara e no Colégio Pedro Gomes, assistiam à missa na Matriz, piscina não existia em Campinas - só mais tarde, nos anos 60, no clube Campinas, na avenida 24 de Outubro, elas vieram a ser construídas. (IBGE, 2010).

Observando esses antagônicos cenários, percebem-se duas cidades no mesmo espaço, separadas pela cultura e a discriminação social das famílias vilaboenses fundadoras. Quando um campineiro entrava em Goiânia, lá vinha a clássica pergunta: Você é de Goiás? Filho de quem? Essa era a senha para ser reconhecido e aceito em Goiânia.

A população de Campinas miscigenou-se pelos imigrantes e criou uma simbiose cultural à medida que ocorriam os casamentos entre os nascidos na terra com os estrangeiros. Apareceu uma nova geração com comportamentos e hábitos desenvolvidos na base da união das culturas. (GOMES, 2000).

No bairro, havia serenatas, o *footing* na praça e na avenida 24 de Outubro, as matinês dançantes, as corridas de bicicleta, as fanfarras do sete de setembro e os flertes na porta das escolas. Dentre as festas que marcavam a Campininha, estavam as procissões realizadas pela Igreja, esperadas e frequentadas por todos da cidade. Alguns as acompanhavam e outros esperavam que elas passassem em suas portas enfeitadas, nos anos de 1950. Faziam carreatas com músicas nos carros de som. Na imagem abaixo, a procissão desfila na avenida 24 de Outubro. (Figura 98).



Figura 98– Procissão a Nossa Senhora da Conceição, na avenida 24 de Outubro.
Fonte: https://matrizdecampinas.com.br/_img/pages/parouquia/019.jpg

A diversidade cultural da população ficou sedimentada pelos imigrantes em fusão com a vida dos campineiros. Projetaram-se na cidade em diferentes modalidades de profissões, transmitindo técnicas e habilidades: o velho espanhol Bassalos cultivava hortaliças e, mais tarde, os seus descendentes passaram a se dedicar ao conserto de refrigeradores na avenida 24 de Outubro; o armênio Carlos Sarkis, com sua floricultura; os Limongi, no motociclismo e no automobilismo; o austríaco Mulser, com um curtume às margens do córrego Cascavel; o alemão Karl Bartoleo Steger, chegou a Campinas provavelmente a convite dos padres alemães era um excelente sapateiro; Salomon Stefan, de origem austríaco-alemã, do Bazar Vienense, onde comercializava ferragens e couro; o húngaro Hidasi, dedicado à taxidermia; o italiano Somma na pintura; e os ítalo-brasileiros Bariani na música, nas letras e no comércio. E muitos outros vieram para dar especificidade à paisagem de Campinas. (GOMES, 2000).

Os jogos de futebol nos finais de semana constituíam uma diversão que unia os campineiros e era assunto das rodas de conversa durante toda a semana. Praticavam um futebol disputado de modo coletivo, sem estrelas, mas muito competitivo. Seus jogadores eram filhos de famílias campineiras que, por sua vez, formavam uma grande torcida. Tinham a prática de encontros para ouvir pelo rádio, depois, mais tarde, assistir e torcer pela televisão os jogos dos seus times. O bar do Fiori era um ponto de encontro rotineiro. (GOMES, 2012) (Figura 99).



Figura 99- Bar do Fiori, reduto dos torcedores atleticanos.
Fonte: GOMES, 2000.

As mulheres tinham uma rotina de educação dos filhos e desenvolviam artesanatos aprendidos com os mais velhos, costura, crochê, tricô, pintura, música, leitura, cinema, e passeios nas casas de parentes. As famílias eram constituídas de grandes proles e, assim, a convivência familiar era sempre recheada de muitos contextos: os adultos falavam de suas conquistas e derrotas, enquanto as crianças participavam das tradicionais brincadeiras de pique-esconde, beto, queimada, finca, bolinhas de gude, passa anelzinho, maré, cobra-cega, e tantas outras criadas para passar o tempo. Os adolescentes estavam envolvidos com o colégio e as descobertas dos namoros, mas, desde cedo, trabalhavam nos negócios da família. (GOMES, 2012).

De acordo com Gomes (2000), o comércio da “cidade/bairro”, desde as suas origens, representou uma importante função na rotina dos moradores. Os armazéns que serviam a comunidade, além da função principal de compra e venda, também eram ponto de encontros, de negócios, gambiras, barganhas, e local de repassar informações e fazer política, sempre

recheados de narrativas e “*causos*” de pessoas da cidade. Eram, literalmente, um balcão de informação.

As narrativas percorriam desde crimes hediondos cometidos, a figuras de pistoleiros profissionais contratados por mandantes para “fazer o serviço”; os episódios de honra ultrajada, às vezes regada a sangue; os relatos de desditas e desfeitas acontecidas; os atos de valentia, braveza e bravatas praticados por valentões, machos e machões; as descrições dos amores e juras eternizadas nas aventuras de amantes às escondidas; os enlances felizes e eternos, ou os interrompidos por acontecimentos chocantes ou banais; os delitos de ordem moral praticados; as cenas de situações picantes flagradas; as fugas e perseguições romanescas; os fuxicos de toda ordem etc. compunham os quadros sociológicos do cotidiano na pequena cidade do interior brasileiro. (GOMES, 2002, p. 160).

Essa descrição dos armazéns na vida cotidiana do bairro traz a terceira dimensão da paisagem sobre a qual comenta Carlos (2007). São rotinas que se fundem na vida do lugar, imperceptíveis aos olhos e muitas vezes revividas pelos sentidos: sons, cheiros e cores invadindo todos os sentidos durante a observação.

A novena realizada às terças-feiras na Matriz de Nossa Senhora da Conceição fazia parte, de longa data, do cotidiano dos campineiros e permanece até os dias de hoje. Mesmo aqueles que não residem mais no bairro se deslocam até Campinas para praticar esse ato de fé. A Matriz de Campinas realiza as novenas desde o fim dos anos 1950. Às terças-feiras dedicadas à Mãe do Perpétuo Socorro reúnem cerca de vinte mil fiéis em vários horários de celebração. A porta da Igreja era lugar de encontros e as cerimônias em datas especiais lotavam a Matriz. Os fiéis se estendiam para o lado de fora. (Figura 100)

A
s
bandeiri
nhas que
cruzava
m o
espaço
firmadas



Figura 100– Fiéis afluem à Matriz de N. S. da Conceição na década de 1950.
Fonte: (<https://www.arquidiocesede goiania.org.br/arquidiocese/historia>, 2007).

por postes de madeira anunciavam as festas juninas: aconteciam as novenas de São João, São José e Santo Antônio, comemoradas com música, quadrilhas, com todos trajando boas roupas, passando a importância do evento. (Figura 101).



Figura 101- Quermesse da Matriz de Nossa Senhora de Conceição, década de 50.
Fonte: (<https://www.arquidiocesedeGoiania.org.br/arquidiocese/historia>, 2007).

Ao lado da matriz, erguiam-se barraquinhas que vendiam comidas típicas. Havia mesas e cadeiras para todos participarem dos leilões e da troca de correios elegantes, que efetivou muitos casamentos. Muitos campineiros ilustres retrataram e descreveram sob memória o cotidiano vivido e destacam o importante papel do cotidiano do bairro na formação da identidade de cada um deles. Escritores e antigos moradores de Campinas: Horieste Gomes (2012), Bariani Ortêncio (2011), Ivo de Melo (1998), José Mendonça Teles (2006), Antônio Moreira (2014), Venerando de Freitas Borges (1980), Irmã Maria Celeste (1981), Itaney Francisco Campos (1985) e Licardino Ney (1975) relataram suas memórias com riqueza de detalhes, as suas vivências no cotidiano de Campininha muitas vezes transformada em verso e prosa. Foram momentos vividos no colégio Estadual Henrique Silva, na capelinha de Santo Antônio e suas festas na avenida São Paulo, as frutas dos quintais, os namoros na porta dos Colégios Santa Clara e Pedro Gomes, o circo que visitava o bairro, a exposição pecuária na praça da feirinha, o “timão” do coração, Atlético Clube Goianiense, a zona boêmia, os comerciantes, os cinemas, os bares, o clube, os personagens do bairro, os profissionais liberais, os comícios, as praças Joaquim Lúcio e da Matriz, e todos os

acontecimentos sociais, políticos e econômicos que compunham a vida da cidade/ bairro. (GOMES, 2012).

Embora, naquele tempo, fosse um bairro pobre, sem infraestrutura, os escritores o descrevem como um verdadeiro paraíso, o que só se justifica pela convivência estabelecida, pela segurança, intimidade e afeto pelo lugar, como se fosse a continuação de suas casas. No entanto, há também nesses relatos uma demonstração de perda de valores. Os depoimentos que descrevem o cotidiano vivido trazem o significado da vida do lugar e são comentados por Carlos (1994):

No depoimento dos moradores da cidade, nos poemas que falam do urbano, o que transparece, na maioria das vezes, é o sentimento de perda, a desumanidade da vida, o isolamento, mas também a possibilidade de superação e de libertação. A reprodução do espaço urbano traz em si a ideia de que a cidade cresce e o ser humano desaparece, como ser que tem vontades, desejos, ideias enfim, que sente e que se encontra impotente diante da cidade que ele próprio produziu. (CARLOS, 1994, p.61)

José Mendonça Teles (2006), escritor local, descreve em crônicas a vida cotidiana de Campinas: lamenta as transformações, comenta a mudança de nomes das ruas interferindo na memória cultural e afetiva do bairro, e rememora a vida boêmia da avenida Bahia. O campineiro que viveu o período de 1935 até 1960 é bairrista apaixonado e guarda na memória o cotidiano vivido, quando cultivou amizades em uma convivência participativa, pautada no trabalho, na amizade e no respeito mútuo, que deixaram lembranças inesquecíveis:

Uai, cadê a Avenida Bahia que estava aqui? Mudou de nome? [...] as ruas da minha Campininha eu as carrego na memória. [...] Bahia, Pernambuco, [...]. Algumas dessas ruas perderam o nome em consequência de projetinhos de lei de ilustres vereadores. Identifico com elas, com seus nomes antigos. Não sei porque mudaram o nome da Bahia! Logo ela, famosa pelo seu *trottoir*, pelo seu quarteirão histórico entre a Pouso Alto e a Catalão, todinho infestado de casas de mulheres da vida. Lá os homens faziam vai-e-vem, assim que a cidade escurecia. A porta das casas sempre abertas, os homens entravam, davam uma geral no ambiente. As mulheres assentadas, atentas, expostas na prateleira do prazer, e a voz melodiosa, convidativa: Bem, paga uma cerveja? Era a senha. (TELES, 2006, p.85).

Nos relatos das memórias de Gomes (2012), aparecem também os edifícios que abrigaram importantes estabelecimentos e que foram demolidos ou desfigurados, que faziam parte da rotina do campineiro: a pensão Anhanguera, descrita com uma bonita fachada em arcos, na av. Catalão (Senador Jaime) esquina com a Minas Gerais; o Correio de Campinas, na Av. Anhanguera; o Hotel Campinas, o cine Santa Helena também na av. Anhanguera; o cine Avenida, no final da 24 de Outubro; os muitos armazéns atacadistas, como Irmãos

Machado, Irmãos Alves, Irmãos Souza, os Quinam, os Boa Sorte, e tantos outros que fizeram parte da vida e da rotina do bairro.

Esses diferentes relatos, aqui esboçados de modo incompleto, transmitem a magia da Campininha das Flores, a magia da vida desse lugar, e propõem, na história, a compreensão da paisagem, que é um processo seletivo, conforme Santos (2008, p. 68): “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, é feita de forma seletiva – pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato.”

A poesia do professor e desembargador Geraldo Gonçalves Costa, de 15 de agosto de 2010, exemplifica esses tipos de percepção ao transmitir a sua percepção da paisagem no tempo em que viveu em Campinas. (GOMES, 2012, p. 315).

Tu nasceste “Campininha das Flores”
 Tu amada, venturosa e querida
 Terra de tanto amores,
 Terra de gente boa, de gente amiga
 Lembro-me de tuas ruas e avenidas
 De tuas velhas casas e janelas
 De tua mocidade idealista e destemida
 É com saudade que relembro delas.
 Lembro-me de tuas praças e de teus bares
 Da praça Joaquim Lúcio, da Matriz, do bar do Chico e Cia.
 E também de seus lupanares:
 Da avenida Pernambuco, da P16 e da avenida Bahia.
 Mas recordo-me com intensa saudade,
 Do colégio Pedro Gomes com emoção!
 Onde se ensinava e aprendia de verdade
 Para os embates da vida e da nação. [...]

Geraldo Gonçalves Costa

Onde está a paisagem descrita pela memória do poeta? São tantos os adjetivos e as declarações de afeto pelo cotidiano vivido na Campininha de antes da metamorfose produzida pela ocupação do comércio que quem não conhece a paisagem para além do aspecto material não a compreende.

1.8 A metamorfose da paisagem de Campinas (1960 a 1980)

Corrêa (2003), quando estuda as formas urbanas, conceitua a atração das atividades comerciais para o mesmo local como um fenômeno da coesão ou magnetismo funcional, o que identifica o processo a que foi submetido o bairro de Campinas: nada mais é do que um

movimento dentro do espaço que leva as atividades comerciais a se juntarem. Nesse sentido, uma nova loja é atraída para onde já estão outras mais antigas com o objetivo de conquistar os clientes dos comércios já estabelecidos. Esse movimento se consolida porque o cliente comprador tem o conforto de encontrar mercadorias variadas reunidas em um só local e dispostas em uma espécie de departamentalização espontânea, separadas por linhas de produtos.

O movimento de transformação da ocupação do espaço inicia-se pelo interesse de ocupar o local que proporciona maior número de vendas. Nesse tipo de comercialização no espaço urbano, o que importa é a localização e o tamanho da área, pouco significando a qualidade das edificações. Dessa forma, passo a passo, as casas cedem espaço para o comércio e vão sendo demolidas ou encobertas por placas e letreiros, fazendo nascer uma nova paisagem. Santos (2008) explica esse processo de construção da paisagem:

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se faz um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Assim a paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de diferentes momentos. Daí a anarquia das cidades capitalistas. [...] O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é ordenado. (SANTOS, 2008, p. 73).

No passar do tempo, Campinas abandonou a harmonia da convivência social citada em verso e prosa de escritores e antigos moradores e, pouco a pouco, em uma escrita sobre a outra, passou a viver uma nova forma de ocupação, esculpindo uma nova paisagem em um espaço ocupado quase totalmente por atividades comerciais. Segundo o CDL, a grande densidade comercial de Campinas, é descrita na revista de nº 70, como talvez a maior da região Centro-Oeste, isso fez do bairro um local único.

São nichos de compras, por atacado ou a varejo, uma situação única em Goiânia. Com tamanha diversificação e a fama dos preços acessíveis, os consumidores surgiram, mas os moradores saíram. O êxodo foi provocado pela densidade comercial que tirou a qualidade de vida do lugar e pela valorização dos imóveis. Campineiro por adoção e devoção, o presidente da Associação de Moradores de Campinas, Osvaldo Dionísio lamenta o êxodo. “Com os imóveis valorizados, as pessoas vendem e passam a viver em outros locais. Quadras inteiras de residências transformaram-se em lojas. Campinas chegou a ter 43 mil moradores, hoje não chega a 14 mil”, afirma. (http://www.cdlgoiania.com.br/olojista/anteriores/ed_70/capa.html)

As atividades se organizam no espaço por segmentos de produtos, setorizadas como em um grande magazine. A leitura da paisagem remete à história demonstrando uma de certa

continuidade com a forma inicial do comércio e serviços, pois preserva determinados pontos de vendas nos mesmos lugares do bairro. Nota-se, no desenvolvimento dos produtos, a absorção de técnicas recebidas dos estrangeiros que integraram a vida da Campininha. As áreas que preservaram as residências estão nas mediações do núcleo fundacional. A concentração do comércio se encontra na expansão do bairro, na área chamada de nova Campinas, que corresponde as últimas ocupações pelo lado leste, em direção a Goiânia e mais tarde começa a surgir a verticalização do bairro. (Figura 102).

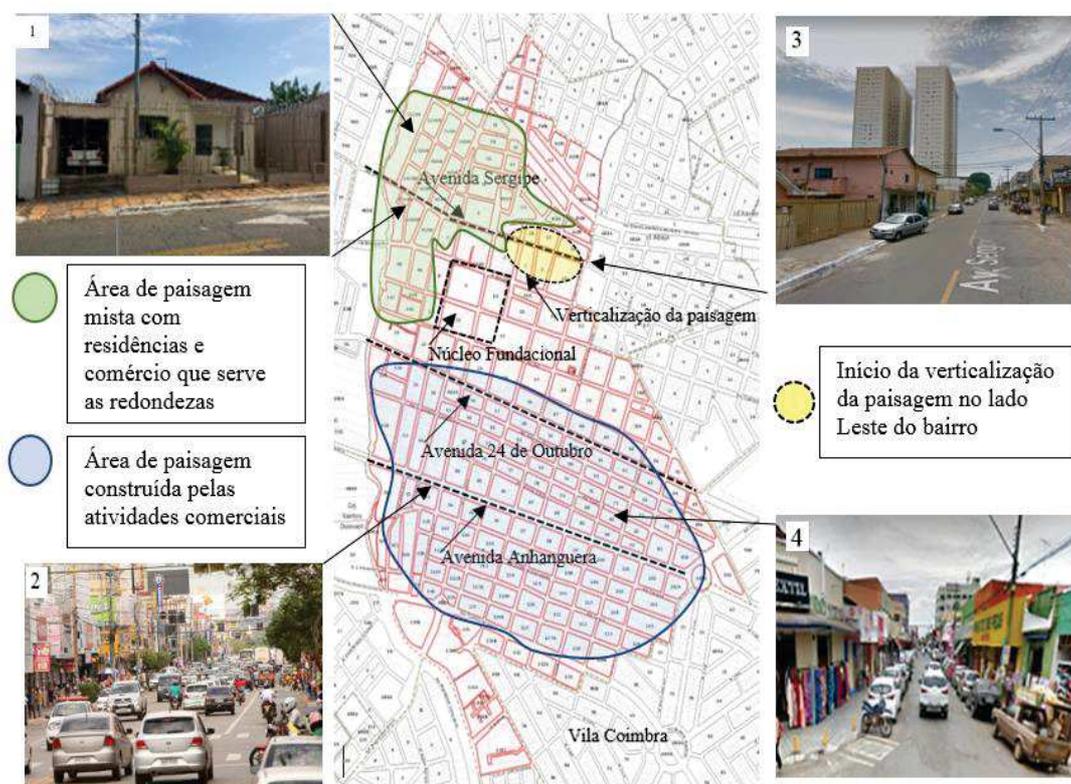


Figura 102- Mapa de Campinas aponta local das atividades comerciais e as áreas residenciais do bairro. Fonte: Foto 1, casa residencial na rua Marechal Deodoro da Fonseca no bairro de Campinas 2018, fonte: autora. Foto 2- avenida 24 de Outubro autor: CDL – Câmara de Diretores Lojistas de Goiânia -2010 Foto 2- Avenida Sergipe, Campinas – fonte Google Maps 2017. Foto 4 – avenida São Paulo, Campinas, fonte: autora 2018.

De certa forma, existe uma continuidade dos seguimentos do comércio, baseado nas técnicas aprendidas da época de sua formação de antes de Goiânia. Como já citado, foram inúmeras técnicas trazidas pelos imigrantes, como por exemplo as peças em couros que continuam desde o primeiro curtume da década de 1920. Da mesma forma, a venda de tecidos, que ainda segue as formas inicialmente estabelecidas para atender aos inúmeros alfaiates, costureiras e bordadeiras do bairro. O mercado de Campinas ainda hoje conserva a

cultura das vendinhas, como era chamada os armazéns de 1940, com mercadorias de vários seguimentos em uma só loja, pois era assim a necessidade daquela época (Figura 103, 104)



Figura 103- Loja de materiais em couro na avenida Rio Verde em Campinas. Fonte: Autora. 2018



Figura 104- Variedade de utensílios domésticos comercializados na Sala 19, 2005. Fonte: Acervo de Flávio Costa Pereira, 2005, apud Godinho, 2018

A avenida Anhanguera, era ocupada por estabelecimentos de vendas com especialidade no atacado, comercializava produtos alimentícios, agropecuários, mercadorias em geral para abastecer armazéns de venda no varejo, nos dias de hoje, continua sendo ponto de concentração do comércio atacadistas. Mas, ao altera seu uso no limite do bairro com a vila Coimbra, nas imediações da praça A, e nesse percurso, passa abrigar o comércio informal dos chamados camelódromos.

Gomes (2012) comenta que Campinas, atualmente, recebe uma população em trânsito, que corresponde a milhares de pessoas de todos os lugares do Estado e do país, que ali acorrem para fazer compras no grande *shopping* a céu aberto em que ela se transformou. Nos dias atuais, Campinas marca-se pelo caos urbano, suas ruas e avenidas estão congestionadas de veículos e o seu ambiente poluído em todos aspectos - as árvores foram retiradas para ampliar a visão das placas das fachadas das lojas. Assim, as relações interpessoais que existiam e aproximavam as pessoas não existem mais, foram embora com os antigos moradores.

A avenida 24 de Outubro se mantém como o ponto central de atração para o entorno - é ocupada pelos maiores comércios, cedendo totalmente suas edificações para essa atividade. Até o seu melhor cinema cedeu seu espaço para o comércio por falta de frequentadores, pois o bairro fecha as suas portas junto com o comércio à noite. (Figura 105).



Figura 106- Transformação do uso **Edifício do Cine Campinas**, 1950, na avenida 24 de Outubro e o seu uso atual em 2018.
1950- Fonte: Hélio de Oliveira; 2018- Fonte: autora.

Na contemporaneidade, o estudo observa a paisagem comparando o uso das edificações no presente com o uso no passado, e, dessa forma, faz uma leitura da paisagem. Nessa perspectiva, o processo de produção do espaço através do seu uso abre-se para a análise do vivido e vai ganhando significados no presente. Enfim, as práticas vividas passam ser reconhecidas em pequenos traços e atos aparentemente sem importância, mas que criam laços profundos entre o habitante e o lugar, e delineiam a sua identidade.

Também nessa direção a paisagem revela-se cheia de vida ao mesmo tempo que expressa sentimentos contraditórios, paixões e mágoas. As marcas no tempo estão expressas na paisagem, contando a sua história. Para além da confusa paisagem de Campinas, há um ritmo que marca o tempo e esse, por sua vez, carrega as histórias vividas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na leitura do contexto da construção do espaço de Campinas, identificaram-se as transformações de cada tempo histórico como os elementos que induziram à compreensão da paisagem. Também, através deles, pôde-se perceber, ainda no século XIX, certa formação de princípios morais²⁸ e éticos²⁹, declarados nos apontamentos da Igreja. Santos (2008) conceitua o conjunto de técnicas que envolvem os costumes, hábitos de um povo, de acordo com a teoria de Vidal de La Blache, como “gênero de vida”, que se perpetua na paisagem. Portanto, em Campinas, o seu “gênero de vida” está presente na paisagem para além das transformações exercidas pelos múltiplos fatores ocorridos no espaço, tenham sido eles de cunho social, econômico ou político.

A paisagem construída de Campinas de antes de Goiânia se abre neste estudo com certa perplexidade, porque, para muitos goianienses, ela é apenas um bairro problemático. Contudo, na década de 1930, a sua paisagem se apresentou com um rico contexto histórico e se materializou na cidade com arruamentos, casas bem construídas, bons colégios, uma monumental Matriz, avenida alargada, calçadas e um bom comércio na praça Joaquim Lúcio, na avenida 24 de Outubro e até mesmo luz elétrica e água encanada retirados do córrego Cascavel.

Em 1935, Campinas passou a pertencer a Goiânia e, ao contrário do que dizem, de ser ela a mãe de Goiânia, o mais adequado seria dizer que Campinas é uma filha adotada em idade avançada, com 125 anos de acúmulo cultural obtidos na educação implantada pelos padres redentoristas e freiras franciscanas, e pela formação de hábitos e costumes no seu cotidiano. Por essa razão, as paisagens que Goiânia e Campinas apresentam são dicotômicas, motivadas por diferentes bases culturais. O acontecimento da mudança da capital do Estado para o território de Campinas foi um momento de grande euforia para os campineiros, que se mostraram generosos e cooperaram de todas as formas para o sucesso da construção. A

²⁸ A moral pode ser definida como o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e que são utilizadas constantemente por cada cidadão.

²⁹ A palavra “ética” é proveniente do grego “ethos”, que significa, literalmente, “morada”, “habitat”, “refúgio”, ou seja, o lugar onde as pessoas habitam. No entanto, para os filósofos, esse termo se refere a “modo de ser”, “caráter”, “índole”, “natureza”.

paisagem, nesse tempo, se transformou com base na modernidade da construção de Goiânia: muitos dos edifícios do bairro passaram por reformas que usaram a linguagem arquitetônica *art déco*, mesmo que de forma modesta, principalmente em suas fachadas.

Contudo, mais tarde, percebe-se nas falas dos historiadores locais um sentimento de ingratidão sentido e percebido pelos campineiros, por ter sido olvidada durante a fase de construção e expansão dos primeiros bairros de Goiânia. Passaram-se trinta anos para que se iniciasse a construção da sua infraestrutura. O que induz a afirmar que, por esse motivo, Campinas apresenta, nos dias de hoje, uma configuração de paisagem de uma cidade velha dentro de Goiânia, uma cidade nova. Esse esquecimento por parte dos administradores de Goiânia perpetrou Campinas a permanecer como se fosse outra cidade no imaginário da população e isso, somado à discriminação social da população campineira exercida pela sociedade vilaboense fundadora da nova capital, fez com que, nesse momento, a cidade/bairro se agarrasse à sua força comercial e se unisse à família e amigos em uma convivência harmoniosa entre o trabalho, a educação e o lazer, a ponto de instalar um forte bairrismo no campineiro.

Um fato muito importante na construção e transformação da paisagem foi a diversidade cultural da população, sedimentada pelos imigrantes. Durante o processo de construção da nova capital, chegou a Campinas um grande contingente de imigrantes estrangeiros e brasileiros de outros estados que, oportunamente, aproveitaram a carência de materiais de toda ordem, ocasionada pela demanda da construção, e se estabeleceram no comércio, que já era da vocação do campineiro. Nessa composição, essa atividade ganhou força e se expandiu, culminando na metamorfose da paisagem pela atração de outras lojas comerciais para o seu espaço, que passaram, a partir dos anos 80, a configurar a paisagem de Campinas como a apresentada nos dias de hoje. Tal fato expulsou os moradores, estabelecendo uma outra dicotomia entre a paisagem da memória dos antigos moradores e a paisagem atual, de configuração problemática e conturbada.

E nesse movimento de grandes e aceleradas transformações é que surgem rapidamente novas apropriações do espaço, movimento que Carlos (1994) nomeia de “tempo efêmero e linear”, pela rapidez das mudanças e desprezo às referências construídas no passado, deixando tudo se diluir, ignorando a identidade construída pelas relações dos habitantes. A paisagem que se apresenta em Campinas hoje nos coloca diante de problemas urbanos cada vez mais complexos, que exigem compreensão para propor mudanças, considerando e respeitando a identidade do lugar, isto é, sem ignorar o conhecimento acumulado sobre a cidade.

Como resultado da observação da paisagem de Campinas nos dias de hoje, percebe-se que ela se apresenta com construções adaptadas de antigas residências para o comércio, criando um espaço desorganizado, de muita poluição visual, retratando a pressa para se instalar e comercializar sem se importar com a aparência das instalações, o que, indica uma formação cultural em que não se vendem aparências, mas produtos. As ruas são exatamente como eram no início, mas o movimento de carros é infinitamente maior, e os poucos moradores existentes assim como os comerciantes se referem ao seu espaço de bairro como se estivessem fora de Goiânia. Por exemplo, para eles, quem nasceu ou viveu em Campinas é campineiro e não goianiense. São muitos traços que marcam a ilusão de continuar sendo cidade, que pode ser exemplificada nas expressões: “você vai a Goiânia? ” “Mudei para Goiânia”. Nota-se que a mudança do *status* político e as diferenças culturais que impediram a fusão das duas cidades produziram uma desorientação do espaço no campineiro.

Entretanto, nas muitas memórias das fontes utilizadas, dois sentimentos são unânimes: a saudade do lugar e os valores cultivados na rotina do cotidiano. Para o campineiro, a paisagem atual releva significados e significantes de origem e, embora o espaço esteja com uma nova ocupação, percebe-se que existe uma relação de continuidade tanto no comércio como nas habilidades desenvolvidas e no jeito de ser campineiro.

Na história de Campinas, a compreensão da paisagem justifica o gostar e a saudade do campineiro demonstrada em depoimentos em verso e prosa, traduzindo uma cultura criada em bases valorosas de hábitos e costumes morais e éticos, onde edificações materiais pouco representam se separadas dos contextos desenvolvidos. O significado de cada edificação está relacionado ao seu uso pelas pessoas que a frequentam e é nessa fusão social que acontecem os as manifestações dos sentidos, produzindo memórias do tempo vivido.

A paisagem de Campinas, nesta pesquisa, não foi encarada apenas como um objeto de estudo, refletido e interpretado intelectualmente, mas como uma forma de vivência no cotidiano das pessoas na sua plena positividade. Nesse sentido, quem sabe perceber uma paisagem, segundo Schier (2003), “ consegue entender seu valor, perceber a importância dela em sua vida, criar vínculo afetivo com ela e, conseqüentemente, defender a sua perpetuação. (P. 88).

Ao final da pesquisa, espera-se que o resultado do estudo se torne mais uma ferramenta para os projetos de preservação e cuidado da cidade/bairro da Campininha da Flores, que foi palco de uma história de lutas de famílias pioneiras, que chegaram ao território

em busca de oportunidades, realizando e trabalhando para o seu desenvolvimento e de Goiânia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**: edição ampliada: Editora Martins Fontes. Primeira edição da tradução brasileira, por Alfredo Bosi: São Paulo, 2007.

ABREU, M. **Produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

ALVARES, Geraldo Teixeira. **A Luta na Epopeia de Goiânia**: uma obra da Engenharia Nacional. Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1942. Contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia. Rio de Janeiro. Disponível no SEPLAN-Goiânia, 1942.

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE -Fotos e história do clube. Disponível em: www.atleticogoianiense.com.br/o-clube. Acessado em: 20/09/2018.

ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA. **História da Arquidiocese**. Primeira fase – de 1855 a 1957. Disponível em: <<https://www.arquidiocesedegoiania.org.br/arquidiocese/historia>>. Acesso em: 10 de dez. 2017.

BORGES, Venerando de Freitas. **Dobras do Tempo**. Goiânia: Editora O Popular, 1980.

BRITO, Hélio Seixo. **Histórico de uma Administração**. Goiânia: Edições Alarico, 1965.

CAMPOS, Itaney Francisco. **Notícias Históricas do Bairro de Campinas**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

_____. **(Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora EDUSP, Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **O Espaço Urbano** - novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Editora FFLCH, 2007. Disponível em: <<http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 7 jul. 2007.

COELHO, Gustavo Neiva. **Casa Abalcoada**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://casaabalcoada.blogspot.com/search/label/projetos%20de%20arquitetura>. Acesso em: 30/01/2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática. 2003.

CURADO, Bento Fleury. **Alma de Goiás**. Brasília: Editora Thesaurus, 2018.

DUARTE, M.D; MATIAS, R. da Silva. Reflexões sobre o espaço Geográfico a partir da Fenomenologia. **Revista do Instituto Geográfico UFO**. Universidade Federal de Minas Gerais, 17 (16), p. 190 - 196, out/2005. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15458/8748>.

Acessado em: 25/11/2018.

SCHIER, Raul Alfredo-. Trajetória do Conceito de Paisagem na Geografia. **Revista RA'EG A**, Curitiba, nº 7, p. 79 a 85, 2003. Editora UFPR.

ESCOBAR, Angel. **El palimpsesto grecolatino como fenómeno librario y textual**.

Zaragoza: Editora Fernando el católico, 2006. Disponível em

http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/54/_ebook.pdf. Acesso 20/09/2018.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS do Brasil. Disponível em:

<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/efgoiaz/goiania.htm>>. Acesso em: 10 out. 2018.

GOMES, Horieste. **Memórias da Campininha**. Goiânia: Gráfica e Editora Talento, 2000.

_____. **Lembranças da Terrinha**. Goiânia: Gráfica e Editora Bandeirantes, 2002.

_____. **Reminiscências da Campininha: 200 anos (1810-2010)**. Goiânia: Editora Teixeira, 2012.

GODINHO, Daniele Severino de Souza. **Comércio e Memória Urbana:**

Um Estudo e do Bairro de Campinas em Goiânia. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais. Goiânia, 2018.

GOMES, Laurentino. **1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar certo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

OLIVEIRA, Hélio. Fotos de Campinas, cedidas por Hélio de Oliveira Junior.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de

Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil: Ano VII-1946**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1946.pdf>. Acesso em: 12/05/2018

IPHAN- GO. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás**. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover> Acesso em: 24/08/2018

- JORNAL OPÇÃO. Reportagem de Marcelo Gouveia Disponível em:
<https://www.jornalopcao.com.br/editorial/goiania-hoje-e-tao-linda-quanto-indocil-e-isso-explica-muito-sobre-violencia-urbana-70763/>. Acesso em 09/11/2018.
- LEAL, Oscar. **Viagem às Terras Goyanas**. Lisboa, Portugal: Typografia Minerva Central, 1 ed. 1ª, 1892.
- LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- MAIA, Antônio. **Pequeno Dicionário Católico**. Rio de Janeiro: Imprimatur, 1966.
- MARX, Murillo. **Nosso chão do sagrado ao profano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP, 2003
- _____. **CIDADE BRASILEIRA**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. (1824). **Chorografia Histórica de Goiaz**. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1979.
- MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua Influência Educacional em Goiás**. Goiânia: Gráfica O Popular, 1981.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- GOULART, Nestor Reis Filho. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- NEY, Licardino de Oliveira. **Um Lutador**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1975.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto história**. Revista do programa de estudos pós-graduados de história. ISSN 2176-2767. Disponível em : <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acessado em 13/12/2018.
- ORTÊNCIO, Bariani. **História documentada e atualizada de Campinas**: Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Campinas. Goiânia: Editora Kelps, 2011.
- O LOJISTA. **200 Anos de Campinas**. [Revista eletrônica]. Disponível em:
<http://www.cdlgoiania.com.br/olojista/anteriores/ed_70/capa.html>. Acesso em: 5 maio 2018.
- PENA, Rodolfo F. Alves. "O que é nação?"; Brasil Escola. Disponível em
<<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-nacao.htm>>. Acesso em 18 de março de 2019.

QUEIROZ, Geraldo Silva. **Lembranças de um pioneiro: Osterno Pontenciano e Silva.**

Goiânia: Editora Contato Comunicação, 2018.

REDENTORISTAS DA PROVINCIA DE GOIÁS. Revista Eletrônica .Disponível em:

<<http://redentorista.com.br/terca-feira-novena-perpetua-na-matriz-de-campinas>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ROCHA, Daniela Medeiros Moreira. **A pioneira arquitetura dos hotéis art déco de**

Goiânia – Décadas de 1930 e 1950. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual).

Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Edusp, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Archângelo Miguel Nogueira. **Trindade de Goiás** - Uma cidade santuário:

conjuras de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro. Dissertação (Mestrado em

História) Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1976.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajatórias do conceito de paisagem na geografia.** Artigo

disponível em:

http://geoplan.net.br/material_didatico/Schier_2003_conceito%20de%20paisagem.pdf.

Acessado em: 26/12/18.

SILVA, Welinton. **A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.** Goiânia:

Editora Scala 2017

TELES, José Mendonça. **Crônicas da Campininha.** Goiânia: Editora Kelps, 2006.

TEIXEIRA, Maximiano da Mata. **O Patrimônio da Igreja Matriz de Nossa Senhora da**

Conceição de Campinas: Ação de Usucapião pela Igreja Autora. Memorial apresentado ao

Egrégio Tribunal de Apelação do Estado de Goiás. Goiânia: Imprensa Oficial, 1940.

Biblioteca Estadual Pio Vargas – Goiás

- Plantas e Projetos arquitetônico de Goiânia, 1926 - Número 41
- Documento que torna Campinas Município em 1907– Caixa 2
- Documento das Leis Municipais de Campinas de 1921- Caixa 2
- Documentos variados: cartas, balancetes, apuração fiscal-1989-1907 - Caixa 2.

Biblioteca Cora Coralina Praça Joaquim Lúcio-Campinas

- Recortes do Jornal *O popular*, edição comemorativa do aniversário de 200 anos de Campinas.

Museu da Imagem e do Som

- Fotos históricas.

Ministério da Educação - Arquivo DPHAN- IPHAN

- Fotos históricas.

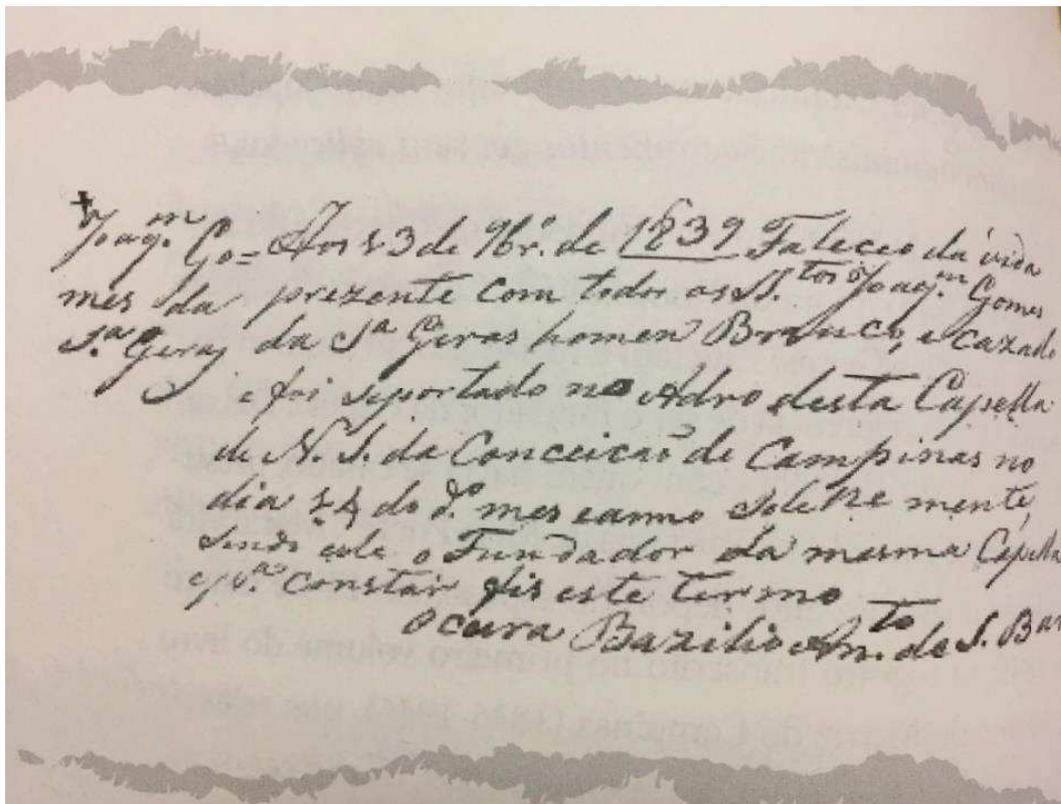
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

- Fotos históricas.

Documentos do Centro de Documentação e Biblioteca da SEPLAM

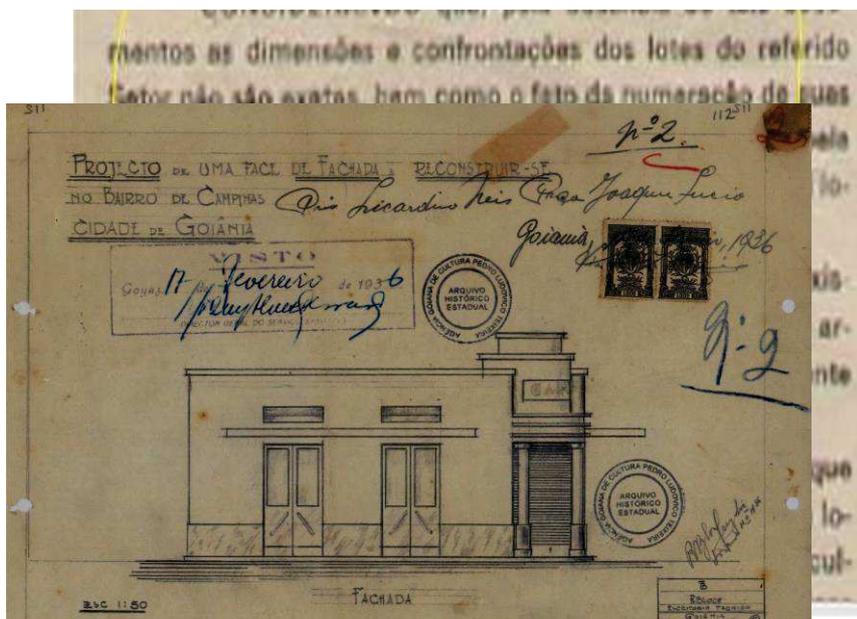
- Recorte do Jornal *Folha de Goiás*. Anúncio da concorrência do asfalto em 19

ANEXO



Registro do óbito do falecimento de Joaquim Gomes da Silva, fundador da primeira capela de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

Fonte: Padre Weliton Silva



Recorte de jornal do decreto de nº 1.198 que aprova a nova planta urbanística de
Campinas
Fonte: Biblioteca da Prefeitura de Goiânia